



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

Instituto de Estudos Políticos

Herbert Marcuse e Friedrich Hayek: Um debate sobre o mercado livre

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Ramo: Ciência Política

Diogo Santos

Sob Orientação do Professor Doutor Miguel Morgado

Instituto de Estudos Políticos

Agosto de 2023

Lisboa, Portugal

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, António e Anabela, por todo o amor dado ao longo da minha vida, e sem os quais realizar objetivos seria impossível. Por serem dois seres humanos de exceção, e por terem sacrificado tanto para que os filhos possam atingir os seus sonhos, dedico-lhes este trabalho.

Ao Professor Miguel Morgado, pela sua orientação, apoio, ajuda e total colaboração e disponibilidade no solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização deste trabalho. Agradecer também à Universidade Católica Portuguesa e ao Instituto de Estudos Políticos, instituição que me recebeu de braços abertos e que me proporcionou um desenvolvimento académico e pessoal ao longo de todo este tempo.

Queria deixar um agradecimento à minha tia, Alexandra, por todas as conversas e apoio, e sem a qual o gosto pela leitura e pelo saber jamais teria despontado em mim.

Por último, dirijo um especial agradecimento à minha namorada, Bárbara, por todo o amor, carinho e apoio incondicional.

Esta dissertação tem 43.049 palavras; 694 parágrafos

Índice

Agradecimentos	1
Resumo	4
Abstract	5
Introdução	6
Capítulo 1- Herbert Marcuse	13
O mercado como motor de repressão	13
A alienação do trabalho	34
Política	47
Sociedade.....	69
Capítulo 2- Friedrich Hayek	73
O mercado como motor de liberdade	73
Informação e Conhecimento.....	83
Sistema de Preços	105
Capítulo 3- Friedrich Hayek vs Herbert Marcuse	109
Conclusão	121
Bibliografia	126

Resumo

O mercado capitalista moderno revela ser um dos principais temas do debate económico, político e social do nosso tempo. O seu dinamismo e produtividade, mas também as suas contradições têm sido alvo de um debate aceso e disputado, entre pensadores e intelectuais de todas as diferentes famílias políticas.

Este trabalho procura entender melhor a complexidade e a discussão que envolve o mercado capitalista moderno, através da análise da obra de dois pensadores, com visões bastantes distintas sobre o que é o mercado livre e as suas consequências a nível político e social, Friedrich Hayek e Herbert Marcuse. Assim, procurarei definir e perceber que significado estes dois autores atribuem ao mercado, a sua complexidade, a relação deste com a política e a sociedade, e de que forma contribuí para o avanço, ou atraso, da sociedade moderna.

Nesta medida, o presente trabalho procura perceber de que forma os autores, Herbert Marcuse e Friedrich Hayek, entendem o mercado livre moderno dentro do sistema capitalista, tentando refletir posteriormente sobre a associação, que ambos os autores elaboram entre o mercado e a liberdade de cada indivíduo, a correlação entre a sua visão do mercado e as suas consequências políticas e sociais, mas também as implicações que as suas abordagens distintas sobre o mercado têm na própria felicidade individual.

Palavras-chave: Mercado, Liberdade, Repressão, Emancipação, Herbert Marcuse, Friedrich Hayek.

Abstract

The modern capitalist market is proving to be one of the main themes of the economic, political and social debate of our time. Its dynamism and productivity, but also its contradictions, have been the subject of heated and disputed debate among thinkers and intellectuals from all the different political families.

This dissertation seeks to better understand the complexity and the debate surrounding the modern capitalist market by analysing the work of two thinkers with very different views on what the free market is and its political and social consequences, Friedrich Hayek and Herbert Marcuse. Thus, I will try to define and understand what meaning these two authors attribute to the market, its complexity, its relationship with politics and society, and how it contributes to the advance, or decline, of modern society.

To this extent, this paper seeks to understand how the authors, Herbert Marcuse and Friedrich Hayek, understand the modern free market within the capitalist system, trying to reflect further on the association that both authors elaborate between the market and the freedom of each individual, the correlation between their vision of the market and its political and social consequences, but also the implications that their distinct approaches on the market have on individual happiness itself.

Introdução

O mercado livre tem sido um dos temas mais estudados e debatidos da contemporaneidade, abordado por filósofos, economistas, políticos e sociólogos de todas as ideologias e crenças políticas. De David Ricardo a Joseph Stiglitz, o mercado livre tem sido alvo de querelas e discussões, críticas e exaltações, revelando a importância deste fenómeno para a sociedade moderna e o impacto que teve na vida da população mundial.

Ao longo da história, o sistema de mercado foi analisado através de diferentes perspetivas e interpretações, desde o célebre elogio de Adam Smith:

“Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles. Ninguém, a não ser um mendigo, se permite depender essencialmente da bondade dos seus concidadãos. Até mesmo um mendigo não depende inteiramente dela. A caridade das pessoas bondosas é que, na realidade, lhe fornece todo o seu fundo de subsistência.”¹

Até à perspicaz crítica de John Maynard Keynes:

“Não é verdade que, nas suas atividades económicas, os indivíduos sejam detentores de uma ‘liberdade natural’ consagrada pelo uso. Não há nenhum ‘pacto’ que confira direitos perpétuos àqueles que possuem ou adquirem bens. O mundo não é de tal modo governado de cima que o interesse privado e o interesse social coincidam sempre. Também não é de tal modo gerido aqui de baixo que, na prática, coincidam. Não é uma dedução correta dos princípios da economia afirmar que o interesse próprio esclarecido funciona sempre a favor do interesse público. Também não é verdade que o interesse próprio seja geralmente esclarecido. É mais frequente que os indivíduos que agem isoladamente para promover os seus próprios fins sejam demasiado ignorantes ou demasiado fracos para sequer atingirem esses fins.”²

¹ A. SMITH, *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014, 7ª ed. Vol. I, 95.

² J. M. KEYNES, *Ensaio em Persuasão*, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018, 222.

A economia de mercado é definida na obra *'The Macmillan Dictionary of Modern Economics'*³, como um sistema económico no qual as decisões sobre a atribuição de recursos e produção são tomadas com base nos preços gerados por trocas voluntárias entre produtores, consumidores, trabalhadores e proprietários de fatores de produção. A tomada de decisões é descentralizada - ou seja, as decisões são tomadas independentemente, por grupos e indivíduos, e não por planificadores centrais.

Desta forma, importa entender a natureza deste fenómeno, qual a sua relação com a liberdade individual, mas também com a vida em sociedade, a sua importância do ponto de vista político e social, bem como as suas implicações a este nível. Assim, o intuito deste trabalho é mostrar, através do estudo da obra de dois autores, Herbert Marcuse (1898-1979) e Friedrich Hayek (1899-1992), quais são as suas ideias e interpretações sobre este fenómeno, pois ambos o abordam de pontos de vista antagónicos, mas com perspetivas que permitem depreender a sua dimensão e relevância no mundo atual.

Assim, o objeto de estudo decorre da formulação da seguinte pergunta inicial, à qual se pretende dar resposta na conclusão do trabalho: *"Será o moderno mercado capitalista a base da liberdade ou da repressão?"*

Como este projeto de investigação envolve o uso de uma análise interpretativa intensiva e prudente, a metodologia a ser aplicada será baseada na abordagem filosófica, utilizando métodos qualitativos que terão como principal fonte de dados a pesquisa bibliográfica e a esquematização e sistematização teórica, para assim responder à pergunta de partida, da forma mais correta e cuidadosa possível.

O estudo e trabalho a que me proponho tem como objetivo compreender a influência e o impacto político e social que o mercado aparenta ter na sociedade contemporânea. Para tal, será

³ D. W. PEARCE, *The Macmillan Dictionary of Modern Economics*, The Macmillan Press LTD, London and Basingstoke, 1981, 271.

preciso analisar e aprofundar o conceito de mercado livre. Tenciono assim estabelecer a dimensão e importância do mercado para depois ser me possível visualizar, de forma mais clara e precisa, o seu poder e influência política. Sendo um tópico passível de ser bastante extenso e complexo, como podemos ver pela diversidade de estudos realizada, decidi proceder à escolha de dois autores que estivessem devidamente familiarizados com o tema. Assim, Herbert Marcuse e Friedrich Hayek foram os autores que considerei como sendo os mais adequados para o estudo em causa.

Deste modo, é de realçar algumas obras e trabalhos que já foram realizados neste âmbito, tanto em Portugal, como no estrangeiro. No que toca a Friedrich Hayek, já foram elaborados, em Portugal, diversos estudos e pesquisas sobre o pensador austríaco, sendo os mais relevantes, ‘*O Direito e a Moral no Pensamento de Friedrich Hayek*’⁴ de Manuel Campos, ‘*Dispersão de Resultados em Hayek*’⁵ de Orlando Samões, ‘*A Ordem Espontânea no Pensamento de Friedrich August Von Hayek: Para uma Reabilitação da Tradição Liberal Clássica*’⁶ de Pedro Augusto Silva, e ‘*Do conceito de liberdade em Friedrich A. Hayek: um contributo para o estudo do liberalismo clássico em Portugal*’⁷ de Samuel de Paiva Pires.

Por outro lado, e apesar de ser um dos autores mais influentes da contemporaneidade, Herbert Marcuse não apresenta, em Portugal, a influência e a liderança que exerceu em outras latitudes. Contudo, existem em Portugal alguns estudos sobre o autor alemão, entre quais se destaca para o âmbito deste estudo, a dissertação de mestrado de Assucena Marlene Ferreira de Sousa, intitulada ‘*Marcuse e a ambivalência da técnica*’.⁸

⁴ M. F. CAMPOS, *O Direito e a Moral no Pensamento de Friedrich Hayek*, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 1999.

⁵ O. SAMÕES, *Dispersão de Resultados em Hayek*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2009.

⁶ P. A. SILVA, *A Ordem Espontânea no Pensamento de Friedrich August Von Hayek: Para uma Reabilitação da Tradição Liberal Clássica*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1999.

⁷ S. D. PIRES, *Do conceito de liberdade em Friedrich A. Hayek: um contributo para o estudo do liberalismo clássico em Portugal*, Universidade de Lisboa, Lisboa 2011.

⁸ A. M. SOUSA, *Marcuse e a Ambivalência da Técnica*, Universidade do Minho, Braga, 2018.

Em termos internacionais, ambos os autores são amplamente estudados e debatidos, no entanto, importa realçar alguns trabalhos e estudos, em conformidade com o tema desta pesquisa. Deste modo, importa relevar a dissertação de Seong-Ju Lee, '*A Reconstruction and Critique of Hayek's Theory of Free Market Economy*'⁹, e ainda, o livro escrito por Peter J. Boettke, incluído no livro '*F. A. Hayek: Economics, Political Economy and Social Philosophy*'¹⁰, ambos no âmbito de estudo sobre Friedrich Hayek. Por outro lado, é de notar a dissertação de Eduardo Altheman Camargo Santos '*Por uma Teoria Crítica do neoliberalismo – Marcuse no século XXI*'¹¹, e ainda o artigo de Petrik Runst e Steven Horwitz, '*Alienation and Rationality- The retreat of postwar socialism*'¹², estes últimos inseridos na análise à obra de Herbert Marcuse.

Numa primeira fase, é de capital importância perceber que este trabalho tem como objetivo analisar a concepção de mercado livre, dentro da sociedade ocidental capitalista, apresentada por dois autores, Herbert Marcuse e Friedrich Hayek, que a meu ver, e apesar de terem escrito a sua obra no século XX, têm uma influência brutal na forma como o indivíduo entende o mercado e as suas implicações económicas e políticas, mas também como olha para a própria sociedade, e a forma como esta se tem desenvolvido em torno do mesmo, assim, a metodologia a usar será o método comparativo.

Em segundo lugar, é de notar que, este trabalho vai abordar, não a filosofia política e sociológica dos autores, mas mais precisamente, de que forma a sua visão sobre o mercado influencia todas as outras esferas da vida em sociedade. Deste modo, o objetivo é perceber e entender porque ambos atribuíam ao mercado, por razões diferentes, muitas das chaves que resolveriam os problemas da sociedade moderna.

⁹ S. J. LEE, *A Reconstruction and Critique of Hayek's Theory of Free Market Economy*, Universidade de Bremen, Bremen, 2004.

¹⁰ P. J. BOETTKE, *F. A. Hayek: Economics, Political Economy and Social Philosophy*, Palgrave Macmillan London, London, 2019.

¹¹ E. A. SANTOS, *Por uma teoria crítica do neoliberalismo: Marcuse no século XXI*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018

¹² P. RUNST & S. HORWITZ, *Alienation and rationality: The retreat of postwar socialism*, *The Review of Austrian Economics*, Springer; Society for the Development of Austrian Economics, vol. 28(2), 2015.

Por outro lado, a tese procurará debater de que forma, Herbert Marcuse e Friedrich Hayek, refletem a ideia de que a base das liberdades políticas e sociais, ou a falta delas, advêm da forma produtiva moderna, e o quanto destas liberdades foram potenciadas ou reprimidas pelo exercício do livre mercado. Por último, é de realçar que o trabalho pretende chegar a uma conclusão final, apoiada nos argumentos de um dos autores, sobre qual é a visão de mercado que melhor se coaduna com a liberdade individual e a vida em harmonia em sociedade.

Desta forma, é de assinalar que o trabalho será estruturado em quatro partes. Numa primeira fase, e como o trabalho vai abordar as visões de ambos os autores sobre o mercado livre, e a sua ligação à vida em sociedade, é importante analisar as teorias e conceções de ambos os pensadores, e ao mesmo tempo, fazer uma breve análise sobre alguns dos autores e pensadores onde se basearam para criar os seus argumentos e defender as suas posições.

Assim, a primeira e segunda parte do trabalho vão incidir mais profundamente na reflexão que ambos fazem sobre o mercado capitalista moderno, analisando criticamente as suas posições, tendo sempre em conta as bases que permitiram a ambos formar a sua teoria.

Neste sentido, e através do estudo dos seus textos, a tese irá tentar compreender e debater os argumentos que Herbert Marcuse expõe como, o conceito de alienação, a subjetividade no mercado livre e a sua relação filosófica com Freud, bem como, a rejeição do autor aos valores do mercado livre, a sua condenação da sociedade de consumo atual e o seu constante incentivo à satisfação de necessidades, que grande parte das vezes está subvertido, pois o sistema capitalista torna necessidades não básicas em necessidades primárias. Perceber de que forma o capitalismo e a sua forma de produzir bens subverteu a consciência do indivíduo, tornando o seu modo de vida distorcido em inquestionável, mas também entender a forma como o próprio capitalismo mudou a consciência da classe operária oprimida, que, como já se encontra integrada no sistema de mercado livre, já não será ela a conduzir a revolução rumo ao socialismo.

A dissertação irá debater as implicações políticas da concepção de mercado do pensador alemão, que afirma que as próprias instituições sociais, por estarem ao serviço do mercado, caíram assim na sua rede de hegemonia, através da dominação psíquica, mas também política, que o mercado faz recair sobre todas as estruturas de governo, criando um absoluto consenso sobre esta forma de organização política, terminando com qualquer tipo de crítica ao estado vigente das coisas. Neste sentido, Marcuse vai argumentar que através do avanço tecnológico e da globalização, atribuídas à expansão do mercado, é gerado, no interior dos indivíduos e instituições, uma racionalidade tecnológica, com alto teor de totalitarismo, que nunca irá ser repensado devido à ação repressiva e dominadora da sociedade de consumo sobre todas as estruturas da sociedade.

Em seguida, o trabalho focar-se-á nas consequências sociais inerentes ao livre mercado, no caso de Herbert Marcuse, o autor defende que, apesar do mercado livre ter dado condições ao indivíduo em sociedade para acabar com o trabalho alienado, emancipando a classe oprimida, e poder finalmente viver uma vida verdadeiramente livre e feliz, o indivíduo não se consegue libertar, pois o mercado cria nele próprio um modelo de felicidade errado, que advém do consumo e da satisfação de necessidades secundárias. Neste sentido, o mercado capitalista vai ter a tendência para mercantilizar todo o tipo de atividades e bens, mesmo aqueles necessários à vida, vai coisificar o ser humano e as suas relações sociais, tornando assim o indivíduo num ser unidimensional, sem qualquer tipo de abordagem crítica ao modelo social imposto.

No que toca a Friedrich Hayek, e pelo facto de já ser um autor muito estudado, penso que seria de grande relevância abordar a sua defesa do mercado livre, não só na ótica económica e de produção de riqueza, mas também na relação do mesmo com uma vida livre na sua plenitude. Deste modo, o trabalho irá recair na forma como o autor vê a liberdade económica e o conceito de mercado livre, ou cataláxia, como o autor o denomina, atribuindo-lhe uma das razões principais para toda a convivência em harmonia na sociedade, ao contrário de Herbert Marcuse que o considera um motor de repressão. O trabalho irá também analisar, no conjunto de obras do autor, o seu argumento da concorrência como motor de liberdade, o conceito de cataláxia,

de ordem espontânea e da concepção do autor sobre o mercado como impulsionador de informação e de regulador de uma vida em sociedade realmente livre, sem coerção.

Por outro lado, Hayek debate as consequências do mercado livre de uma forma bem diferente, afirmando que o mercado livre é a melhor forma de afetação de recursos, e que é a intervenção estatal que vai distorcer este mecanismo de equilíbrio de mercado. Assim, advém desta concepção de mercado uma forte crítica ao Estado paternalista, a teorias de justiça social comportadas pelo Estado e à coerção exercida pelo governo, pois assim não será possível ao mercado exercer plenamente as suas funções, logo a teorização do mercado feita por Friedrich Hayek comporta uma defesa obrigatória de leis abstratas, liberdade negativa e a abolição de restrições à livre concorrência e à mercantilização dos bens.

Por outro lado, Hayek faz a defesa do livre mercado em termos sociológicos, pois afirma que é a única forma de garantir a liberdade individual de cada um, a melhor forma de transmissão de conhecimento e informação no seio da sociedade, tendo sempre em pano de fundo uma abordagem sociológica individualista, opondo-se à noção coletivista de Marcuse.

Nas duas últimas partes, a dissertação irá confrontar pontos de vista antagônicos sobre o mercado, dos dois autores debatidos nas duas primeiras partes, e por fim responderá à pergunta inicial, *“Será o moderno mercado capitalista a base da liberdade ou da repressão?”*.

Para além da análise dos autores já referidos, irão ser introduzidos nesta pesquisa, outras obras e autores, para assim dotar o texto de um grau de complexidade maior, e introduzir neste estudo, temáticas e abordagens diferentes, que serão relevantes para uma melhor e mais completa análise do tema.

Capítulo 1- Herbert Marcuse

O mercado como motor de repressão

Herbert Marcuse, logo nos primeiros parágrafos de *‘O Homem Unidimensional’*¹³, afirma que o moderno mercado capitalista criou um novo tipo de repressão, totalmente distinta dos anteriores estágios históricos da sociedade:

“Esta repressão, tão diferente da que caracterizou as fases anteriores, menos desenvolvidas da nossa sociedade, funciona hoje não a partir de uma posição de imaturidade natural e técnica, mas sim a partir de uma posição de força. As capacidades (intelectuais e materiais) da sociedade contemporânea são imensamente maiores do que nunca - o que significa que o âmbito do domínio da sociedade sobre o indivíduo é incomensuravelmente maior do que nunca antes. A nossa sociedade distingue-se pela conquista das forças sociais centrífugas com Tecnologia, em vez de Terror, na dupla base de uma eficiência esmagadora e um nível de vida crescente.”¹⁴

Na verdade, Herbert Marcuse incluí o mercado livre, dentro das características daquilo a que chama “sociedade industrial avançada”¹⁵, uma sociedade capaz de se expandir e enriquecer, continuando, simultaneamente, a perpetuar a repressão, ao mesmo tempo que sufoca as reais possibilidades de luta pela paz, e transforma as verdadeiras necessidades políticas de uma sociedade, em necessidades individuais, que promovem a concorrência e os negócios, às custas do desenvolvimento humano.¹⁶

¹³ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man. Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*, Beacon Press, Boston, 1964.

¹⁴ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 44-45. - “This repression, so different from that which characterized the preceding, less developed stages of our society, operates today not from a position of natural and technical immaturity but rather from a position of strength. The capabilities (intellectual and material) of contemporary society are immeasurably greater than ever before—which means that the scope of society’s domination over the individual is immeasurably greater than ever before. Our society distinguishes itself by conquering the centrifugal social forces with Technology rather than Terror, on the dual basis of an overwhelming efficiency and an increasing standard of living.”

¹⁵ *Ibid.*, 44.

¹⁶ *Ibid.*, 44.

Desta forma, o autor alemão vai criticar o desenvolvimento técnico e organizacional da sociedade contemporânea, nomeadamente a sua capacidade de reprimir as verdadeiras mudanças sociais, em nome de uma falsa liberdade e da perpetuação da dominação, terminando com a possibilidade de novas formas da existência humana:

“A sociedade contemporânea parece ser capaz de conter a mudança social - mudança qualitativa que estabeleceria instituições essencialmente diferentes, uma nova direção do processo produtivo, novos modos de existência humana. Esta contenção da mudança social é talvez a realização mais singular da sociedade industrial avançada.”¹⁷

Para Marcuse, a dimensão tecnológica da sociedade industrial avançada tem um caráter totalitário e repressivo, na medida em que determina as competências e técnicas socialmente necessárias, mas tem a capacidade de obliterar o conflito entre esfera pública e domínio privado, determinando as necessidades e as aspirações individuais.¹⁸ Assim, a sociedade industrial avançada, mais do que um universo tecnológico, é também um universo político, que determina o progresso a sociedade como um todo, influenciando-a quer a nível económico quer social:

"A forma como uma sociedade organiza a vida dos seus membros envolve uma escolha inicial entre alternativas históricas que são determinadas pelo nível herdado de cultura material e intelectual. A escolha em si resulta do jogo dos interesses dominantes. Ela antecipa modos específicos de transformação e utilização do homem e da natureza e rejeita outros modos. É um 'projecto' de realização, entre outros. Mas uma vez que o projecto se tornou operacional dentro das instituições e relações básicas, tem a tendência a tornar-se exclusivo e a determinar o desenvolvimento da sociedade como um todo. Como universo tecnológico, a sociedade industrial avançada é um universo político, a última etapa na realização de um projecto histórico específico - nomeadamente, a experiência, transformação e organização da natureza como mero material de dominação. À medida que o projecto se desdobra, ele molda todo o universo do discurso e da acção, da cultura intelectual e material. No meio da tecnologia, cultura, política e

¹⁷ *Ibid.*, 46. - “*Contemporary society seems to be capable of containing social change—qualitative change which would establish essentially different institutions, a new direction of the productive process, new modes of human existence. This containment of social change is perhaps the most singular achievement of advanced industrial society.*”

¹⁸ *Ibid.*, 49.

economia fundem-se num sistema omnipresente que engole ou repulsa todas as alternativas. A produtividade e o potencial de crescimento deste sistema estabilizam a sociedade e contêm o progresso técnico no quadro da dominação. A racionalidade tecnológica tornou-se racionalidade política."¹⁹

No mesmo sentido, Marcuse aponta para a perda da individualidade, dentro deste novo sistema tecnológico e mecanizado, afetando as liberdades e direitos, tão prezadas nas primeiras fases da sociedade industrial, mas que, graças á sua institucionalização estão a perder o seu caráter tradicional, e ser substituídas em nome da eficiência e da produtividade.²⁰ É neste ponto que Herbert Marcuse tece a uma das suas críticas ao mercado livre, afirmando que, caso este não existisse, e os próprios indivíduos não tivessem de se expor às suas dinâmicas, a própria mecanização e progresso tecnológico poderia libertar o indivíduo para a satisfação das suas verdadeiras necessidades vitais.²¹ Segundo o autor, caso o aparelho produtivo não fosse regido pelas leis do mercado, organizando-se de forma diferente, e orientado para as reais necessidades da população, o ser humano seria mais autónomo e livre.

Também no seu artigo intitulado ‘*Some Social Implications of Modern Technology*’²², Marcuse faz notar que, para se fazer cumprir uma das mais prementes características da sociedade capitalista, o individualismo, era necessário adotar um sistema que compreendesse esta racionalidade, e apelasse a este instinto, criando assim a sociedade liberal. Porém, Marcuse aponta que no princípio, os produtos e resultados deste sistema eram marcas da individualidade

¹⁹ *Ibid.*, 49. - “The way in which a society organizes the life of its members involves an initial choice between historical alternatives which are determined by the inherited level of the material and intellectual culture. The choice itself results from the play of the dominant interests. It anticipates specific modes of transforming and utilizing man and nature and rejects other modes. It is one “project” of realization among others. But once the project has become operative in the basic institutions and relations, it tends to become exclusive and to determine the development of the society as a whole. As a technological universe, advanced industrial society is a political universe, the latest stage in the realization of a specific historical project—namely, the experience, transformation, and organization of nature as the mere stuff of domination. As the project unfolds, it shapes the entire universe of discourse and action, intellectual and material culture. In the medium of technology, culture, politics, and the economy merge into an omnipresent system which swallows up or repulses all alternatives. The productivity and growth potential of this system stabilize the society and contain technical progress within the framework of domination. Technological rationality has become political rationality.”

²⁰ *Ibid.*, 54.

²¹ *Ibid.*, 55.

²² H. MARCUSE, *Technology, war and fascism: Collected Papers of Herbert Marcuse*, Routledge, London, 1998.

de cada um, contudo, com o aumento da estandardização e da mecanização do processo produtivo, esta liberdade individual foi minada, forçando o sujeito a competir com grandes empreendimentos e infraestruturas, que aboliram a liberdade económica individual.²³

Deste modo, as leis de mercado, mais concretamente os princípios da livre competição, acabam por favorecer, dentro da sociedade industrial avançada, os atores mais desenvolvidos tecnologicamente, e com grande grau de automação e eficiência, concentrando assim um vasto poder económico. Marcuse entende que a racionalidade individualista transforma-se, na sociedade moderna, numa racionalidade tecnológica, capaz de modificar o que se considerava o indivíduo economicamente livre, num sujeito unicamente dependente da sua eficiência, confinado às adaptações exigidas pela sociedade industrial. No mesmo sentido, Marcuse refere que o mesmo instinto de individualidade que permitiu criar a sociedade capitalista e o mercado livre, está a ser corrompida pela própria racionalidade do sistema vigente.

As competências e a eficiência exigidas, tanto pelo mercado, como pela própria automação da sociedade, criam padrões forçados de competitividade e comportamento, a que os sujeitos têm de se adaptar para conseguir sobreviver a um sistema cada vez mais conflituoso e automatizado. Em '*On the Philosophical Foundation of the Concept of Labour*'²⁴, Marcuse já afirmava que, só através do trabalho, que se encontra impregnado na natureza do Homem e é fundamental na sua existência, é possível que o indivíduo consiga determinar a sua posição dentro do processo histórico, e tenha a capacidade para o alterar.²⁵ Ora, se o indivíduo é obrigado a adaptar-se constantemente ao sistema imposto e incapaz de realizar a sua individualidade através do trabalho, não existe na sua totalidade como ser humano.

No mesmo sentido, o indivíduo subordinado e dependente, ora de fatores, ora de padrões externos, como o mercado, vê a sua autonomia subjugada, e a procura pelo interesse próprio,

²³ *Ibid.*, 43.

²⁴ H. MARCUSE, *On the Philosophical Foundation of the Concept of Labor*, Telos, 1973, 9-37.

²⁵ *Ibid.*, 27.

um dos pilares da sociedade liberal fica sem efeito. Quanto mais o indivíduo procura corresponder à lógica tecnológica e de mercado, mais depressa vai sucumbir aos aspetos dessa racionalidade, pois deixará de poder expressar a sua identidade e abstrair-se do ambiente em que está inserido, tornando-se um garante da continuação da ordem estabelecida, a sociedade industrial avançada. O homem passa a ser moldado pelos requerimentos técnicos da sociedade, pelos valores e mecanismos criados por essa mesma sociedade, obrigando os indivíduos que nela querem sobreviver a acatar as suas ordens, e a fazer corresponder a sua autonomia e interesse aos estímulos e ordens dados pelo aparato da sociedade industrial avançada.²⁶

Existe assim uma tendência para que todas as pessoas se comportem e atuem da mesma forma racional, de acordo com as normas impostas, ajustando-se e adaptando-se, viabilizando a sua continuação da sua vida em sociedade. Por outro lado, também os valores e ações que criticavam o sistema, à medida que este foi evoluindo, também perderam o seu significado, e começaram a ser incorporados dentro do aparato tecnológico e de mercado, provocando alterações profundas na estrutura conflituante ao sistema vigente. O mesmo aconteceu a grupos e organizações que lutaram contra este tipo de sociedade, tendo sido incorporados e transfigurados em partidos de massa e burocracias infundáveis, o que deixou de permitir o florescimento de um pensamento que transcendesse o modelo de sociedade de mercado.

Deste modo, Marcuse discorre sobre o facto da sociedade moderna já não conseguir compactuar com os conceitos tradicionais de liberdade económica e política que a fundaram, sendo necessário transcende-los e adequar novos modos de realização às capacidades e possibilidades da nova sociedade industrial avançada.²⁷ Assim, o filósofo alemão apela a uma mudança relativamente aos termos tradicionais de liberdade:

“Assim, liberdade económica significaria liberdade da economia - de ser controlado por forças e relações económicas; liberdade da luta diária pela existência, de ganhar a vida.

²⁶ H. MARCUSE, *Technology, war and fascism*, 49.

²⁷ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 56.

A liberdade política significaria a libertação dos indivíduos da política sobre a qual não têm controlo efetivo. Do mesmo modo, a liberdade intelectual significaria a restauração do pensamento individual agora absorvido pela comunicação e doutrinação de massas, a abolição da "opinião pública" juntamente com os seus criadores. O som irrealista destas proposições é indicativo, não do seu carácter utópico, mas da robustez das forças que impedem a sua realização.”²⁸

Neste ponto, interessa-nos mais, para esta parte do estudo, a reflexão que Marcuse elabora sobre a liberdade económica e o mercado livre. Assim, o autor refere que a liberdade económica em contexto de mercado livre é insuficiente para corresponder às exigências do indivíduo e da sociedade moderna. Para o próprio, as dinâmicas económicas de mercado são forças de dominação, absorvendo até o interesse individual do indivíduo, que após ser inserido em contexto de mercado, vê a sua racionalidade individual e os seus progressos são esgotados e dissipados pela eficiência de mercado.²⁹ Este processo social faz um julgamento do ser humano unicamente baseado na sua eficiência perante as dinâmicas do mercado, padronizando o seu pensamento e as suas ações, toldando a sua criatividade e originalidade.

Por outro lado, Marcuse declara que a sociedade industrial moderna ao mesmo tempo que advoga a liberdade com um valor fundamental, sufoca as necessidades reais que precisam de ser libertadas das dinâmicas de mercado, pois a imposição que este provoca, seja através da contínua produção e distribuição, seja através da perpetuação de necessidades supérfluas, incapacita o indivíduo de se libertar realmente.³⁰ Dentro desta sociedade, Marcuse vê a liberdade económica e de escolha como um veículo de repressão, no sentido que, para o autor, o conjunto de possibilidades que o indivíduo tem à sua disposição, não é decisivo para se

²⁸ *Ibid.*, 56. - “Thus economic freedom would mean freedom from the economy—from being controlled by economic forces and relationships; freedom from the daily struggle for existence, from earning a living. Political freedom would mean liberation of the individuals from politics over which they have no effective control. Similarly, intellectual freedom would mean the restoration of individual thought now absorbed by mass communication and indoctrination, abolition of “public opinion” together with its makers. The unrealistic sound of these propositions is indicative, not of their utopian character, but of the strength of the forces which prevent their realization.”.

²⁹ H. MARCUSE, *Technology, war and fascism*, 60.

³⁰ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 58.

descortinar o nível de liberdade que este possui, mas antes, qual o tipo de escolhas que o sujeito pode realizar e quais ele opta por escolher, reiterando que, apesar do critério de escolha ser relativo para cada um, este não é absoluto para a definição de liberdade de cada um.³¹

A liberdade de escolha, definidora do sistema de mercado, torna-se, para Marcuse, motor de repressão, na medida em que esta, apesar de permitir selecionar uma grande variedade de produtos e serviços, cria estes mesmos produtos através de processos sociais baseados em dominação e constrangimento. As próprias necessidades que estes produtos acabam por suprimir, não são reais, mas sim impostas pelo próprio sistema, que relega as “verdadeiras necessidades”³² do indivíduo para segundo plano, provando deste modo a capacidade e eficácia da repressão da sociedade moderna. Desta forma, Marcuse faz a distinção dos diferentes tipos necessidades, designando as falsas necessidades como:

“(…) ‘Falsas’ são as que são superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares dentro da sua repressão: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria, e injustiça. A sua satisfação pode ser muito gratificante para o indivíduo, mas esta felicidade não é uma condição que tenha de ser mantida e protegida se serve para travar o desenvolvimento da sua capacidade (a sua e a dos outros) de reconhecer a doença do todo e agarrar as hipóteses de curar a doença. O resultado é então euforia na infelicidade. A maioria das necessidades prevalecentes para relaxar, divertir-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, para amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertencem a esta categoria de falsas necessidades.”³³

³¹ *Ibid.*, 59.

³² Para Marcuse, o julgamento das diferentes necessidades, bem como a sua satisfação, irá depender de padrões de prioridades, que no fundo, são padrões que visam o desenvolvimento individual e da sociedade como um todo, sob os recursos disponíveis. Assim, Marcuse apresenta como um exemplo de um padrão de necessidades, a satisfação das necessidades vitais, ou o alívio da pobreza. Porém, alerta para o facto de, em último caso, o tipo de necessidades será sempre definido pelo próprio indivíduo, desde que este não esteja subjugado por interesses externos e possa dar a sua resposta de livre vontade.

³³ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 57 - “(…) ‘False’ are those which are superimposed upon the individual by particular social interests in his repression: the needs which perpetuate toil, aggressiveness, misery, and injustice. Their satisfaction might be most gratifying to the individual, but this happiness is not a condition which has to be maintained and protected if it serves to arrest the development of the ability (his own and others) to recognize the disease of the whole and grasp the chances of curing the disease. The result then is euphoria in unhappiness. Most of the prevailing needs to relax, to have fun, to behave and consume in accordance with the advertisements, to love and hate what others love and hate, belong to this category of false needs.”

Este tipo de necessidades revela a capacidade do mercado, e do próprio sistema capitalista de impor a sua vontade, e influenciar até as necessidades e desejos de cada indivíduo. Estas “falsas necessidades” são definidas por fatores externos, nos quais os indivíduos não têm qualquer controlo, e apesar de cada um se relacionar com estas necessidades e torna-las suas, nada disto justifica o facto de serem produtos criados por uma sociedade que tem como base a repressão. Marcuse assinala ainda que as únicas necessidades que devem ser totalmente satisfeitas são as necessidades básicas, como a habitação, sendo estas o pré-requisito para a satisfação de todas as outras necessidades.³⁴

Neste caso, o pensador berlinense disfarça uma crítica ao mercado e à sua capacidade de produzir cada vez mais produtos e serviços, bem como à sua mestria em aumentar a qualidade de vida dos indivíduos, através de “falsas necessidades”, promovendo uma “falsa consciência”³⁵, que molda o indivíduo e cria um modo de vida baseado na doutrinação.

A sociedade industrial avançada, através do mercado, usa a sua imensa capacidade de produção e distribuição para gerar produtos e serviços, e as consequentes necessidades que deles derivam, ao mesmo tempo que, têm a amplitude para chegar a cada vez mais pessoas, e a cada vez mais classes sociais, criando um modo de vida baseado na satisfação de falsas necessidades. Contudo, Marcuse aponta que este novo modo de vida, apesar de baseado na repressão e doutrinação, é superior ao anterior, porém este último, forma um padrão de comportamento e pensamento unidimensional, que não permite ao indivíduo ter um pensamento que transcenda o sistema atual, vendo as suas ambições e objetivos individuais repelidos e moldada pela racionalidade do sistema existente.³⁶

De acordo com o autor alemão, toda a prosperidade presente na sociedade industrial é apenas uma capa que esconde o verdadeiro inferno por que passa a grande parte da população. Através

³⁴ *Ibid.*, 57.

³⁵ *Ibid.*, 62.

³⁶ *Ibid.*, 62.

das “falsas necessidades”, mas igualmente por meio da sua produtividade crescentemente repressiva, que força o ser humano a competir e a lutar com os seus pares, unicamente com o intuito de alcançar a mesma opulência e o mesmo nível de conforto. Este suposto conforto permite ainda que o sistema capitalista consiga penetrar em zonas do globo e sociedades pouco desenvolvidas, em que esta produção exacerbada ainda significa um imenso progresso civilizacional, ao mesmo tempo que empresta à conquista da escassez o veículo que permite a continuação da repressão.³⁷

Da mesma forma, Herbert Marcuse em ‘*Some Social Implications of Modern Technology*’ discorre sobre o poder que a sociedade contemporânea tem, pelo meio do mercado, em quantificar as qualidades individuais e padronizá-las conforme a sua cultura.³⁸ No fundo, a técnica e a eficiência exigidas pela sociedade, juntamente com a sua escala de produção e de distribuição, desenvolveram e moldaram o indivíduo conforme a sua visão de mundo e de individualidade, transformando-o num sujeito incapaz de pensar e de se autonomizar, o homem unidimensional.

Já em ‘*An Essay on Liberation*’³⁹, Marcuse faz referência à engenharia social que prende a consciência dos indivíduos, sob o meio do desenvolvimento e manipulação de necessidades, que possibilitam o enfraquecimento de propostas alternativas e perpetuam a exploração. Toda esta opulência e satisfação está sob o jugo de mais servidão e restrição:

“Todo o reino da competição entre performances e diversão estandardizada, todos os símbolos de estatuto, prestígio, poder, de virilidade e encanto publicitados, de beleza comercializada - todo este reino mata nos seus cidadãos a própria disposição, os órgãos, para a alternativa: a liberdade sem exploração.”⁴⁰

³⁷ *Ibid.*, 392-393.

³⁸ H. MARCUSE, *Tecnology, war and fascism*, 62.

³⁹ H. MARCUSE, *An Essay on Liberation*, Beacon Press, Boston, 1969.

⁴⁰ *Ibid.*, 18. - “*The entire realm of competitive performances and standardized fun, all the symbols of status, prestige, power, of advertised virility and charm, of commercialized beauty — this entire realm kills in its citizens the very disposition, the organs, for the alternative: freedom without exploitation.*”.

Para o autor, o capitalismo não só reduz o ambiente de liberdade, como também, preconiza esse mesmo ambiente sem liberdade. Nesta medida, Marcuse defende que um universo onde as relações entre os indivíduos não estejam mediadas pelo capitalismo e pelo mercado livre, e baseadas na competição, demanda que o ser humano consiga se libertar das falsas necessidades e das satisfações imediatas e repressivas que o mercado oferece⁴¹, e seja assim capaz de depreender uma sociedade diferente e livre das amarras do capitalismo.

Por outro lado, Marcuse enfatiza ainda, no seu texto *'The Problem of Social Change in the Technological Society'*⁴², o facto da produção e da distribuição em grande escala do capitalismo, não ser a soma de meros instrumentos económicos, mas sim algo que está previamente definido e não pode ser dissociado do seu contexto político e social. Desta forma, o mercado tem a capacidade de determinar qual é o produto do processo social, e determinar quais as ocupações, habilidades e comportamento dos indivíduos, e conseqüentemente tem poder sobre a coesão e as interações sociais, usando esse mesmo poder para, na visão de Marcuse, determinar quem controla e quem serve, dentro da sociedade industrial avançada.⁴³

Neste sentido, a sociedade industrial avançada perpetua a vida como um meio. A sua dimensão e escala proporciona uma dinâmica de defesa, e ao mesmo tempo de expansão, através do seu aparato tecnológico consegue modificar necessidades políticas e sociais, em necessidades individuais, aniquilando qualquer mecanismo contra sistema. Na opinião do autor, esta sociedade ultrapassou os limites da ideologia, transpondo-se para toda a vida em comunidade, desde instituições públicas a supermercados, através das relações sociais que instituiu.⁴⁴

No mesmo âmbito, Karl Polanyi, na sua obra *'A Grande Transformação'*⁴⁵, notava que o sistema capitalista, por ter sido o único modelo económico a basear-se no lucro, teve a

⁴¹ *Ibid.*, 24.

⁴² H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society: Collected Papers of Herbert Marcuse*, Routledge, London, 2001.

⁴³ *Ibid.*, 42.

⁴⁴ *Ibid.*, 41.

⁴⁵ K. POLANYI, *A grande Transformação: As origens da nossa época*, Editora Campus, Rio Janeiro, 2000, 2ª ed.

capacidade de influenciar toda a humanidade. Para Polanyi, a motivação do lucro, permitiu que fossem criadas as instituições capitalistas formais, que tivessem a capacidade, não só de organizar o mercado, mas também de moldar a própria sociedade. Assim, contrariamente ao que devia ser natural, o sistema de mercado não está embutido dentro das relações sociais, ao invés, é o mercado que define as relações sociais.⁴⁶ Para o autor húngaro, só a partir do aparecimento das instituições de mercado, e também da própria industrialização, é que o ser humano começou a adotar para si um modo de vida baseado na compra e venda de produtos no livre comércio, em oposição ao que acontecia antes, em que o sistema de mercado livre era diminuto e tinha pouco poder sobre a vida do indivíduo e da forma como este se relaciona com a sociedade em que está inserido. Na mesma linha do pensamento de Marcuse, Polanyi argumenta que o capitalismo obriga a sociedade moderna a adaptar-se às suas leis e dinâmicas, a moldar-se segundo a sua vontade política e a obedecer às suas regras, extravasando os limites institucionais que o limitavam, e passando a auto regular-se, deixando à sua mercê a vida e as aspirações da vasta maioria da população.

Assim, este enraizamento do sistema na vida de cada um provoca um contínuo crescimento de dominação sobre o Homem e a natureza, muito graças à necessidade que o sistema tem em desenvolver a técnica e a eficiência, aumentando conseqüentemente a sua produtividade, e entrando numa espiral destrutiva da individualidade do ser humano. A economia capitalista reduz a materialidade das ações individuais, assim como as suas funções, unicamente valoradas a partir do seu valor de troca dentro do mercado, e numa constante competição pela sobrevivência. Para a maioria da população esta luta pela sobrevivência significa uma vida de trabalho árduo, e que nunca será capaz de transcender a escassez característica do capitalismo, pois a necessidade de progresso tecnológico levará ao aumento do trabalho socialmente

⁴⁶ *Ibid.*, 77.

necessário, vendo o indivíduo ser-lhe negado a possibilidade de gratificação e da pacificação da sua existência.⁴⁷

Neste sentido, Marcuse define pacificação de existência como o desenvolvimento da luta do ser humano com o homem, mas também com a natureza, em condições nas quais as necessidades, desejos e ambições não são orientadas por interesses individuais de dominação e escassez.⁴⁸

Neste sentido, o autor vai procurar debater a irracionalidade do sistema capitalista e da própria sociedade industrial avançada, apontando para o facto desta mesma irracionalidade ser proveniente da racionalidade do próprio sistema. Destaca a capacidade que a sociedade industrial tem em desenvolver a sua tecnologia e a eficiência técnica, porém, ao mesmo tempo que abre novos caminhos para o ser humano, por via deste desenvolvimento, subordina-os à sua vontade, e usa-os como um meio, impossibilitando a pacificação da existência.⁴⁹

No pensamento marcusiano, uma sociedade que conjugue opulência e abundância, com um princípio de liberdade baseado numa contínua expansão selvagem, mas também no conflito permanente, será sempre uma sociedade que terá como ideal a perpetuação da escassez. Neste caso, torna-se evidente graças à capacidade que a lógica de mercado contém, no seu constante desenvolvimento de “escassez criada artificialmente”⁵⁰, nomeadamente o seu sistemático fabrico de novos bens e serviços. Graças a esta dinâmica, os indivíduos vêem-se obrigados a desperdiçar a sua vida no mercado, em busca de condições que lhes permitam adquirir os produtos do seu trabalho, e estes segundos necessitam de ser vendidos a preços cada vez mais altos, pois precisam de ser vendidos com lucro, lucro este que depende do crescimento da produtividade do trabalho. Todo este processo vai dar origem àquilo a que Marx chamou, e Marcuse também salienta, a lei do crescimento da acumulação de capital.⁵¹

⁴⁷ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 46.

⁴⁸ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 65.

⁴⁹ *Ibid.*, 66.

⁵⁰ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 62. - “artificially created scarcity”.

⁵¹ K. MARX, *Capital: A Critique of Political Economy*, Vol. 1, Penguin Classics, London, 1990, 798.

Em ‘*O Capital*’, Marx já apontava para esta mesma realidade que Marcuse descreveria, afirmando que, numa sociedade cujo modo de produção capitalista ou de livre mercado, é uma sociedade onde o indivíduo para se valorizar a si próprio precisa de satisfazer as necessidades que já se encontra instituídas, ao invés de, ser a própria riqueza que já se encontra na sociedade a necessidade de desenvolvimento do próprio trabalhador.⁵² Na mesma linha de pensamento, o autor nascido em 1818, já fazia referência à dinâmica da produção capitalista, e ao poder que esta detém sobre os indivíduos: “Tal como o homem é governado, na religião, pelos produtos do seu próprio cérebro, logo, na produção capitalista, ele é governado pelos produtos da sua própria mão.”⁵³

Os limites da racionalidade do sistema capitalista são claros para Marcuse, apontando para o facto de que lógica de mercado vai, progressivamente, enclausurando o Homem por meio da sua dimensão tecnológica, fazendo corresponder o seu modo de pensamento e comportamento à própria realidade, contribuindo para a preservação de uma falsa consciência e por conseguinte uma ordem falsa dos próprios factos reais.⁵⁴ A sociedade baseada no livre mercado reproduz-se para a realidade num conjunto de relações crescentemente técnicas, que, além do mais, utiliza o Homem como uma simples ferramenta, ou seja, a luta pela existência livre, mas também a exploração do indivíduo tornaram-se mais científicas e racionais.

Por outro lado, destaca-se a faculdade que o sistema capitalista tem de resolver as deficiências de carência da sociedade, contudo esta fase só seria possível com uma mudança a nível político, visto que, aqueles que controlam o aparato tecnológico e a economia, são os mesmos que dominam a criação de novas necessidades, nomeadamente as falsas necessidades, e os meios para as poder satisfazer. Por um lado, Marcuse entende que a concentração dos recursos económicos realça a possibilidade técnica de um planeamento económico capaz de resolver a

⁵² *Ibid.*, 773.

⁵³ *Ibid.*, 773. - “*Just as man is governed, in religion, by the products of his own brain, so, in capitalist production, he is governed by the products of his own hand.*”

⁵⁴ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 266-267.

pacificação da existência, mas, em sentido contrário, observa que esta concentração nas mãos do controle privado vicia essas possibilidades, e estende uma contínua repressão sobre o resto da população.⁵⁵

Paralelamente, Marcuse argumenta que mesmo numa fase avançada do capitalismo, o sistema de mercado exige que se mantenha a necessidade da apropriação privada e distribuição do lucro como o mais básico regulador da economia.⁵⁶ Para o autor, numa sociedade livre, o significado da vida é determinado por cada um dos indivíduos, que determinam o produto do seu próprio trabalho.⁵⁷ Porém, esta sociedade que projeta e emana o progresso tecnológico, é a mesma que altera a base da própria repressão, passando de uma subjugação pessoal, para uma repressão provocada pelas leis econômicas e de mercado. Contudo, afirma que as leis de mercado são elas próprias resultado da repressão que se vive na sociedade industrial, todavia, na contemporaneidade, esta dominação gera ainda uma maior racionalidade, no que diz respeito às dinâmicas de mercado, pois tem a capacidade de sustentar a sua estrutura e organização hierárquica, e explorar de uma forma cada vez mais eficiente os recursos naturais e humanos, e distribuir os frutos desta exploração numa escala cada vez maior.⁵⁸

Marcuse percebe o mercado livre moderno como uma gigantesca entidade que para além de produzir em massa, demanda igualmente uma capacidade distributiva e de consumo, igualmente massificada e em larga escala. Os ganhos resultantes destas trocas imensas são um fator decisivo para a eternização da contenção do livre espírito humano e a imortalização da miséria. Toda esta solenidade da sociedade industrial toma proporções de onnipresença, e integra toda a existência, do público ao privado, sempre de acordo com aqueles que o controlam⁵⁹, adquirindo assim, a capacidade de poder escolher a hierarquia sociopolítica, e condicionar a estrutura mental dos indivíduos, impossibilitando-os de desenvolver uma

⁵⁵ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 48.

⁵⁶ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 94.

⁵⁷ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 62.

⁵⁸ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 266-267.

⁵⁹ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 48.

consciência política fora do espectro do mercado capitalista, obrigando-os a adotar uma atitude apolítica e unicamente direcionada para o aspecto da eficiência e da técnica: “A sociedade industrial avançada vende-se literalmente a si própria com os bens e serviços que produz, ou seja, vende as conveniências e as conformidades que ajudam a manter as pessoas na linha, para reprimir as alternativas reais.”⁶⁰

De acordo com Marcuse, a repressão exercida pela sociedade, não só é realizada por meio tecnologia, mas ela própria tornou-se igualmente um veículo de dominação, legitimando o poder de quem a controla, absorvendo todas as esferas de individualidade do ser humano:

“Neste universo, a tecnologia também proporciona a grande racionalização da falta de liberdade do homem e demonstra a impossibilidade "técnica" de ser autônomo, de determinar a sua própria vida. Pois esta falta de liberdade não aparece nem como irracional nem como política, mas sim como submissão ao aparato técnico que amplia o conforto da vida e aumenta a produtividade do trabalho. A racionalidade tecnológica protege mais do que anula a legitimidade da dominação, e o horizonte instrumentalista da razão abre-se nesta sociedade racionalmente totalitária.”⁶¹

Neste âmbito, a escalada totalitária vivida dentro desta lógica capitalista é sentida e vivida até na casa de cada um. O entendimento e relacionamento do sistema começa na própria base da vida do ser humano, que vê desde cedo a sua consciência a ser consumida e privada da verdadeira liberdade, pois a obtenção da sua autonomia e individualidade só pode ser alcançada se o sujeito se desprender das satisfações imediatas que organizam toda a vida da sociedade moderna, e quanto mais estas necessidades falsas forem mantidas e veiculadas ao próprio ser

⁶⁰ *Ibid.*, 49. - “Advanced industrial society literally sells itself with the goods and services it produces, that is to say, it sells the comforts and conveniences which help to keep the people in line, to repress the real alternatives.”

⁶¹ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 275-276 - “In this universe, technology also provides the great rationalization of the unfreedom of man and demonstrates the “technical” impossibility of being autonomous, of determining one’s own life. For this unfreedom appears neither as irrational nor as political, but rather as submission to the technical apparatus which enlarges the comforts of life and increases the productivity of labour. Technological rationality thus protects rather than cancels the legitimacy of domination, and the instrumentalist horizon of reason opens on a rationally totalitarian society.”

humano, mais totalitária continuará esta repressão, pois será fatal a não satisfação das mesmas, perpetuando o sistema.

A liberdade, a que Marcuse se refere, não pode ser realmente vivida dentro de uma sociedade e de um sistema totalitário como o capitalista. No seu artigo *'The Individual and The Great Society'*⁶², o pensador nascido em Berlim observa que a liberdade deveria ser a qualidade essencial de um indivíduo, quer na teoria como na prática. Contudo, dentro do sistema de mercado livre, a liberdade individual era o corolário da iniciativa privada e de toda a dinâmica que move o sistema. A responsabilidade moral, mas também a autonomia pessoal seriam a pedra basilar da liberdade económica e política, e o próprio indivíduo através do fruto do seu trabalho, ou do controlo sobre o trabalho dos seus pares, poderia almejar possuir bens materiais e serviços, cuja propriedade permitisse a sua validação perante os outros. Todavia, este conceito de liberdade por propriedade jamais pode ser aplicado no contexto da sociedade industrial moderna, onde o ser humano se vê privado da sua autonomia.

Segundo a sua visão, a sociedade atual já ultrapassou o estágio no qual unidades individuais de produção se confrontam em competição, a transformação da sociedade individualística para um capitalismo organizado, esqueceu a dimensão individualista do sistema, obrigada a diminuir-se graças ao crescimento exponencial da produtividade do trabalho, e pelo aumento de instrumentos que assintam o uso dessa produtividade.⁶³ Na sociedade burguesa totalmente desenvolvida, outras das denominações para a sociedade capitalista moderna, Marcuse observa que o valor dentro do mercado livre supera qualquer tipo de valoração da criatividade individual, o indivíduo já só aparece como um conceito que é antagónico a este sistema, encontrando-se em conflito com as regras e normas da sociedade, pois não lhe é permitido que se complete a si mesmo e alcance todas as suas possibilidades e capacidades.

⁶² H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 69.

⁶³ *Ibid.*, 70.

Por conseguinte, constata-se que a sociedade capitalista é de tal forma centralizada e governada desde o topo, que atingiu um ponto de administração totalizante, onde a gestão da mesma é elaborada segundo os comandos de quem controla a técnica e a tecnologia de produção, distribuição e comunicação, numa escala tal, que indivíduos e organizações são impotentes contra a sua racionalidade. Contudo, Marcuse vai afirmar em *'The Individual and The Great Society'*, que esta sociedade, apesar de estar circunscrita à racionalidade tecnológica, esta está longe de apresentar uma dinâmica que seja capaz de operar o uso mais eficiente e racional dos recursos.⁶⁴ O autor apenas aponta este conceito à sociedade moderna de um ponto de vista ideológico, visto que, considera precisamente o contrário, na medida em que esta racionalidade somente é usada como instrumento de repressão e dominação.

Novas formas de dominação são impostas pelo mecanismo de mercado, nomeadamente, a administração das necessidades individuais que reproduzem a luta pela existência, vão concomitantemente reproduzir um modelo de sociedade que necessita da perpetuação desta luta pela existência.⁶⁵ Neste sentido, Marcuse aproveita para refletir sobre o facto de, mesmo as necessidades e prazeres instintivos são manipulados ao sabor do mercado, seja por meio da sua imposição efetiva, como se dá no controlo pelas dinâmicas de mercado, dos produtos mais básicos e imprescindíveis à sobrevivência humana, seja involuntariamente através dos meios de comunicação e da publicidade, que alimentam as falsas consciências dos indivíduos, e remete-os para uma vida unicamente em busca de confortos e desejos instantâneos e perecíveis.

Marcuse sublinha ainda a manipulação e a lavagem cerebral protagonizada principalmente pelos meios de comunicação, propaganda e publicidade, que, não raras vezes, são a única fonte de informação ou entretenimento que a vasta maioria da população tem, mas reflete e expressa somente os interesses e as políticas do mercado capitalista e da sociedade industrial avançada.⁶⁶

⁶⁴ *Ibid.*, 69.

⁶⁵ *Ibid.*, 70.

⁶⁶ *Ibid.*, 169.

Esta escravidão voluntária, deriva da capacidade que o sistema tem em integrar todos os sujeitos dentro da sua mecânica, atingindo, além de tudo, uma condição em que é o próprio indivíduo que reproduz o seu papel como escravo, dado que parece uma servitude perfeitamente racional, pois ao aceitar as satisfações pré-concebidas e socialmente estabelecidas, os indivíduos vivem melhor do que no seu estágio anterior, atingindo um conforto material só possível graças à produtividade e à tecnologia, vergando-se à prosperidade dessa sociedade, ignorando a miséria a destruição por ela causada.

Por via do anteriormente referido, Marcuse reitera a ideia de que a ligação entre produção e destruição, liberdade e repressão, tem criado, através dos meios tecnológicos da sociedade moderna, uma estrutura mental, no seio da população, que reflete as dinâmicas e os requerimentos do sistema vigente. Nesta estrutura mental, refere o autor, estão impregnadas uma visão extremamente individualista, que visa acionar os instintos mais básicos, no que concerne à identificação do indivíduo com a brutalidade e a repressão institucionalizada no sistema.⁶⁷

Como a sociedade que tem por base o mercado livre está cada vez mais dependente da produção ininterrupta, tal como do crescente consumo de mais serviços e bens, ou como se denomina na linha de pensamento marcusinana, de mais lixo, obsolescência planeada, ou meios de destruição, os indivíduos têm de acompanhar e moldar-se ao que lhes é pedido e impingido pela sociedade. O mercado entrega os produtos e confortos, satisfaz os instintos dos indivíduos, e inconscientemente, apesar do poder destrutivo que representa, passa uma imagem amoral, em todo o mal é desculpado graças à sua capacidade de satisfazer necessidades e confortos.

Esta capa amoral do capitalismo permite-lhe, segundo Marcuse, perpetuar as situações de pobreza e exploração por todo o globo, resultantes da liberdade económica, pilar do mercado aberto e do livre comércio, que prometeu a uma vasta maioria da população liberdade, mas

⁶⁷ *Ibid.*, 170.

obrigou-os a submeterem-se aos ditames do sistema. Atualmente, a união entre liberdade e repressão tornou-se natural e mascarada de progresso civilizacional que atingiu contornos de repressão, nunca antes visto noutras fases anteriores da vida em comunidade.

Por conseguinte, Marcuse caracteriza o capitalismo avançado da seguinte forma:

“O capitalismo avançado é caracterizado por uma estrutura quantitativa e qualitativa extensão da sua classe trabalhadora (ver *Contra-Revolução e Revolta*, Capítulo 1). O denominador geral continua a ser a dependência do capital, a apropriação do tempo de trabalho não remunerado pelo capitalista, a separação do controlo sobre os meios de produção. Com a concentração monopolista dos meios económicos de produção, e a extracção prolongada de mais-valia intelectual e do trabalho ‘improdutivo’ (no sentido do termo de Adam Smith) grandes estratos das classes médias tornam-se classes trabalhadoras- sem serem radicalizadas e ‘proletarizadas’.”⁶⁸

Desta forma, o autor retoma o tema de que a sociedade de mercado impôs de tal forma a sua metodologia e dinâmica e foi capaz de incluir as classes, que até aí tinham sido ostracizadas e vilipendiadas, incapacitando a formação de uma classe revolucionária que mudasse a natureza do sistema. Na verdade, a estrutura de mercado atribui aos seres humanos um certo grau de liberdade, mas sempre sujeita a limites e imposições do próprio mecanismo, e foi nesta liberdade que os indivíduos constituíram e aceitaram a sua própria servidão.

Neste ponto, Marcuse refere que mercado e a sociedade atual concretizaram aquilo que o autor denomina de a “totalização da liberdade”⁶⁹, ou seja, à medida que a produção capitalista inundar o mercado com produtos e serviços não-produtivos, menos racional ficará a subjugação da

⁶⁸ *Ibid.*, 167. - “Advanced capitalism is characterized by a quantitative and qualitative extension of its working class (see *Counterrevolution and Revolt*, Chapter 1). General denominator remains the dependence on capital, the capitalist appropriation of unpaid labour time, the separation from control over the means of production. With the monopolistic concentration of economic power, and the extended extraction of surplus value to intellectual and “unproductive” labour (in the sense of Adam Smith’s term) large strata of the middle classes become working class – without being radicalized and “proletarianized.”.

⁶⁹ *Ibid.*, 183.

liberdade à necessidade, o universo da necessidade tende a diminuir e a coexistir com os requerimentos estabelecidos pela sociedade, bem como, com as leis que governam a natureza.

Na sociedade capitalista, o princípio individualista não é a realização do universal através das faculdades humanas presentes em cada um de nós, mas, pelo contrário, trata-se de uma lei de valorização e mercantilização que gere as trocas de mercadorias, onde os indivíduos são julgados unicamente pela sua utilidade, e onde o seu valor é transmitido exclusivamente pela valorização que o mercado faz dele.

Este sistema vê-se obrigado a promover este tipo de individualidade, visto ser a base de toda a iniciativa privada, tal como da concorrência livre, instituições, que na ótica de Marcuse, transformaram o sujeito em objeto:⁷⁰

“O conflito entre sujeito e objecto é moldado pelas condições nas quais os homens se relacionam uns com os outros através da troca de mercadorias, através do mercado. Esta forma de conflito iria mudar com a mudança na sociedade à qual é inerente - sem, contudo, atingir a identidade entre sujeito e objecto. Pois o conflito entre sujeito e objecto é, em grande parte, o conflito entre o homem e a natureza.”⁷¹

Da mesma forma, Marcuse volta a analisar esta problemática no seu artigo “*The Foundation of Historical Materialism*”⁷², onde sublinha que, estas relações objetivas ou materiais que se encontram na sociedade capitalista, só passam a tornar-se humanas e sociais, se o indivíduo for consciente de si mesmo como homem, dentro do seu conhecimento de si e do próprio objeto, algo inatingível dentro do modo de produção da sociedade industrial avançada.

⁷⁰ *Ibid.*, 131.

⁷¹ *Ibid.*, 156. –“*The conflict between subject and object is shaped by the conditions in which men are related to each other through the exchange of commodities, through the market. This form of the conflict would change with the change in the society to which it is germane – without, however, attaining the identity between subject and object. For the conflict between subject and object is largely that between man and nature.*”.

⁷² H. MARCUSE. *Studies in Critical Philosophy*. Beacon Press, Boston, 1972, 34.

Marcuse reitera a ideia de que, para além das relações entre os homens serem mediadas pelo mercado, também as normas e ambições que motivam o comportamento dos diferentes grupos sociais, no processo de satisfazer toda a espécie de necessidades, desde necessidades materiais até educacionais, são expressas como exigências estabelecidas e condicionadas pelas relações de produção, mas também pelo padrão de consumo imposta pelo mercado. Todos estes valores deixarem de ser pessoais e decididos individualmente, para se transformarem nas escolhas e possibilidades inerentes, mas reprimidas segundo a produtividade da sociedade capitalista.⁷³

Consequentemente, até os valores de liberdade e igualdade são alterados no contexto de uma sociedade de livre mercado, pois sofrem da mesma manipulação por parte do modo de produção capitalista, e reproduzem em si as exigências desta mesma sociedade. Marcuse dá alguns exemplos como a livre competição entre agentes iguais, trabalho não remunerado ou mesmo as trocas de mercadorias independentes de raça ou estatuto social.⁷⁴ Todos estes exemplos encerram em si conotações ligadas à classe dominante do sistema, observando-se que nesta sociedade, liberdade e igualdade são apenas valores abstratos, que reproduzem os privilégios de alguns, dentro do capitalismo avançado.

Em suma, Marcuse argumenta que o mercado livre, na sua forma atual, dentro da sociedade industrial avançada reprime sistematicamente os instintos do ser humano, apodera-se de todas as suas relações sociais e impõe uma forma de vida baseada na competição e no conflito com os seus pares. Assim, entende a impossibilidade de uma autêntica existência humana no seio do modo de produção atual, e destaca a capacidade do sistema em manipular e reprimir todas as esferas da vida do ser humano.

⁷³ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 156.

⁷⁴ *Ibid.*, 156.

A alienação do trabalho

Na esteira da teoria Marxiana, Marcuse vê no trabalho uma parte fundamental da existência do homem: “ (...) deve tornar-se claro que o trabalho não é de modo algum um fenômeno primordialmente de dimensão econômica, mas que está enraizado no processo [Geschehen] da própria existência humana.”⁷⁵ Desta forma, o autor compromete-se com a visão de que a sociedade industrial avançada é apenas um “ (...) mundo de meios para a satisfação das necessidades”⁷⁶, e qualquer concepção de trabalho dentro deste mundo será sempre enviesada e redutora, pois, para Marcuse, trata-se de retomar o trabalho, não como uma simples forma de satisfazer necessidades, mas sim permitir ao indivíduo potencializar a sua existência e alcançar todas as suas possibilidades.

O filósofo berlinense, no seu artigo ‘*On the Philosophical Foundation of the Concept of Labour*’, afirma que o trabalho é um conceito ontológico da existência humana, e uma atividade definidora do indivíduo.⁷⁷ Marcuse segue a linha de pensamento de Marx, que se refere ao trabalho como: “É a condição universal para a interação metabólica [Stoffwechsel] entre o homem e a natureza, a eterna condição imposta pela natureza à existência humana (...)”⁷⁸ Alinhado com este pensamento, Marcuse afirma que o trabalho é a *praxis* da existência humana no mundo:

“Já temos uma outra possibilidade de demarcação desta *praxis*: através da relação entre trabalho e objectificação⁷⁹, tal como salientado no conceito filosoficamente fundamentado de trabalho. No trabalho algo acontece com o homem e com a

⁷⁵ H. MARCUSE, *On the Philosophical Foundation of the Concept of Labor*, 17. - “ (...) it should become clear that labour is not at all primordially a phenomenon of the economic dimension, but is rooted in the process [Geschehen] of human existence itself.”

⁷⁶ *Ibid.*, 19. - “ (...) the world of the means for the satisfaction of needs (...) ”.

⁷⁷ *Ibid.*, 12.

⁷⁸ K. MARX, *Capital*, 290. - “It is the universal condition for the metabolic interaction [Stoffwechsel] between man and nature, the everlasting nature-imposed condition of human existence (...) ”.

⁷⁹ H. MARCUSE, *On the Philosophical Foundation of the Concept of Labor*, 23. - “In the context of our investigation, being-objectified is the counter-concept to being-a-self. Objectification means, first and foremost, only what is other than the self. For the self all entities outside it are fundamentally objectifications. Even other men and one's own body fall into this category.”.

objectificação de tal forma que o "resultado" é uma unidade essencial do homem e da objectificação: o homem "objectifica-se" e o objecto torna-se "seu", torna-se um objecto humano."⁸⁰

O trabalho constitui um momento decisivo da existência humana, pois é através dele que o Homem tem a capacidade de se apropriar e mediar a objectificação decorrente do ato do trabalho, e tornar-se a si próprio com ser humano. Segundo o ponto de vista do autor, esta mediação permite ao indivíduo transformar e desenvolver toda a existência humana em todas as suas esferas vitais, permitindo a sua reprodução como si mesmo no mundo, fazendo-o de uma forma consciente e adaptando-se ao mundo segundo o seu trabalho e a sua atividade criadora.⁸¹

Além do mais, Marcuse aponta que o trabalho não pode ser reduzido a um conceito meramente económico, e nem está baseado na escassez ou nas necessidades humana, mas sim alicerçado na natureza humana, para lá de qualquer situação em que o mundo ou o sujeito se encontre, extrapolando a existência presente, reproduzindo-se como uma necessidade sistémica do Homem.⁸² Como já referido no capítulo anterior só o trabalho permite ao Homem ser ele próprio e adquirir existência histórica:

“Só esta situação é fornecida pelo trabalho que enraíza o indivíduo numa única e imutável ‘posição’ [Stand] dentro do mundo histórico e do seu devir. Está na base desta posição a possibilidade que o indivíduo exista, aceite e altere a sua situação. Antes e fora do trabalho, ou seja, antes e fora da *praxis* ao serviço da produção e reprodução, a existência humana pode projectar muitas possibilidades, mas não pode realizar nenhuma. Através do trabalho entrou num círculo definido de possibilidades: a sua existência tem permanência histórica adquirida.”⁸³

⁸⁰ *Ibid.*, 13. - “We already have a further possibility for demarcating this praxis: through the relation between labour and objectification as stressed in the philosophically founded concept of labour. In labour something happens with man and with the objectification in such a manner that the "result" is an essential unity of man and the objectification: man "objectifies" himself and the object becomes "his," it becomes a human object.”

⁸¹ *Ibid.*, 18.

⁸² *Ibid.*, 22.

⁸³ *Ibid.*, 27. - “It is only this situation provided by labour that roots the individual in a unique and unexchangeable ‘position’ [Stand] within the historical world and its becoming. It is on the basis of this position that it is possible for the individual to exist, and to accept and alter his situation. Before and outside of labour, i.e., before and outside of praxis in the service of production and reproduction, human existence can project many possibilities

No entanto, Marcuse percebe que o trabalho não é um fim em si mesmo, não se contém a si mesmo, nem tem objetivo próprio. Entende o trabalho como algo negativo, direcionado para algo que ainda não está presente e tem de ser criado. Esse objetivo final é a existência humana, e apesar do trabalho estar enraizado no indivíduo e conscientemente desenvolver a sua própria existência através da mediação da *praxis* da produção e reprodução, o seu desígnio está em satisfazer a realidade da existência do homem, e nada fora dela.⁸⁴

Assim, como a *praxis* confronta o mundo objetivo que, no momento deste conflito, já está organizado e definido, o trabalho desdobra-se no tempo e no espaço, como em todos os processos produtivos. Só no momento em que estes processos produtivos conseguirem satisfazer as necessidades mais imediatas e básicas do ser humano é que é possível o ser humano ser totalmente livre para atingir as suas próprias necessidades. Até lá, o trabalho continuará a ser a condição de uma existência completa, porém, quando se satisfazer essas necessidades, o trabalho continuará a fazer parte do processo da existência humana, contudo, o seu caráter irá mudar, e passará a ser um processo que resulta da própria total e completa existência humana.

Como referido anteriormente, o trabalho desdobra-se nos múltiplos processos produtivos, que lidam com objetos específicos, em dimensões específicas da existência humana e do mundo, originando a divisão do trabalho. Desta forma, na ótica marcusiana, as divisões de trabalho são duas, as naturais e as sociais, que coincidem com a oposição entre trabalho dominante e dominado.⁸⁵ A divisão do trabalho comporta em si uma relação de dominação e servidão, e transposta para o desenvolvimento socioeconómico reproduz uma partição ainda mais profunda, a divisão do trabalho entre grupo, classes e ocupações, que, por sua vez, está relacionado com a apropriação do trabalho:

but it can realize none. Through labour it has entered into a definite circle of possibilities: its existence has acquired historical permanence.”

⁸⁴ *Ibid.*, 29.

⁸⁵ *Ibid.*, 33.

“Como um modo de ser humano, o trabalho não pode ser separado do homem - nem mesmo no seu ‘produto’. Quando o objecto de trabalho se torna independente e é separado do ser trabalhador, este último também é necessariamente objectificado: a sua existência é externalizada, o árido alienado torna-se um poder objectivo que se sobrepõe a ele independentemente da sua liberdade. Para quem quer que seja colocado ao serviço de "coisas", essas coisas tornam-se correntes das quais ele já não se pode libertar sem sacrificar a sua própria existência.”⁸⁶

Neste sentido, a alienação do trabalho carrega em si o facto de que o trabalho deixa de poder concretizar a totalidade da existência humana, circunscrevendo-se unicamente à realidade económica, ou seja, à produção e reprodução de necessidades. O trabalho perde assim o seu verdadeiro significado, deixa de estar conectado com o desenvolvimento da *praxis* da existência humana e de poder satisfazer os seus mais altos desígnios, nomeadamente, intervir no decorrer do processo do cumprimento da existência, dando-lhe significado e alcance.

Na sociedade industrial avançada, dá-se também o fenómeno da divisão tecnológica do trabalho, onde uma racionalização e uma gestão mais científica do trabalho, ao invés de aliviar a sujeição do trabalho face aos que determinam o seu uso, intensifica-a, até porque, a organização tecnológica da sociedade moderna tem a capacidade satisfazer as necessidades dos indivíduos, possibilitando a ocultação dos sujeitos que determinam a alocação do trabalho.⁸⁷

No entanto, até estes agentes que se apropriam do trabalho alheio, encontram-se dependentes do aparato tecnológico, que eles próprios criaram, e vêem-se agora obrigados a expandir e preservar para manter o seu estatuto.

Recorrendo à divisão tecnológica do trabalho, a sociedade capitalista atingiu máximas, no que diz respeito à produtividade do trabalho. A sua aptidão técnica, bem como a sua capacidade de

⁸⁶ *Ibid.*, 35. – “As a mode of being human, labour cannot be separated from man—not even in its “product.” When the object of labour becomes independent and is separated from the being of the worker, the latter is also necessarily objectified: his existence is externalized, alienated arid becomes an alien objective power standing over him independently of his freedom. For whomever is placed in the service of “things,” those things become chains from which he can no longer liberate himself without sacrificing his very existence.”

⁸⁷ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 49.

expansão possibilitou aos indivíduos desfrutarem de confortos e luxos, porém, esta mesma eficiência do trabalho habilitou o sistema de uma capacidade de restringir e manipular as diferentes necessidades de cada um, transferindo para si o poder de controlar a vida dos cidadãos.

A nova característica introduzida pelo capitalismo avançado reside na deslocação de poder, que antes estava nas mãos de cada indivíduo, para o aparato tecnológico, libertando o ser humano da sua autonomia, quer no trabalho, quer nas suas necessidades e satisfações.⁸⁸ Conseqüentemente, toda a individualidade do ser humano passa a ser regida pela tecnologia vigente nessa sociedade, mas também pelas dinâmicas e mecanismos de mercado, que agora passam a deliberar sobre todas as dimensões da vida de cada um. Simultaneamente, os indivíduos são obrigados a despende grande parte da sua vida e da sua energia em busca deste poder, que foi afastado dele próprio, resultando na procura por sobreviver, assim como por estatuto, bens e serviços, impostos pelas necessidades criadas pelo sistema, reprimindo o indivíduo.

Por outro lado, Marcuse aponta, como outra das grandes fontes de repressão do sistema atual, o trabalho alienado: “A repressão hoje em dia é caracterizada principalmente pela continuação do trabalho e serviços alienados numa situação em que esse trabalho alienado poderia ser amplamente abolido.”⁸⁹ O autor retoma a definição de trabalho concebida por Karl Marx, que, este último esboça na sua obra *“Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844”*, onde descreve a alienação como:

“O trabalhador fica mais pobre quanto mais riqueza ele produz, mais a sua produção aumenta em força e alcance. O trabalhador torna-se uma mercadoria cada vez mais barata, quanto mais mercadoria criar. Com o aumento do valor do mundo das coisas, aumenta na proporção directa a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não

⁸⁸ *Ibid.*, 65.

⁸⁹ *Ibid.*, 84. – “Repression today is mainly characterized by the continuation of alienated labour and services in a situation in which such alienated labour could be largely abolished. Repression is further characterized by the obvious and widespread decline in individual freedom, the decline of independent thought and expression.”

produz apenas mercadorias: ele produz-se a si próprio e ao trabalhador como uma mercadoria - e fá-lo na proporção em que produz mercadorias em geral.

Este facto exprime apenas que o objecto que o trabalho produz- o produto do trabalho - confronta-o como algo estranho, como uma força independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que foi incorporado em um objecto, que se tornou material: é a objectificação do trabalho. A realização do trabalho é a sua objectificação. Nas condições tratadas pela economia política esta realização de trabalho aparece como uma perda da realidade para os trabalhadores; a objectificação como uma perda e uma servidão perante o objecto; apropriação como estranhamento, como alienação.”⁹⁰

Por conseguinte, Marcuse utiliza esta concepção de alienação, e debate a sua importância no contexto da sociedade de mercado contemporânea, visto que, com o aumento da produtividade do trabalho, a sociedade é capaz de satisfazer desejos e necessidades dos indivíduos, contudo são obrigados a lutar pela sua sobrevivência, trabalhando e produzindo mais quantidades. Logo, o trabalho alienado é intensificado, e passa a ser improdutivo pois retém nele uma produtividade repressiva, desta forma, na sociedade de mercado moderna, a alienação atinge um ponto no qual até a consciência da alienação é reprimida.⁹¹

Contudo, existem diversas divergências entre a análise de Marcuse e de Marx ao observar a sociedade de mercado moderna. Ao passo que a teoria marxiana percebe que o indivíduo está totalmente alienado dos benefícios do seu trabalho e, por isso, não tem nada a perder, Marcuse entende que as pessoas estão completamente integradas na sociedade, e apesar de serem vítimas

⁹⁰ K. MARX, *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*, Dover Publications, New York, 2007, 63. – “*The worker becomes all the poorer the more wealth he produces, the more his production increases in power and range. The worker becomes an ever cheaper commodity the more commodities he creates. With the increasing value of the world of things proceeds in direct proportion the devaluation of the world of men. Labour produces not only commodities: it produces itself and the worker as a commodity—and does so in the proportion in which it produces commodities generally.*

This fact expresses merely that the object which labour produces— labour’s product—confronts it as something alien, as a power independent of the producer. The product of labour is labour which has been congealed in an object, which has become material: it is the objectification of labour. Labour’s realisation is its objectification. In the conditions dealt with by political economy this realisation of labour appears as loss of reality for the workers; objectification as loss of the object and object-bondage; appropriation as estrangement, as alienation”

⁹¹ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 65.

do sistema, através da impregnação da valores e de necessidades falsas, elas conseguem satisfazer essas necessidades, e ter uma vida minimamente confortável.

O aumento da produtividade do trabalho carrega em si destruição e desperdício. Pela primeira vez, a civilização atingiu um nível em que é capaz de sustentar uma vida pacífica para toda a sua população, todavia, a sociedade moderna depende inteiramente da perpetuação do trabalho alienado, pois, segundo Marcuse, sem ele, as instituições que sustentam a repressão estariam em perigo. Desta forma, o capitalismo avançado reproduz a necessidade do trabalho alienado através do condicionamento científico das necessidades individuais e da igualização de necessidades espontâneas às necessidades socialmente necessárias.⁹²

Na mesma medida, até o progresso tecnológico é, no pensamento de Marcuse, uma necessidade do capitalismo avançado, pois reproduz estas necessidades aparentes e supérfluas dos indivíduos, que são contraditórias com o fim do trabalho alienado. Durante o desenvolvimento tecnológico, o valor das diferentes mercadorias é definido, cada vez em menor grau, pelo trabalho necessário para a sua produção, e conseqüentemente, uma grande quantidade de trabalho deixará de ser necessária, tornando-se supérflua e sem significado.⁹³

Outro dos temas que penso ser de grande relevância na análise feita por Marcuse à sociedade de mercado moderna é o conceito de fetichismo da mercadoria e tal como anteriormente, o autor segue a linha de pensamento marxiana ao examinar esta questão. Marx refere-se ao fetichismo da mercadoria como a relação social que se estabelece entre as mercadorias vendidas no mercado, isto é, para Marx, a mercadoria reflete em si as características sociais do trabalho do Homem, como no modo de produção capitalista, o trabalho só surge na realidade social unicamente nas relações de troca, a relação social do trabalho entre os Homens não vai ocorrer na forma de relações pessoais, mas sim como relações sociais entre as mercadorias.⁹⁴ Assim, a

⁹² *Ibid.*, 88.

⁹³ *Ibid.*, 103.

⁹⁴ K. MARX, *Capital*, 165.

sociedade de mercado é caracterizada por relações objetivas entre pessoas e relações sociais entre as mercadorias: “Para os produtores, portanto, as relações sociais entre os seus trabalhos aparecem como aquilo que são, ou seja, não aparecem como relações sociais diretas entre pessoas no seu trabalho, mas antes como relações materiais [dinglich] entre pessoas e relações sociais entre as coisas.”⁹⁵

Para Marcuse o fetichismo da mercadoria torna-se mais denso e perigoso na sociedade industrial moderna, acentuando o fenómeno da reificação. No mesmo âmbito, também Georg Lúkacs notou o potencial de crescimento da reificação no seio da sociedade de mercado contemporânea. O autor húngaro aborda a reificação como um problema do capitalismo moderno, fazendo notar os diversos problemas que este fenómeno acarreta:

“ (...) o seu próprio trabalho torna-se algo objectivo e independente dele, algo que o controla em virtude de uma autonomia alheia ao homem. Há tanto um lado objectivo e um lado subjectivo neste fenómeno. Objectivamente, um mundo de objectos e relações entre as coisas surgem (o mundo das mercadorias e os seus movimentos no mercado) As leis que regem estes objectos são de facto gradualmente descobertos pelo homem, mas mesmo assim confrontam-no como forças invisíveis que geram o seu próprio poder. O indivíduo pode usar o seu conhecimento sobre estas leis em seu próprio benefício, mas ele não é capaz de modificar o processo pela sua própria actividade. Subjectivamente - onde a economia de mercado foi totalmente desenvolvida - a actividade do homem torna-se estranha a si mesmo, transforma-se numa mercadoria que, sujeita à objectividade não-humana das leis naturais da sociedade, deve seguir o seu caminho independente do homem, como qualquer artigo de consumo.”⁹⁶

⁹⁵ *Ibid.*, 166. - “To the producers, therefore, the social relations between their private labours appear as what they are, i.e. they do not appear as direct social relations between persons in their work, but rather as material [dinglich] relations between persons and social relations between things”.

⁹⁶ G. LUKÁCS, *History and Class Consciousness: Studies in Marxist Dialectics*, The Mit Press, Cambridge, 1971, 87. - “(...) his own labour becomes something objective and independent of him, something that controls him by virtue of an autonomy alien to man. There is both an objective and a subjective side to this phenomenon. Objectively a world of objects and relations between things springs into being (the world of commodities and their movements on the market) The laws governing these objects are indeed gradually discovered by man, but even so they confront him as invisible forces that generate their own power. The individual can use his knowledge of these laws to his own advantage, but he is not able to modify the process by his own activity. Subjectively—where the market economy has been fully developed—a man’s activity becomes estranged from himself, it turns into a commodity which, subject to the non-human objectivity of the natural laws of society, must go its own way independently of man just like any consumer article.”

Desta forma, as relações entre as pessoas passam a ter o caráter da relação entre mercadorias e bens, o indivíduo confrontado com esta realidade abstrata deixa de entender a sua própria relação com a totalidade da sociedade. A divisão do trabalho, associada à sociedade de mercado, conjuntamente com o progresso da mecanização e da tecnologia transformaram o trabalho num simples processo operacional, dividido e racional. Esta racionalidade característica do capitalismo corrói as próprias qualidades do Homem, minando a relação entre ele e o produto do seu trabalho, reduzindo o ato de produção a um mero exercício repetitivo, e por fim introduz no próprio trabalhador a subjetividade, que se encontra presente nos meios de produção reificados.⁹⁷

O crescente desenvolvimento do mercado, apoiado pelo crescimento da mecanização e da racionalidade produtiva, que se tornaram cada vez mais independentes do trabalhador, significam para ele a perda da totalidade do objeto como produto do seu esforço, e consequentemente a decadência da totalidade da sua consciência. O indivíduo vê-se assim confrontado com a fragmentação dos processos produtivos, e obrigado a inserir-se nesta realidade dividida torna-se apenas um espectador da realidade, percebendo a mesma como algo estranho a si, pois a universalidade e a perpetuação do mercado oferecem a percepção de uma existência imbatível baseada simplesmente em trocas comerciais.

Paralelamente, Marcuse entende que a transformação das relações sociais entre indivíduos, em relações entre mercadorias também resulta do modo específico de produção do capitalismo, pois separa os indivíduos, obrigando-os a trabalhar e a viver isoladamente, só permitindo que estes satisfaçam todas as suas necessidades unicamente através do mercado.⁹⁸ Assim, Marcuse aborda a reificação da seguinte forma:

“O que é que a reificação alcança? Estabelece as relações sociais reais entre os homens como um todo de relações objectivas, escondendo assim a sua origem, os seus

⁹⁷ *Ibid.*, 88.

⁹⁸ H. MARCUSE, *Reason and Revolution: Hegel and the rise of Social Theory*, Routledge & Kegan Paul LTD, London, 1955, 2^o ed., 280.

mecanismos de perpetuação, e a possibilidade da sua transformação. Acima de tudo, esconde o seu núcleo humano e o seu conteúdo. Se o salário, como o processo de reificação indica, exprime o valor do trabalho, a exploração é, na melhor das hipóteses, um juízo subjectivo e pessoal. Se o capital não fosse mais do que um agregado de riqueza empregado na produção de mercadorias, então o capital parece ser o resultado cumulativo de capacidade produtiva e diligência. Se a criação de lucros fosse a qualidade peculiar do capital utilizado, tais lucros poderiam representar uma recompensa para o trabalho do empresário. A relação entre capital e trabalho nesta base não envolveria nem iniquidade nem opressão; seria antes uma relação puramente objectiva, material, e a teoria económica seria uma ciência especializada como qualquer outra.”⁹⁹

Deste modo, o mercado e todas as suas leis e dinâmicas, caso não fossem afetadas pela reificação poderiam ser entendidas como leis e factos objetivos, independentemente da sua influência sobre a existência humana. O processo económico seria algo natural ao indivíduo e todas as suas necessidades e desejos deixariam de ser controladas pelo mercado, passando a desempenhar um papel objetivo na vida de cada um, e não meramente subjectivo, como acontece no capitalismo avançado.

Por outro lado, Marcuse entende que na sociedade atual um dos meios mais prolíferos de disseminação da reificação está na própria tecnologia, isto é, na sua forma mais madura e racional a tecnologia encobre os interesses privados e dissimula as verdadeiras intenções dos indivíduos no aparelho económico, apoiando-se na sua eficácia e produtividade, pois só através da tecnologia é que Homem e natureza se tornam objetos fungíveis dentro da sociedade.¹⁰⁰

⁹⁹ *Ibid.*, 281. – “What does this reification accomplish? It sets forth the actual social relations among men as a totality of objective relations, thereby concealing their origin, their mechanisms of perpetuation, and the possibility of their trans* formation. Above all, it conceals their human core and content. If wages, as the reification process would indicate, express the value of labour, Exploitation is at best a subjective and personal judgment. If capital were nothing other than an aggregate of wealth employed in commodity production, then capital would appear to be the cumulative result of productive skill and diligence. If the creation of profits were the peculiar quality of utilized capital such profits might represent a reward for the work of the entrepreneur. The relation between capital and labour on this basis would involve neither iniquity nor oppression; it would rather be a purely objective, material relationship, and economic theory would be a specialized science like any other.”

¹⁰⁰ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 282.

Tal como foi referido anteriormente, o trabalho alienado a tempo inteiro é a fundação de todo o sistema capitalista de mercado, apesar da sociedade já ter obtido os meios e produtividade necessária para que o trabalho possa ser reduzido ao mínimo. Contudo, Marcuse observa que dentro desta sociedade, a constante produção de mercadorias supérfluas à subsistência e o apelo para a criação incessante de novas necessidades, constrói um modo de existência improdutivo e irracional, em que a o tempo de cada um é gasto a tentar ganhar a vida, tornando-a um meio e não um fim em si mesma.¹⁰¹ Porém, o autor refere que é impossível reverter esta situação, na medida em que o sistema encontra-se baseado num conceito introduzido por Marcuse, o “Princípio do Desempenho”¹⁰².

Em primeiro lugar, importa perceber que Herbert Marcuse elabora este princípio apoiado no “Princípio da Realidade”¹⁰³ formulado por Sigmund Freud, em “*Civilization and Its Discontents*”, onde o psicanalista austríaco argumenta que este é um dos Princípios que rege a mente humana, e no qual existe um adiamento do prazer e da vitória, permitindo ao ser humano uma antecipação do que ocorrerá no futuro, dando-lhe capacidade de se adaptar à realidade e à ordem estabelecida, consistindo no contacto do indivíduo com os problemas e as exigências da sociedade e do mundo. Esta realidade será sempre marcada por uma profunda escassez e conflitos existenciais.

Todavia, Marcuse argumenta que essa escassez com que o sujeito se depara, quando confrontado com a realidade, é na verdade, uma consequência da forma como a sociedade está organizada e distribuída:

“Contudo, esse argumento, que se destaca na metapsicologia de Freud, é falacioso na medida em que se aplicar ao fato concreto da carência, que na realidade é a consequência de uma organização específica de carência e de uma igualmente específica atitude existencial, imposta por essa organização. A carência, ou escassez, predominante tem sido organizada de modo tal, através da civilização (embora de modos muito diferentes),

¹⁰¹ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 199.

¹⁰² *Ibid.*, 197. – “*Performance Principle*”

¹⁰³ S. FREUD, *Civilization and Its Discontents*, Penguin Books, London, 2004, 9.

que não tem sido distribuída coletivamente de acordo com as necessidades individuais, nem a obtenção de bens para a satisfação de necessidades tem sido organizada com o objetivo de melhor satisfazer às crescentes necessidades dos indivíduos.”¹⁰⁴

Deste modo, esta realidade, isto é, o modo de produção capitalista e a sociedade de mercado foram impostos aos indivíduos, bem como a divisão da carência pela sociedade. Esta dominação, que se tornou racional com o passar do tempo, e mesmo atingindo o ponto de término de escassez, esta ficou vinculada à repressão exercida pelo sistema. Para Marcuse, a dominação praticada pelo modo de produção capitalista difere de uma execução racional de controlo, mas sim apenas com o objetivo de manter uma classe ou grupo dentro de uma posição de privilégio sobre os restantes.

Neste sentido, as diferentes formas de repressão significam diferentes princípios de realidade, e a própria dominação também irá variar segundo o tipo de produção, de economia e de consumo, assim, todas estas distinções carregam em si a substância de cada princípio de realidade, pois o seu conteúdo funde-se com as instituições e relações sociais que moldam e modificam os instintos de cada um.¹⁰⁵ Desta forma, Marcuse atribuí à sociedade de mercado o Princípio do Desempenho:

“O princípio de desempenho, que é o de uma sociedade aquisitiva e antagônica no processo de constante expansão, pressupõe um longo desenvolvimento durante o qual a dominação foi crescentemente racionalizada: o controlo sobre o trabalho social reproduz agora a sociedade numa escala ampliada e sob condições progressivas. Durante uma considerável parte dessa evolução, os interesses de dominação e os interesses do todo coincidem: a utilização lucrativa do sistema produtivo satisfaz às necessidades e faculdades dos indivíduos.”¹⁰⁶

¹⁰⁴ H. MARCUSE, *Eros e civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975, 6ª ed., 51.

¹⁰⁵ *Ibid.*, 51.

¹⁰⁶ *Ibid.*, 57.

De acordo com este princípio, toda a população é obrigada a viver a sua vida e a subsistir dentro de um trabalho alienado, onde a sua gratificação e estatuto são decididos apenas pela sua performance, ou seja, a relação entre trabalho e lucro. Os indivíduos deixam de viver, trabalham apenas para algo independente a eles, e que não possuem a capacidade de controlar, desempenhando tarefas pré-estabelecidas, e apesar de trabalharem e de satisfazerem as suas necessidades, trabalham em alienação.

Neste sentido, o indivíduo passa a estar ao serviço da economia de mercado, e as mercadorias tornam-se objetos autónomos, ao invés de servirem os meios da existência humana. O Homem passa a organizar a sua vida de acordo com os produtos e tecnologias disponíveis no mercado, demonstrando que na sociedade capitalista os valores humanizadores são perdidos ou colocados ao serviço de uma objetividade técnica e racional.

Para Marcuse, o trabalho não deve ser determinado por uma série de objetivos e padrões externos, mas sim a partir de requerimentos específicos da existência humana, e onde o Homem transforma o objeto do seu trabalho num objeto humano.

Em suma, a superação da divisão socioeconómica e a transformação da produção e reprodução material, dentro de uma *praxis* controlada e completa por estas dimensões, são capazes de restituir o verdadeiro trabalho.¹⁰⁷

O trabalho livre da alienação e reificação pode novamente ser a completa realização do Homem no mundo:

“(…) Liberdade neste reino só pode consistir no homem socializado, ou seja, os produtores associados, controlem racionalmente a sua troca material com a natureza, colocando-a sob o seu controlo comum, em vez de serem controlados por ela como uma força cega, executando-a com o menor dispêndio de energia e em condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas isto continua sempre a ser um domínio de

¹⁰⁷ H. MARCUSE, *On the Philosophical Foundation of the Concept of Labor*, 36.

necessidade. Para além disso, começa o desenvolvimento dos poderes humanos, que é um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade.”¹⁰⁸

Política

Paralelamente, Marcuse vai apontar à dimensão política da sociedade moderna muitas das consequências geradas pela sua conceção de mercado livre. Começa por deduzir o pensamento político unidimensional, proveniente da capacidade produtiva e de doutrinação, presentes por toda a comunidade:

“Publicidade, relações públicas, doutrinação, obsolescência planeada já não são custos gerais improdutivos, mas sim elementos de custos básicos de produção. Para ser eficaz, tal produção de resíduos socialmente necessários requer uma racionalização contínua - a utilização implacável de técnicas e ciência avançadas. Consequentemente, um aumento do nível de vida é o subproduto quase inevitável da sociedade industrial politicamente manipulada, uma vez ultrapassado um certo nível de atraso. A produtividade crescente da mão-de-obra cria um crescente excedente de produto que, seja privado ou centralmente apropriado e distribuído, permite um aumento do consumo - não obstante o aumento do desperdício da produtividade. Enquanto esta constelação prevalecer, ela reduz o valor de uso da liberdade; não há razão para insistir na autodeterminação se a vida administrada for uma vida confortável e mesmo uma vida "boa". Este é o terreno racional e material para a unificação dos opostos, para um comportamento político unidimensional. Neste terreno, as forças políticas transcendentais dentro da sociedade são detidas, e a mudança qualitativa só parece possível como uma mudança do exterior.”¹⁰⁹

¹⁰⁸ *Ibid.*, 37. – “(...) Freedom in his realm can only consist in that socialized men, i.e., the associated producers, rationally control their material exchange with nature, bringing it under their common control, instead of being controlled by it as a blind force, performing it with the least expenditure of energy and under conditions most worthy and adequate to their human nature. But this always remains a realm of necessity. Beyond it begins the development of human powers, which is an end-in-itself, the true realm of freedom.”

¹⁰⁹ H. MARCUSE, *One-Dimensional Man*, 87. – “Advertising, public relations, indoctrination, planned obsolescence are no longer unproductive overhead costs but rather elements of basic production costs. In order to be effective, such production of socially necessary waste requires continuous rationalization—the relentless utilization of advanced techniques and science. Consequently, a rising standard of living is the almost unavoidable by-product of the politically manipulated industrial society, once a certain level of backwardness has been overcome. The growing productivity of labour creates an increasing surplus-product which, whether privately or centrally appropriated and distributed, allows an increased consumption—notwithstanding the increased diversion of productivity. As long as this constellation prevails, it reduces the use-value of freedom; there is no

Desta forma, Marcuse assume que o bem-estar material criado pela sociedade industrial moderna impõe um pensamento político unidimensional, incapaz de contestar a ordem instalada e de modificar as suas dinâmicas. O aumento do consumo dentro das sociedades baseadas no livre mercado, e o subsequente crescimento do nível de vida fez com que os indivíduos se unificassem a este tipo de modelo político e económico, e com a ajuda da publicidade e da tecnologia incutiu em cada um que qualquer transformação do sistema está vedada a qualquer mudança qualitativa.

Por outro lado, a própria sociedade passou a reproduzir em si mesma um crescente conjunto de relações que fazem o uso técnico do Homem, ou seja, a exploração do Homem e da própria Natureza tornou-se cada vez mais racional e eficiente, e aliada à divisão científica e técnica do trabalho fizeram aumentar exponencialmente o empreendimento económico e político da sociedade, resultando na melhoria generalizada do nível de vida. Simultaneamente, este empreendimento produziu um padrão de comportamento que absolveu o sistema político e económico de quaisquer tentativas de o superar, ao mesmo tempo que as racionalidades técnicas e científicas se moldam em novas formas de controlo social e político.¹¹⁰

Nesta medida, o indivíduo também se encontra alienado em termos políticos, a dissonância existente entre a individualidade e as necessidades sociais é gritante, e, não tendo a possibilidade de trabalhar para si mesmo e ser ouvido por instituições representativas, leva-o a criar elementos como o partido ou a igreja, que nada estão conectados com a sua realidade social.¹¹¹ Estas entidades são em si um fenómeno de reificação, e a sua independência, embora real, é uma realidade falsa, na medida em que está sujeita a poderes particulares que organizam toda a estrutura económica e política.

reason to insist on self-determination if the administered life is the comfortable and even the "good" life. This is the rational and material ground for the unification of opposites, for one-dimensional political behaviour. On this ground, the transcending political forces within society are arrested, and qualitative change appears possible only as a change from without."

¹¹⁰ *Ibid.*, 268.

¹¹¹ *Ibid.*, 354.

A estrutura económica baseada no mercado livre institui que a energia gasta pelos indivíduos seja canalizada para a manipulação de bens e serviços que os satisfazem, tornando-os inaptos para alcançarem uma existência própria e perceberem as suas reais possibilidades quando repelam este tipo de satisfação imediata e perecível. Só quando esta energia for libertada do mercado e das suas dinâmicas é que se torna possível diminuir o nível de servidão na sociedade e possibilitar uma existência pacificada.

Por outro lado, é também a competição, característica do mercado aberto, que impede uma existência pacífica do ser humano, pois passa a reproduzir-se também na tecnologia e nas próprias máquinas. Para Marcuse, são estas máquinas que, tanto de um ponto de vista técnico como político, e alavancadas pelos homens que as dirigem, tratam os indivíduos como simples objetos e, através desta reificação, transformam as suas mentes em inúteis máquinas serviçais. Assim, a verdadeira libertação e a pacificação da existência só podem ser conseguidas quando, e através da política, a tecnologia, a ciência e a própria máquina forem libertadas das mãos daqueles que a direcionam para o seu uso sinistro. Para se constituir uma sociedade verdadeiramente livre é condição necessária a automatização do trabalho socialmente necessário, mas este deve ser humanizante e respeitador da individualidade.¹¹²

Trabalho socialmente necessário foi definido por Marx como o período do processo laboral em que o trabalhador produz somente o valor do seu poder de trabalho, ou seja, produz o valor necessário para a sua subsistência. Durante o resto do seu trabalho, o indivíduo já não cria valor para si mesmo, mas sim um excedente que será destinado ao capitalista. Esta mão-de-obra excedentária representa em si trabalho objetificado, pois o trabalho que é feito já não é necessário e deixa de ser parte da sua existência.¹¹³

¹¹² H. MARCUSE, *Studies in Critical Philosophy*, 222.

¹¹³ K. MARX, *Capital*, 325.

Sendo este a base de todo o modo de produção capitalista, a desumanização é irreversível. O contínuo progresso da competição desmesurada, às custas da exploração do trabalhador, dita, para Marcuse, o incessante crescimento do sistema, bem como a sua preservação. Só a partir da autodeterminação do modo de produção será possível terminar com a pobreza e a exploração do Homem, mas isto só será possível se emergir uma consciência e um comportamento individual que não reproduza o *status quo*, e vá de encontro às necessidades sociais da comunidade: “ (...) Uma vez que a vida privada não pode continuar a manter-se separada e contra a existência pública, a liberdade do indivíduo e a do todo talvez possam reconciliar-se mediante uma vontade geral configurada nas instituições que se dirigem no sentido das necessidades individuais. (...)”¹¹⁴

Na opinião de Marcuse, uma sociedade amadurecida depende de estruturas coordenadas, sob uma autoridade reconhecida, pois a própria civilização confia, na sua maioria, numa autoridade racional e que vá de encontro à proteção e preservação da vida, e que seja baseada no conhecimento e na necessidade. A luta pela existência pacífica transforma-se em cooperação para o progresso individual e aliada à satisfação das necessidades de cada uma gera uma convergência entre a razão e a felicidade, onde pode ser criada uma nova divisão do trabalho, e até uma nova hierarquia de valores.¹¹⁵

Por outro lado, Marcuse refere que a divisão do trabalho inerente à sociedade baseada no mercado tende a aumentar o nível de burocracia privada, graças à racionalidade intrínseca da especialização de funções, característica deste sistema. Esta expansão da burocracia privada irá intensificar, na ótica de Marcuse, a irracionalidade dos processos sociais, e pôr a nu a discrepância entre o carácter técnico da divisão do trabalho e o controlo autocrático exercido sobre ele. Esta situação só pode ser equilibrada através da burocracia pública, caso esta seja controlada e constituída democraticamente, pois tem a capacidade de ultrapassar a tal

¹¹⁴ H. MARCUSE, *Eros e civilização*, 194.

¹¹⁵ *Ibid.*, 194.

discrepância, por via da conservação e proteção dos recursos materiais e humanos. Na sociedade de mercado, a burocracia pública pode ser a arma que protege os indivíduos dos interesses e poderes que subvertem o mercado e a comunidade, e desde que a vontade das pessoas possa claramente ser afirmada, a burocracia pública pode impulsionar a democratização.¹¹⁶ A natureza social da burocracia é determinada pela forma como esta permite que a democracia se estenda até à divisão do trabalho, e reduza a diferença entre a população e a burocracia que os governa. Quanto maior é o número de pessoas a estar sob a égide da burocracia pública, maior será a probabilidade da sociedade passar de um estágio de hierarquização política, para um estado de administração própria.

Deste modo, a hierarquização tecnocrática da sociedade vai tender sempre para o aumento das diferenças entre quem controla e quem coordenado, entre aqueles que coordenam e os que são coordenados, mas também entre o conhecimento especializado e o conhecimento geral e comum. Para Marcuse, a abolição do sistema de preços, e por conseguinte do mercado livre, fará com que estas diferenças diminuam, e irá contribuir para a destruição das forças que impedem o verdadeiro progresso político e social.¹¹⁷

A hierarquia política da sociedade moderna aparece como a expressão objetiva da racionalidade tecnológica, levando a que os indivíduos desenvolvam uma atitude apolítica, pois em toda a sua vida são condicionados e coagidos por esta mesma racionalidade tecnológica, impossibilitando o desenvolvimento de uma consciência social e política, pois será irracional opor-se ao sistema que garante as suas necessidades.¹¹⁸

A sociedade de mercado não é mais que a manifestação da escassez e da afirmação que o controlo autoritário do interesse comum é somente uma forma de potenciar os interesses particulares sobre todos os outros. Enquanto os indivíduos competirem pela sua parte da riqueza

¹¹⁶ H. MARCUSE, *Technology, war and fascism*, 58.

¹¹⁷ *Ibid.*, 59.

¹¹⁸ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 49.

criada socialmente, a sociedade irá aparecer-lhes como uma entidade objetiva, que consiste apenas num variado número de instituições e órgãos, e que representa tudo aquilo que o indivíduo não é, e que determina todos os seus hábitos e comportamentos. Esta sociedade é notada unicamente como uma forma de restrição e controlo sobre o sujeito e as suas aspirações, e é esta visão de comunidade que perpetua o domínio do Homem sobre o Homem.

Dentro deste sistema de escassez, o indivíduo desenvolveu-se apenas como um elemento de trabalho e orientado para a competição, ao invés da sua verdadeira natureza individual que é moldada pelos seus pensamentos, emoções e paixões. Consequentemente, os instintos e apetites do Homem deixaram de lhe pertencer, mostrando apenas as características restritivas e desumanas impostas pela luta da existência, os seus sentidos tornaram-se materiais e antagónicos à sua verdadeira liberdade. Para além disto, quanto menos o Homem despende a sua individualidade para executar as tarefas estandardizadas exigidas pelo mercado, mais facilmente a sua verdadeira individualidade possa retornar ao seu estágio natural.¹¹⁹

A forma de individualismo característica do sistema capitalista estabelece uma conexão inerente entre propriedade e individualidade, porém o progresso tecnológico pode vir a tornar possível o decréscimo do tempo e da energia gasta na produção dos meios de subsistência, tal como levar à redução da escassez e à abolição das dinâmicas competitivas entre as pessoas no mercado, fazendo ressurgir a verdadeira individualidade do Homem. Liberto das amarras da competitividade, o indivíduo pode crescer naturalmente no reino da satisfação, seguindo as suas próprias paixões e desejos.

Adicionalmente, Marcuse elabora uma crítica ao Estado moderno afirmando que este foi organizado fora do domínio das relações humanas, por ser considerado um elemento não político, submetido aos seus próprios arranjos e dinâmicas. Assim, o Estado terá reconhecido que existem direitos sociais intrínsecos que são anteriores à sua própria autoridade, e a sua

¹¹⁹ H. MARCUSE, *Technology, war and fascism*, 63.

interferência neste domínio só seria justificável se fosse para promover ou proteger esses direitos. Os direitos do Homem como ser social e membro de uma sociedade foram sempre definidos de forma e em contextos diferentes, contudo, o Estado moderno passou a exercer um poder meramente calculista e de caráter administrativo, desprovido de qualquer ligação com a sociedade e os indivíduos. Marcuse faz notar que até mesmo os três pilares associados ao Estado liberal, nomeadamente o estado de direito, o monopólio do poder coercivo e a soberania nacional expressam claramente a divisão racional das funções entre o Estado moderno e a sociedade.¹²⁰

Esta situação só será revertida quando a classe trabalhadora deixar de estar identificada, política e economicamente, com a sociedade capitalista, mas tendo sempre como condição necessária para esta transformação a mudança cultural e comportamental, pois sem ela, a grande maioria da população irá continuar a apoiar a sociedade de mercado. O processo de produção desenvolvido dentro do capitalismo, alavancado pelo trabalho assalariado, dentro da divisão do trabalho existente, perpetuam as formas existente de consciência e de necessidades, restringindo a mudança e eternizando a exploração. A sociedade que emergirá desta transformação não deve ser apenas a negação da sociedade de mercado, mas deve sim ter como principal preocupação e política, a abolição da exploração, da dominação e do trabalho.¹²¹

O aparato tecnológico da sociedade moderna está em confronto com a autonomia no local de trabalho, pois esta pressupõe uma alteração nas relações entre produtores e consumidores. O mercado, ao mesmo tempo que controla os indivíduos, satisfazendo-os através dos seus bens e serviços massificados, incute necessidades conformistas que reproduz essa mesma autoridade. Na opinião do autor, torna-se vital que, quando os trabalhadores controlarem a tecnologia e as forças produtivas, experienciem a necessidade de mudar a direção do progresso tecnológico, apontando para a pacificação da existência. Por conseguinte, as novas dinâmicas económicas e

¹²⁰ *Ibid.*, 63.

¹²¹ *Ibid.*, 224.

tecnológicas podem servir para criar um novo ambiente social e político de verdadeira liberdade:

“O aparato técnico poderia então servir para criar um novo ambiente social e natural: os seres humanos poderiam então ter as suas próprias cidades, as suas próprias casas, o seu próprio espaço de tranquilidade e alegria: podem tornar-se livres e aprender a viver em liberdade com os outros. Apenas com a criação de um tal ambiente diferente (que está bem dentro das capacidades da tecnologia e muito para além das capacidades dos interesses instalados que controlam essa tecnologia), seriam as palavras "beleza", "criatividade", e "comunidade a designar objectivos significativos; a criação de um tal ambiente poderia ser, de facto, trabalho não alienado.”¹²²

Para Marcuse a socialização dos meios de produção e a sua administração pelos trabalhadores continua a ser condição necessária para que a nova sociedade possa surgir, contudo os meios de produção existentes continuam a ser os meios de produção capitalistas, e por conseguinte, encontram-se sob o véu da objetificação e da dominação. Assim, a produção continuará a estar marcada pelo mercado e as suas dinâmicas, permanecerá a formatação das necessidades dos indivíduos, bem como os seus comportamentos e desejos. Esta socialização da força produtiva só dará lugar ao reino da liberdade, quando forem os próprios trabalhadores a decidirem as quantidades de produção e a forma de a executar, o que, na opinião do autor, no contexto da economia de mercado que lhe antecedeu, irá levar a uma transição anárquica e desintegradora. Todavia, esta poderá ser a única forma de abolir o sistema de mercado, e consigo a exploração e a pobreza.

Desta forma, é no processo de produção material que a nova sociedade tem de se formar e basear, tendo de redirecionar os esforços para mudar o controlo sobre o modo de produção,

¹²² H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 73. – “(...) *The technical apparatus could then serve to create a new social and natural environment: human beings could then have their own cities, their own houses, their own space of tranquillity and joy: they could become free and learn how to live in freedom with the others. Only with the creation of such an entirely different environment (which is well within the capabilities of technology and well beyond the capabilities of the vested interests which control technology), would the words “beauty,” “creativity,” and “community” designate meaningful goals; the creation of such an environment would indeed be non-alienated labour.*”

fundamental para que a nova autonomia individual, intrínseca a uma nova divisão do trabalho e ao trabalho socialmente necessário, possa florescer. Para além disto, os recursos técnicos e científicos para este novo desenvolvimento estão disponíveis na sociedade moderna, mas para poder realizar esta nova liberdade e individualidade, não basta estarem reunidas as condições objetivas ou materiais, têm também de estar presentes as condições subjetivas e humanas, que conscientemente, fazem perceber ao indivíduo a necessidade desta nova sociedade.

Neste ponto, Marcuse caminha na direção oposta à teoria marxiana tradicional, já que Marx afirmava que só transformando as condições económicas do Homem é que seria possível alterar a sua consciência: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.”¹²³

Em contrapartida, Marcuse entende que só alterando a consciência dos indivíduos é possível alterar as relações económicas existentes na sociedade capitalista. Assim, mesmo que ocorresse uma revolução no sentido marxiano tradicional, as pessoas, que anteriormente adquiriram os valores e hábitos da sociedade de mercado, iriam reproduzir essa mesma estrutura repressiva dentro da nova sociedade, logo só quando tiver sido efetuada uma mudança na sua consciência, e as suas mentes libertadas, será possível alterar as condições materiais e económicas do Homem:

“A consciência libertada promoveria o desenvolvimento de uma ciência e uma tecnologia livres para descobrir e perceber as possibilidades das coisas e dos homens na protecção e gratificação da vida, brincando com as potencialidades da forma e matéria para a consecução deste objectivo. A técnica tenderia então a tornar-se arte, e a arte tenderia a formar a realidade: a oposição entre imaginação e razão, faculdades superiores e inferiores, poéticas e pensamento científico, seria invalidado. O surgimento de um novo Princípio da Realidade: sob o qual uma nova sensibilidade e uma inteligência científica desublímada combinaria na criação de um *ethos estético*”¹²⁴

¹²³ K. MARX, *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Expressão Popular, São Paulo, 2008, 2ª ed., 47.

¹²⁴ H. MARCUSE, *An Essay on Liberation*, 24. - “The liberated consciousness would promote the development of a science and technology free to discover and realize the possibilities of things and men in the protection and gratification of life, playing with the potentialities of form and matter for the attainment of this goal. Technique

Este novo Princípio da Realidade é baseado na ideia de que as pré-condições técnicas e materiais para o seu desenvolvimento já estão, ou irão estar estabelecidas na sociedade atual. Marcuse entende assim que, a ideia de que a realidade iria passar a traduzir as capacidades técnicas da sociedade, iria acabar numa revolução, no entanto, a introjeção democrática fez com que o sujeito histórico da revolução, fosse suprimido, visto que, os indivíduos que realmente são livres dentro do sistema de mercado não precisam de se libertar, e aqueles que ainda são oprimidos não têm força para se libertarem sozinhas. Nestas condições, Marcuse afirma que se torna impossível deter a influência exercida democraticamente pelos opressores sobre a maioria da população, que, para além disto, beneficia e participa nos proveitos, que a produtividade e a divisão do trabalho fornecem à sociedade moderna, conseguindo conter democraticamente a oposição ao regime de mercado.¹²⁵

Assim, o sistema de mercado torna-se vez mais opressivo, comandando os indivíduos através da manipulação dos seus valores e da sua consciência, e ao invés de estimular o desenvolvimento humano, cria necessidades falsas, apoiando o consumo em massa e o desperdício. Assim, o autor alemão acusa a corrupção capitalista de contaminar as democracias contemporâneas, que eficientemente organizam e coagem as pessoas, que são livres de escolher, pagando essa liberdade por meio de uma ignorância imposta, e de uma impotência face ao sistema vigente:

“Democracia de massas fornece a parafernália política para a realização desta introjeção do Princípio da Realidade; não só permite que o povo (até certo ponto) escolha os seus próprios mestres e possa participar (até certo ponto) no governo que as governa - também permite que os mestres desapareçam por detrás do véu tecnológico do aparelho

would then tend to become art, and art would tend to form reality: the opposition between imagination and reason, higher and lower faculties, poetic and scientific thought, would be invalidated. Emergence of a new Reality Principle: under which a new sensibility and a desublimated scientific intelligence would combine in the creation of an aesthetic ethos.”

¹²⁵ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 99.

produtivo e destrutivo que eles controlam, e ocultar os custos humanos (e materiais) dos benefícios e confortos que concede àqueles que colaboram.”¹²⁶

Consequentemente, Marcuse entende que toda a pobreza e exploração são produtos da liberdade económica e da lógica de mercado das sociedades modernas, que, apesar de terem ajudado a libertar milhões de pessoas por todo o mundo, simplesmente, tornaram essa nova liberdade em submissão, pois restringiram os indivíduos, não ao Estado de Direito, mas sim ao Estado de Direito dos opressores.¹²⁷ Da mesma forma, Marx já tinha analisado e criticado a forma como a burguesia capitalista, detentora dos meios de produção, se tinha apoderado do controlo da política dentro do Estado moderno democrático: “ (...) ela conquistou por fim, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a dominação política exclusiva no moderno Estado representativo. O moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa.”¹²⁸

Deste modo, a classe burguesa que tem ao seu dispor quer os meios de produção, quer o controlo da vida política da comunidade, impôs novos modelos de exploração e dominação, diferentes de outros estágios da sociedade, como o feudalismo, e atualmente, dada a dimensão mundial que o mercado e a atividade comercial adquiriram, este setor da população pode, a seu bem entender, reprimir e controlar o resto da população. Sob o pretexto da satisfação de necessidades, passa a administrar todas as escolhas dos indivíduos, absorvendo-os para dentro do sistema de mercado, perpetuando assim a luta pela existência.

Na opinião do autor, os indivíduos estão de tal forma imbuídos dentro do sistema que qualquer tentativa de uma mudança social torna-se impossível, e é vista como extremada e obsoleta face

¹²⁶ *Ibid.*, 98. – “(...) *Mass democracy provides the political paraphernalia for effectuating this introjection of the Reality Principle; it not only permits the people (up to a point) to choose their own masters and to participate (up to a point) in the government which governs them – it also allows the masters to disappear behind the technological veil of the productive and destructive apparatus which they control, and it conceals the human (and material) costs of the benefits and comforts which it bestows upon those who collaborate.*”

¹²⁷ *Ibid.*, 98.

¹²⁸ K. MARX & F. ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*, Avante, Lisboa, 1997, 2ª ed., 5.

ao *status quo*. Assim, graças a uma mudança social desacreditada, a própria imaginação aparece como uma faculdade política racional, já que todas as possibilidades reais de libertação e de criação de uma sociedade racional e livre foram completamente ultrapassadas pela sociedade de mercado. Nesta medida, Marcuse afirma que é necessário, através da imaginação, encontrar novos modos de expressão, novas linguagens e estratégias, para que, ao entrarem no universo político das comunidades modernas tenham possibilidades de criar uma sociedade racionalmente livre.

Desta forma, a democracia moderna torna-se um dos principais obstáculos à mudança e à libertação da sociedade, e tendo obtido uma grande base de apoio popular, permite aos governos perseguirem políticas imperialistas e reafirmar o mercado como a única forma permitida de organizar a sociedade. Atualmente, verifica-se uma poderosa identificação da população com os seus governantes, e o governo popular das pessoas para as pessoas não passa de uma caricatura de soberania popular, defendida em anteriores estágios do capitalismo. Para Marcuse, o capitalismo moderno é caracterizado por uma extensão quantitativa e qualitativa da classe trabalhadora. O denominador comum, face a fases anteriores deste sistema económico, parece permanecer a dependência social e política do capital, mas também a apropriação de tempo de trabalho não pago e o controlo dos meios de produção por parte do capitalista. Contudo, dada a concentração monopolística do poder económico, e a extração de mais-valia do trabalho intelectual e improdutivo, a grande maioria da população, que anteriormente pertencia à classe média, passou assim a fazer parte da classe trabalhadora, no entanto, apesar de ser radicalizada, esta fatia de população não foi proletarizada, continuando a reproduzir nas democracias a estrutura e as dinâmicas repressivas do capitalismo moderno.

Na verdade, as democracias modernas continuam a reter em si a estrutura de classe capitalista, ao mesmo tempo que a maioria da população, a classe governada torna-se o objeto e sujeito da política e da democracia. Assim, as pessoas tornam-se livres, segundo o modelo económico capitalista e dentro dos seus limites, e nesta liberdade, continuam a reproduzir a servidão do

sistema. Os cidadãos, imbuídos pelo espírito de uma participação ativa na vida política e democrática do país, deixam de questionar as políticas e as orientações do sistema e da classe governante, que, para além disto, ao atribuir direitos e liberdades institucionalizadas contribuí para a perpetuação do capitalismo e da sociedade de classes. Para Marcuse, desde que os bens e serviços continuem a chegar às mãos da maioria da população e esta consiga ter, embora manipulada e alterada, uma mínima participação nos destinos da nação, nada sugere que estas pessoas procurem uma nova forma de viver em comunidade.

Desta forma, a base popular das democracias capitalistas encontra-se fortificada e solidificada no instinto estrutural dos indivíduos que afirma o sistema capitalista como único e descarta quaisquer alternativas. Segundo Marcuse, as democracias atuais já não confrontam os poderes feudais de outrora, mas, no entanto, conquistaram poder e influência sobre grande parte das instituições da sociedade contemporânea, como as escolas ou o exército, com efeito, reduziram drasticamente as faculdades dos parlamento e a sua capacidade para deliberar sobre os destinos dos diferentes países, redundando na concentração de poderes no governo eleito, confirmando a perpetuação do poder das classes mais altas.

Todavia, mesmo as características das democracias modernas que impulsionaram o crescimento do mercado livre e o acesso da população a mais produtos e serviços estão, para Marcuse, obsoletos. O Estado de Direito e a moralidade política estipulada por ele são somente apropriados para um período de livre competição e empreendimento, onde garantias legais eram dadas para proteger negócios e empresas privadas de uma interferência indesejada do Estado. Mas mesmo esta competição livre sob o Estado de Direito não levou ao progresso, pois, segundo o autor, estes poderes competitivos não fizeram mais do que desenvolver as forças produtivas e providenciar os bens e serviços para satisfazer as necessidades básicas da população. Contudo, esta situação altera-se no período das duas Guerras Mundiais, onde a competição gerou monopólios e oligopólios, e levou a uma saturação dos mercados internos, culminando numa política imperialista por parte dos diversos Estados. Assim, o

desenvolvimento dos conflitos passou a exigir uma intervenção do Estado cada vez mais forte, tornando a economia numa das partes fundamentais da política moderna:

“O Estado de Direito, a moral da legitimidade, com base na relativa igualdade dos concorrentes e sobre os seus interesses gerais e comuns, torna-se, sob as condições alteradas, um obstáculo ao negócio e ao poder por um lado, e uma salvaguarda inadequada para os fracos por outro lado. A concorrência monopolística e a expansão imperialista tornam-se os veículos de crescimento a nível nacional, bem como internacional: a economia funciona através de uma série de acordos conspiratórios, e a sua contraparte política opera através da intervenção latente ou manifesta em países estrangeiros: sub-reptícia ou entrada explícita.”¹²⁹

Desta forma, só uma clara mudança de sistema económico é capaz de originar uma transformação a nível político e social. Este novo panorama deverá emergir no interior dos indivíduos, e não através de um contrato social fictício, ou mesmo de um mercado competitivo onde se disputam votos e interesses, mas, pelo contrário, esta nova sociedade irá ser uma extensão natural e racional das necessidades e faculdades do Homem livre. Todavia, a verdadeira liberdade só pode ser alcançada quando a sociedade de classes colapsar, pois todos os seus fundamentos, como é a propriedade privada, por exemplo, têm vindo a brutalizar e a perverter a sensibilidade do Homem. Com a abolição do capitalismo, e a construção da sociedade socialista, não só a consciência do homem, mas também as suas sensibilidades, os seus sentidos e a sua produtividade mudariam radicalmente, e para além disto, esta sociedade qualitativamente diferente da anterior seria um produto do indivíduo como um ser sensivelmente diferente, que tornaria a solidariedade como o principal sentido orientador da produtividade do Homem.¹³⁰

¹²⁹ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 190. - “*The Rule of Law, the morals of legitimacy, based on the relative equality of competitors and on their general and common interests, becomes, under the changed conditions, an obstacle to business and power on the one hand, and an inadequate safeguard for the weak on the other. Monopolistic competition and imperialist expansion become the vehicles of growth on the national as well as international levels: the economy functions through a series of conspiratorial agreements, and its political counterpart operates through latent or manifest intervention in foreign countries: surreptitious or overt entry.*”

¹³⁰ *Ibid.*, 129.

Porém, esta nova forma de sociedade não passa a ser um reino de amor e fraternidade, como reitera Marcuse, e o próprio conflito não deixa de existir, apesar do sofrimento e da ansiedade serem consideravelmente reduzidos, bem como a violência a destruição. Para atingir este novo patamar político e social, o pré-requisito obrigatório continua a ser a alteração das relações de produção e do modo de produção capitalista. Contudo, esta transformação tem de incorporar, na ótica de Marcuse fatores subjetivos, tal como a sensibilidade humana como uma força produtiva, pois sem uma mudança dos interesses e sentimentos dos indivíduos, a próprio desenvolvimento socialista da tecnologia e dos modos de produção herdados do sistema capitalista seria incapaz de construir sozinho uma sociedade qualitativamente diferente, sendo assim obrigatório uma mudança estrutural na sensibilidade do Homem, nomeadamente a sensibilidade que surgirá das necessidades e da consciência emancipados pela transformação do modo de produção da capitalista.

Por outro lado, esta mudança de interesses e sentimentos está sob constante ameaça do poder tecnocrático da sociedade moderna. Marcuse deteta que, mesmo a parte da população que poderia transformar qualitativamente a sociedade atual sofre de uma atitude tecnocrata, que é inerente às funções que realizam na sua comunidade, e as impede de romper com o anterior *status quo* da sociedade de mercado. Esta continuidade faz com que o desenvolvimento e progresso das forças produtivas não possa ser feito, ao mesmo tempo que perpetuam a dominação através da racionalidade da técnica e da competição, que milita contra a diferença qualitativa entre a velha e a nova sociedade, entre a repressão e a liberdade.

A nova comunidade política irá emergir quando as instituições e as relações de produção que reproduzem a sociedade capitalista deixarem de ser compatíveis com os verdadeiros instintos do Homem, e esta rebelião instintiva tornar-se-á uma força política admirável apenas quando for acompanhada também por uma rebelião da Razão, isto é, a recusa absoluta do intelecto em compactuar com a sociedade estabelecida e sua repressão sobre o Homem. Esta nova consciência política, que originará a revolução, afirma Marcuse, deve ser desenvolvida a uma

escala social e introduzida na população em massa, para que possa abrir caminho para uma nova dimensão de liberdade e solidariedade.¹³¹

Consequentemente, os novos valores sociais irão tomar o lugar dos valores estabelecidos previamente. Enquanto na sociedade capitalista, valores como liberdade e igualdade são meras abstrações e privilégios, o mesmo não acontece neste processo de mudança social, onde os mesmos valores são transformados em forças materiais que impelem a ação política a uma escala de massas, apontando à realização completa destes novos valores. Para Marcuse, esta revolução de valores e sentimentos precede a revolução social, projetando e tornando-se um catalisador para que as mudanças na estrutura produtiva e económica possam ser realizadas:

“Dizer que os novos valores do socialismo só podem ser os produtos de novas instituições sociais e económicas é vulgar, e não materialismo dialéctico. Pelo contrário, a articulação de novos valores sociais precede quase invariavelmente a institucionalização de novas relações de classe e de um novo modo de produção.”¹³²

Assim, esta alteração de sensibilidades não é apenas o reflexo ideológico da estrutura social, pois esta transformação radical pode introduzir e articular novas possibilidades históricas ao processo de revolução social e económica, subvertendo a hierarquia estabelecida e priorizando valores que apontem para uma nova racionalidade e uma nova moralidade, pois o sistema económico capitalista teve a capacidade de tornar os seus valores estabelecidos em valores próprios da população. O perpetuar da exploração não se encontra somente escondido por detrás do véu tecnológico da sociedade moderna, mas é também transfigurado, isto é, o capitalismo reproduz-se a si próprio transformando-se, e estas transformações não são mais do que o crescimento da repressão e da dominação. Para além disto, a produção capitalista tem a capacidade de conseguir entregar à população uma enorme quantidade de bens e produtos, e

¹³¹ *Ibid.*, 157.

¹³² *Ibid.*, 196. - “*To say that the new values of socialism can only be the products of new social and economic institutions is vulgar, not dialectical materialism. Rather the articulation of new social values almost invariably precedes the institutionalization of new class relations and of a new mode of production.*”

por conseguinte felicidade e conforto, daí ser extremamente importante que exista uma revolução em termos de sensibilidades e valores, para que se possa subverter este modelo económico assente na servidão.

Na verdade, Marcuse já afirmava que o sistema capitalista era a perversão da verdadeira existência humana e a perda da sua realidade como Homem, e que em tal condição, tornava-se impossível perceber os indivíduos como os verdadeiros sujeitos da realidade, realidade esta que desrespeitava a essência e a história humana, transformando-a simplesmente num mundo de objetos e mercadorias trocados no mercado. Desta forma, todos estes bens e produtos acabaram por se tornar parte da própria existência das pessoas, obrigando-os a comprar e a vender uma parcela da sua existência no mercado, existência essa que é a própria realização do capital. Assim, a classe dominante, que domina desde os meios de comunicação à política, promove este tipo de existência, e ao fazê-lo precisa somente de ir ao encontro das necessidades e interesses aclamados pelo público de massas. A lei da oferta e da procura nada mais é do que uma forma de harmonizar os que governam com aqueles que são governados, e como é pré-estabelecida pela classe dominante, esta pode controlar os interesses e as necessidades da população.

Por conseguinte, uma das diferenças qualitativas entre as sociedades existentes e a sociedade livre, será a transformação destas necessidades artificialmente impostas ao ser humano. Marcuse refere que, para se dar continuidade a esta revolução social, a classe trabalhadora, dado a sua função no processo produtivo e a sua demografia, continuará a ser o agente histórico da revolução. Todavia, nos países capitalista esta parte da população sofre de um claro aprisionamento da sua própria consciência, ao mesmo tempo que o desenvolvimento e a satisfação das suas necessidades permite a perpetuação da servidão.

Segundo Feenberg, o sistema de estratificação de classes encontra vantagens na decisão de não identificar as potencialidades latentes no contexto empírico fornecido. A sua perpetuação

baseia-se na supressão das possibilidades de uma ordem social pacífica e igualitária, que se torna realizável através do avanço tecnológico. Dentro deste cenário, onde a dinâmica da dominação encontra raízes profundas na estrutura transmitida pela herança, Marcuse argumenta que a racionalidade formal contribui para a manutenção e reprodução desse estado. O setor laboral emerge como a esfera primordial onde o sistema de classes depende da continuidade da dominação.

No entanto, quando a autogestão e a autorrealização dos trabalhadores são enquadradas como preferências subjetivas e não como capacidades humanas intrínsecas, a sua força normativa perde o vigor necessário para contrapor a busca de lucro e eficiência do capital. Esse impulso, incarnado numa tecnologia que demanda a simplificação das competências e uma gestão centralizada, aparentemente refuta os objetivos humanitários subjacentes. Assim, a autogestão e a autorrealização numa linha de montagem permanecem como aspirações distantes, enquanto produtos concretos são produzidos e evidenciam o seu valor inerente. Esta avaliação encontra ressonância nas perspectivas de Andrew Feenberg, cuja análise crítica da relação entre tecnologia e sociedade realça a necessidade de uma abordagem mais atenta às nuances da interação tecnológica para enfrentar os desafios inerentes à modernidade capitalista.¹³³

Assim, um interesse declarado do próprio sistema capitalista é introduzido e fomentado da estrutural instintiva do explorado, e a rutura com a repressão, condição necessária para a libertação e a revolução, não acontece. A mudança radical na sociedade, isto é, a transformação da sociedade existente numa sociedade livre tem de atingir a dimensão biológica da existência humana, onde as necessidades vitais e imperativas do Homem possam ser realmente satisfeitas. Apesar destas necessidades reproduzirem ainda uma vida de dominação, esta libertação pressupõe mudanças na dimensão biológica do ser humano, ou seja, necessidades instintivas diferentes, que provocarão diferentes reações, tanto ao nível corporal como mental. Assim, todo

¹³³ A. FEENBERG, *Can Technology Incorporate Values? Marcuse's Answer to the Question of the Age*. University of California, Berkeley, 1998, 5.

o domínio de atividades e trabalhos competitivos, de divertimento estandardizado, bem como todos os símbolos de poder, prestígio e estatuto, que prejudica diretamente a própria disposição e vida do Homem, dá lugar a um espaço de liberdade sem exploração.

“ (...) uma revolução que será impulsionada pela necessidade vital de se libertar do conforto administrado e da produtividade destrutiva da sociedade exploradora, liberta da heteronomia suave, uma revolução que, em virtude desta fundação "biológica", teria a possibilidade de tornar o progresso técnico quantitativo em formas de vida qualitativamente diferentes - precisamente porque seria uma revolução que ocorreria a um nível elevado de desenvolvimento material e intelectual, uma que permitiria que o homem conquiste a escassez e a pobreza.”¹³⁴

Esta ideia de mudança radical na sociedade, para se tornar mais do que mera especulação, deve assentar numa base objetiva do processo de produção capitalista, a sua capacidade técnica e tecnológica, e a sua utilização. A liberdade depende largamente do progresso técnico e do avanço científico da comunidade, mas para se tornarem veículos da verdadeira liberdade, a ciência e a tecnologia devem alterar os seus objetivos atuais, e devem ser reconstruídos de acordo com esta nova sensibilidade, e responder aos instintos vitais do ser humano. A construção desta sociedade livre pressupõe o uso das conquistas da sociedade anterior, nomeadamente os seus avanços científicos e técnicos, que após serem libertados dos seus objetivos de exploração e dominação, podem ser mobilizados para a eliminação global da pobreza e da miséria.

Neste contexto, uma análise à luz das perspetivas de Andrew Feenberg ganha relevância. Para o autor, Marcuse sustenta a posição de que a razão instrumental é influenciada por contingências históricas, deixando uma marca na evolução da ciência e tecnologia modernas.

¹³⁴ H. MARCUSE, *An Essay on Liberation*, 19. - “ (...) a revolution which would be driven by the vital need to be freed from the administered comforts and the destructive productivity of the exploitative society, freed from smooth heteronomy, a revolution which, by virtue of this "biological" foundation, would have the chance of turning quantitative technical progress into qualitatively different ways of life — precisely because it would be a revolution occurring at a high level of material and intellectual development, one which would enable man to conquer scarcity and poverty.”

O exemplo paradigmático da linha de montagem é citado por Marcuse, não com a intenção de questionar um design específico, mas sim para explorar a estrutura mutável da racionalidade tecnológica.

Neste âmbito, Feenberg oferece uma contribuição valiosa, propondo a possibilidade de diversas formas de razão instrumental que transcendem aquelas enraizadas na sociedade de classes. Feenberg sugere a emergência de uma nova modalidade de razão instrumental capaz de dar origem a uma ciência renovada e a projetos tecnológicos inovadores, os quais se desvinculariam das características negativas que frequentemente acompanham a nossa atual ciência e tecnologia. A defesa entusiástica de Marcuse por esta posição ousada encontra um eco significativo em Feenberg, cujas perspectivas convergem ao enfatizar a necessidade de uma reconfiguração profunda no tratamento com a tecnologia.¹³⁵

Esta nova sensibilidade, que irá sobrepor os verdadeiros instintos humanos à agressividade e à culpa sentida sob o sistema anterior, promoverá, à escala social, a necessidade vital da abolição da injustiça e da miséria, moldando e aumentando o nível de vida dos indivíduos. Os instintos vitais encontrariam a sua expressão racional no planeamento da distribuição do tempo de trabalho socialmente necessário, dentro dos vários ramos da produção, ajustando prioridades e objetivos, não só o que produzir, mas também como produzir. A consciência livre irá promover um desenvolvimento científico e tecnológico livre para descobrir e realizar todas as possibilidades humanas.

Desta forma, a democracia de massas atual desenvolvida pelo capitalismo monopolista moderno deixaria de fazer sentido como projeto político a o Homem novo e a sua consciência livre, pois esta forma de governo moldou os direitos e liberdades dos indivíduos à sua imagem e interesses, onde qualquer tipo de desvio ou dissidência é facilmente controlado, e mesmo

¹³⁵ A. FEENBERG, *Marcuse or Habermas: Two Critiques of Technology*. San Diego State University, San Diego, 1995,46.

forças radicais e contrárias ao regime são toleradas desde que sigam as regras e as dinâmicas do sistema. Por outro lado, como o capitalismo monopolista é obrigado a expandir-se e a fortificar o seu domínio, tanto no exterior como no interior dos diferentes países, a luta pela verdadeira democracia, assente na nova sensibilidade do Homem, irá fazer sempre parte de um conflito com as instituições democrática existentes e estabelecidas das sociedades capitalista, que por sinal apresentam uma tendência mais conservadora, contrária à mudança. Nesta medida, Marcuse refere que, se democracia significa autogoverno de pessoas livres, onde a justiça é para todos, a realização da mesma pressupõe a abolição da democracia existente. A dinâmica do capitalismo assume, dentro da luta democrática, uma tendência verdadeiramente antidemocrática, pois as decisões são tomadas dentro de parlamentos, sem qualquer contacto com os indivíduos, o que acaba por fixar a verdadeira oposição fora deste centro de decisões e subverter toda a lógica democrática da sociedade.¹³⁶

Marcuse reitera que a democracia atual, mesmo com os seus mecanismos legais e constitucionais, continua a destruir processos de mudança e transformação social, capazes de subverter o sistema existente. Assim, este bloqueador inerente à democracia capitalista de massas é, em si, um auto-perpetuador, capaz de proteger e fortificar o sistema contra qualquer pensamento alternativo ao mesmo, pois, para além disto, assenta na eficiência e na riqueza, mas também na vontade escondida da maioria da população. Desta forma, argumentos como a guerra, crimes contra a humanidade e genocídios são ineficientes contra uma forma de governo que protege a propriedade privada, o comércio e o lucro.

Neste sentido, a função histórica do sistema democrático dentro do capitalismo monopolista sempre foi o uso da lei do liberalismo burguês como uma força contrarrevolucionária, impondo uma ação forte e direta à oposição radical ao sistema estabelecido. Nestas circunstâncias a desobediência civil passou a ser a única arma à disposição daqueles que lutam por uma

¹³⁶ H. MARCUSE, *An Essay on Liberation*, 65.

sociedade mais livre, e pela transformação da democracia indireta do capitalismo corporativo, numa democracia direta, onde as eleições e a representatividade deixassem de representar instituições de dominação e repressão. Para o autor alemão, a democracia direta é a única forma de garantir um governo e eleições verdadeiramente livre:

“(…) na sociedade de massas moderna, democracia, não importa sob que forma, não é concebível sem um sistema de representação. A democracia directa asseguraria, a todos os níveis, uma selecção genuinamente livre e uma eleição dos candidatos, revogabilidade à discrição dos círculos eleitorais, e educação e informação não censurada. Mais uma vez, tal democracia pressupõe uma educação igual e universal para a autonomia.”¹³⁷

Por outro lado, Marcuse afirma que, mesmo estas eleições diretas podem originar elites governantes capazes de voltar a reproduzir controlos repressivos sobre a população, e estariam somente a substituir as anteriores. Contudo refere que esta elite já estaria dentro do espírito da revolução, que só seria levada a cabo por forças não coercivas, e usaria os progressos técnicos e produtivos para libertar o Homem. Desta forma, o autor elenca os conceitos iniciais e as instituições primárias libertadoras da sociedade, como a propriedade coletiva e o planeamento e o controlo coletivos dos meios de produção e distribuição. Estes pressupostos permitiriam aos indivíduos o uso de todos os recursos disponíveis para abolir a pobreza, todavia, esta não seria uma condição suficiente para uma sociedade livre, visto que toda a realidade deve ser criada a partir da nova consciência e sensibilidade do Homem.¹³⁸

¹³⁷ *Ibid.*, 69. - “(…) in modern mass society, democracy, no matter in what form, is not conceivable without a system of representation. Direct democracy would assure, on all levels, genuinely free selection and election of candidates, revocability at the discretion of the constituencies, and uncensored education and information. Again, such democracy presupposes equal and universal education for autonomy.”

¹³⁸ *Ibid.*, 87.

Sociedade

Em termos sociais, o mercado livre representa para Marcuse uma das principais ameaças à individualidade e à identidade de cada sujeito dentro da sociedade contemporânea. Como já foi referido anteriormente, o desenvolvimento económico e industrial, exponenciado pela expansão e alargamento dos mercados mundiais, ao mesmo tempo que demonstrou capacidade para abolir a escassez, carregou consigo a estandardização de grande parte da vida do Homem, transcendendo qualquer tipo de individualidade ou originalidade que possa florescer entre os indivíduos. Algumas das principais críticas que Marcuse refere apontam precisamente para o facto de que nesta sociedade, as instituições económicas básicas e as suas relações reproduzem-se em toda a extensão da vida social do Homem, até mesmo em partes, que anteriormente podiam desenvolver-se de acordo com as suas próprias dinâmicas, como é o caso da cultura.

Desta forma, todas as dinâmicas da vida em sociedade encontram-se toldadas pelo mercado e as suas dinâmicas opressivas, tornando-se vital que Homem recorra também à emancipação dos seus próprios sentidos. Esta fase é uma das mais importantes para a construção de uma sociedade verdadeiramente livre, segundo o autor, pois uma sensibilidade que foi brutalizada e cega pelo sistema capitalista irá sempre reproduzir-se e formar uma comunidade competitiva e conflituosa, que fomentará as características de uma sociedade capitalista: “(...) os sentidos aprendem a aceitar (como uma necessidade da vida) e a reproduzir ruído, poluição, fealdade, violência - qualidades que se tornam parte da transformação do ambiente natural e técnico.”¹³⁹

Assim, os sentidos, afastados e emancipados da sua condição anterior irão desenvolver novos modos de sentir, ouvir, cheirar e ver, alterando a sua perceção do mundo, permitindo imaginar e conceber novas formas dos objetos das suas necessidades, transformando-as. Esta realização iria enraizar no Homem a sua verdadeira humanidade e solidariedade, passando de um ser

¹³⁹ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 130. – “(...)the senses learn to accept (as a necessity of life) and to reproduce noise, pollution, ugliness, violence – qualities which become embodied in the transformation of the natural and technical environment.”

racional para um ser sensual, onde todo o seu conhecimento e a sua racionalidade partiriam de um ímpeto de sensibilidade e de humanidade: “ O universo dos sentidos emancipados é o mundo dos objetos humanizados, no qual o homem, enquanto espécie, fez do mundo dos objetos o seu - meio para o desenvolvimento e satisfação das suas necessidades autênticas.”¹⁴⁰

Feenberg sugere uma interpretação que está alinhada com a ênfase que o próprio Marcuse conferia à importância de contextualizar conceitos abstratos, como eficiência, dentro de um contexto social concreto. A partir deste ponto de vista, o conceito de racionalidade tecnológica proposto por Marcuse não pode ser equiparado aos conceitos formais de eficiência e controle, mas deve incorporar um conteúdo social que reflita um padrão específico de orientação de objetivos, enraizado nas dinâmicas sociais. Neste sentido, emerge uma necessidade premente de um conceito intermediário, situado entre os princípios formais da economia e da engenharia, e as aplicações práticas desses princípios em dispositivos e sistemas tangíveis.

Os princípios técnicos apenas adquirem relevância histórica quando são internalizados através de uma cultura tecnológica. As aplicações práticas não são meramente desenhadas com base em princípios técnicos abstratos, mas sim incorporam esses princípios à medida que são concretizados através de disciplinas técnicas específicas. Enquanto instituições de natureza social, essas disciplinas operam sob uma variedade de restrições, incluindo imperativos sociais que influenciam a formulação dos seus problemas e soluções técnicas, os quais se manifestam nas aplicações que concebem. Feenberg, desconfio que aquilo que Marcuse pretendia comunicar com o termo "racionalidade tecnológica" era, na verdade, a internalização dos imperativos sociais mais fundamentais, tal como se manifestam através de uma cultura técnica.

Estes imperativos basilares estabelecem uma ligação entre a tecnologia e não apenas uma experiência local específica, mas também características consistentes das formações sociais

¹⁴⁰ *Ibid.*, 137. – “The universe of the emancipated senses is the humanized object world, in which man, as species being, has made the object world his own – medium for the development and satisfaction of his authentic needs.”

fundamentais, como a sociedade de classes, o capitalismo e o socialismo. Estas permissas encontram expressão nos dispositivos e sistemas técnicos que emergem dessa cultura, reforçando os seus valores fundamentais. Neste contexto, é legítimo afirmar que a tecnologia é intrinsecamente "política", sem recorrer a mistificações ou correr o risco de provocar confusões.

Feenberg dá sentido à teoria de Marcuse, interpretando-a à luz destas considerações. Ao nível das formas concretas e históricas da cultura tecnológica, existe espaço para diversas racionalidades distintas, cabendo-nos a responsabilidade de avaliar entre elas e seleccionar aquela que mais se afigura adequada. Nenhuma destas racionalidades é verdadeiramente neutra, nem mesmo a tecnologia moderna, que já não se orienta para um bem definido. Cada tecnologia incorpora um projeto histórico, uma abordagem específica para resolver aspetos técnicos que não estão completamente determinados, intrínsecos ao design de dispositivos e sistemas.

Esta racionalidade proclamou a sua "neutralidade" em relação às essências que anteriormente orientavam as tecnologias. Esta renúncia à essencialização confere à tecnologia moderna uma compreensão peculiar e positivista de si mesma, fazendo-a parecer estar purificada de influências sociais. Contudo, conforme defendido por Marcuse, a rejeição de metas essencializadas acomodou outros valores associados aos desafios do controlo do trabalho e dos recursos, enfrentados pelo capitalismo durante o seu desenvolvimento.

Ao contrário do que possa parecer, as tecnologias modernas não são desprovidas de valores, mas antes enraizadas numa estrutura de valores específica, semelhante a todas as outras tecnologias. A diferença reside no facto de que o seu vínculo mais fundamental com valores não está explicitamente formulado como um fim, mas antes implícito nos seus sistemas de controlo.

O apelo de Marcuse à experiência estética como um novo domínio para os valores tecnológicos representou um esforço para introduzir as aspirações humanas e as necessidades da natureza num processo de construção da racionalidade tecnológica. A reintrodução da estética numa base

moderna não implicaria a anulação dos princípios técnicos subjacentes à racionalidade tecnológica existente, mas sim a sua reorganização em torno de outros imperativos sociais, que, sem dúvida, eventualmente levariam à descoberta de novos paradigmas.¹⁴¹

Todavia, a harmonia impera dentro das classes e setores integrados na sociedade de mercado, pois apesar dos indivíduos perceberem a forma como estão a ser diariamente manipulados e estarem totalmente informados da forma como o mercado e as suas instituições moldam a sua vida, não conseguem responder, porque foram libertos das suas raízes instintivas e sentimentais que não lhes permitem agir de forma solidária e humana. Neste sentido, Marcuse faz notar que mesmo as franjas da população que não se encontravam anteriormente envolvidas no sistema capitalista, passaram a desempenhar um papel totalmente diferente na sociedade de mercado contemporânea. As classes que haviam sido desfavorecidas pelas dinâmicas de mercado estavam agora pacificadas e sentiam-se em casa na sua própria alienação. Esta pacificação não se deveu só ao aumento de salários ou à redução da carga horária, mas também através de estratégias de consumo que administram e manipulam as necessidades e os desejos humanos, onde os consumidores passaram a identificar-se libidinalmente com as mercadorias que adquirem.

Em suma, o potencial e a distinta produtividade, bem como a capacidade de crescimento do próprio sistema capitalista estabiliza a sociedade e mantém o progresso técnico dentro da sua estrutura de repressão. A racionalidade tecnológica transformou-se em racionalidade política, o que levou a que as necessidades políticas da sociedade se tornassem meras aspirações e desejos individuais, e a sua satisfação promoveu o mercado, e de quem ele beneficia, parecendo constituir a própria personificação da Razão.

¹⁴¹ A. FEENBERG, *Can Technology Incorporate Values? Marcuse's Answer to the Question of the Age*. University of California, Berkeley, 1998, 11-12.

Capítulo 2- Friedrich Hayek

O mercado como motor de liberdade

Friedrich Hayek analisa e avalia o mercado livre de uma forma diametralmente oposta a Herbert Marcuse. O autor, nascido em Viena, elabora uma defesa acérrima do mercado livre, não só como um mero instrumento económico, mas como algo decisivo para uma convivência política e social, pacífica e em liberdade. Deste modo, importa entender de que forma Hayek teoriza e entende a função do mercado, teoria que o coloca nos antípodas da visão marcusiana, tanto sobre a sociedade, a política e a economia.

No seu livro “*Law, Legislation and Liberty: A new statement of the liberal principles of justice and political economy*”¹⁴², Hayek, faz uma distinção vital para a sua teoria, a distinção entre os dois tipos de ordem presentes na sociedade moderna, a ordem espontânea e a ordem de organização, ou *grown order* e *made order*. O autor define ordem como:

“ (...) um estado de coisas em que uma multiplicidade de elementos de diversos tipos estão de tal forma relacionados entre eles que poderemos aprender a partir do nosso conhecimento de alguma parte espacial ou temporal do todo como formar expectativas correctas em relação ao resto, ou pelo menos expectativas que têm uma boa probabilidade de se provarem correctas.”¹⁴³

Desta forma, entende-se que para Hayek todas as sociedades são compostas por ordens, sendo fundamental perceber de que forma esta foi criada e quais são os seus desígnios. A *made order* é descrita por Hayek como uma estrutura organizada, que impõe aos indivíduos um certo tipo de comportamento específico, e estão integrados numa construção que possui propósitos únicos, e por isso obriga os indivíduos a responder a regras e direções específicas que visem

¹⁴² F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty: A new statement of the liberal principles of justice and political economy*, Routledge, London, Vol. 1, 1998, 35.

¹⁴³ *Ibid.*, 35. – “(...) a state of affairs in which a multiplicity of elements of various kinds are so related to each other that we may learn from our acquaintance with some spatial or temporal part of the whole to form correct expectations concerning the rest, or at least expectations which have a good chance of proving correct.”.

cumprir esses mesmos objetivos e propósitos. Por outro lado, na ordem espontânea os indivíduos respondem a regras gerais e abstratas, independentemente de quais sejam os propósitos de cada um.

A ordem espontânea é um fenômeno que surge quando um sistema se auto-organiza a partir das interações entre seus elementos, sem a necessidade de um propósito definido. Essa forma de organização pode ser observada em sistemas como o mercado e a sociedade, que são o resultado da ação de milhões de indivíduos ao longo do tempo. Essa ordem é endógena, ou seja, não é criada deliberadamente, mas sim resultado da ação individual dos agentes que compõem o sistema.

Friedrich Hayek, afirma que a complexidade desses sistemas não está limitada ao que uma mente humana pode compreender. As ordens espontâneas não são necessariamente complexas, mas podem atingir qualquer grau de complexidade, o que uma ordem construída não consegue. Elas também podem ou não ser abstratas, porém, geralmente consistem num sistema de relações abstratas, já que o caráter abstrato da ordem só pode ser percebido mentalmente, independentemente do número de elementos que a compõem. Já as *made order* são visíveis e limitadas ao conhecimento de quem as criou e organizou.

Embora uma ordem espontânea não tenha um propósito definido, ela tem como função permitir que os indivíduos possam prosseguir os seus objetivos individuais, utilizando os seus conhecimentos fragmentados e dispersos entre milhões de pessoas. Isso torna a ordem espontânea mais eficiente do que uma ordem construída, já que não é possível centralizar todo o conhecimento em uma única mente ou inteligência central. A mente humana é um produto da evolução cultural, e, portanto, a ordem social não pode ser resultado de um desenho racional ou controle consciente.

Segundo o autor austríaco, a liberdade individual é fundamental para o surgimento da ordem espontânea, pois só ela permite que as pessoas experimentem, inovem e explorem toda a sua

capacidade. Na ordem espontânea, as regras que regem a sociedade não apontam para a prossecução de qualquer fim predefinido, a única coisa que podemos afirmar é que aquelas regras deram origem àquela ordem específica. No entanto, estas normas aplicam-se a um grande número de pessoas, tratando-se de normas extensíveis a um número indefinido de indivíduos e de situações. Neste sentido, para o aparecimento de uma ordem espontânea, o comportamento de cada pessoa tem de ser semelhante, quando estas são confrontadas perante conjunturas idênticas, mas apenas quanto a determinados aspetos abstratos. As regras desta ordem espontânea definem quais são os predicados abstratos da ação e do comportamento de cada indivíduo. A estas regras autónomas de fins particulares, que geram a ordem espontânea, Hayek denomina de “regras de conduta”¹⁴⁴:

“A essência de todas as regras de conduta é que elas rotulam tipos de ações, não em termos de seus efeitos amplamente desconhecidos em casos específicos, mas em termos de seu efeito provável, que não precisa ser previsível pelos indivíduos. Não é por causa desses efeitos de nossas ações que conscientemente provocamos, mas por causa dos efeitos que nossas ações têm na manutenção contínua de uma ordem de ações, que certas regras passaram a ser consideradas importantes. Assim como a ordem que servem, mas a um nível mais distante, elas auxiliam apenas indiretamente na satisfação de necessidades específicas, ajudando a evitar tipos de conflitos que a experiência passada mostrou ocorrer na busca normal de uma grande variedade de objetivos. Elas servem não para tornar bem-sucedido qualquer plano de ação específico, mas para reconciliar muitos planos diferentes de ação.”¹⁴⁵

As normas de conduta que imperam na sociedade não são concebidas com o intuito de produzir benefícios específicos e previsíveis para indivíduos particulares, mas são instrumentos de

¹⁴⁴ *Ibid.*, 31.

¹⁴⁵ *Ibid.*, 22. – “*The essence of all rules of conduct is that they label kinds of actions, not in terms of their largely unknown effects in particular instances, but in terms of their probable effect which need not be foreseeable by the individuals. It is not because of those effects of our actions which we knowingly bring about, but because of the effects our actions have on the continuous maintenance of an order of actions, that particular rules have come to be regarded as important. Like the order which they serve, but at one further remove, they assist only indirectly the satisfaction of particular needs by helping to avoid kinds of conflicts which past experience has shown to occur in the normal pursuit of a great variety of aims. They serve not to make any particular plan of action successful, but to reconcile many different plans of actions.*”

natureza multifacetada desenvolvidos como adaptações a determinados tipos de ambiente, uma vez que auxiliam os indivíduos a lidar com situações específicas. Esta adaptação a um determinado ambiente ocorre através de um processo essencialmente distinto daquele que seria usado para conceber resultados específicos previstos.

Segundo John Gray, a tese de Hayek em prol do processo de mercado e de uma ordenação social que favoreça o desenvolvimento espontâneo de práticas e instituições encontra o seu principal chamamento nas considerações a seguir mencionadas. Ele reconhece que a própria faculdade mental humana é resultante de um processo evolutivo de caráter cultural, cuja natureza apenas pode ser apreendida de maneira incipiente. A evolução subsequente desta mesma faculdade é concebida como demandando o abandono da tentativa de alcançar um controlo consciente sobre os domínios da vida social e intelectual. Convém salientar, neste contexto, que, embora Hayek insista na necessidade de uma perspectiva adequada da sociedade repousar sobre uma teoria autêntica da natureza humana, ele empenha-se em refutar a premissa que uma natureza humana determinada e imutável subsiste, cujos princípios possam ser definitivamente delineados.¹⁴⁶ Segundo Gray, Hayek afirma que não existe razão válida para retratar as normas de conduta justa como inerentes, no sentido de fazerem parte de uma ordenação externa e eterna da realidade, ou como sendo permanentemente enraizadas numa natureza imutável do ser humano. Também não é correto afirmar que a mente humana seja definitivamente moldada de maneira a adotar de forma irrevogável essas regras particulares de conduta. Hayek não concebe a vida humana como uma mistura de instintos inalteráveis e artifícios conscientes, perspectiva que, segundo a sua apreciação, negligencia o crescimento espontâneo da cultura via competição de tradições.

A crença de Hayek na incognoscibilidade parcial da faculdade mental humana e a sua firme convicção de que o ser humano jamais poderá discernir os aspetos imutáveis da sua própria

¹⁴⁶ J. N. GRAY, *F.A. Hayek on Liberty and Tradition*. *Journal of Libertarian Studies* 4, Vol 2, 1980, 122.

natureza parecem expressar uma incerteza de natureza epistemológica, em detrimento do âmbito metafísico. Para Gray, não se nega que o homem, à semelhança de outras entidades, possua uma natureza ou essência, o ponto central reside na impossibilidade de conhecer integralmente o que essa natureza seja.¹⁴⁷

Este processo baseia-se, não na antecipação de necessidades particulares, mas sim na experiência passada, que evidencia a probabilidade de ocorrência de certos tipos de situações com diferentes graus de incerteza. O resultado desta experiência passada, adquirida através de tentativa e erro é preservado, não como uma recordação de eventos particulares ou como um conhecimento explícito acerca do tipo de situação provável de ocorrer, mas como uma sensibilidade para a importância de observar determinadas normas.

“Apenas se forem aplicadas universalmente, sem considerar os efeitos particulares, é que elas servirão para a preservação permanente da ordem abstrata, um propósito intemporal que continuará a auxiliar os indivíduos na busca dos seus objetivos temporários e ainda desconhecidos. Essas regras, que são valores comuns, servem para a manutenção de uma ordem cuja existência muitas vezes nem mesmo aqueles que as aplicam estão cientes.”¹⁴⁸

Em virtude de não ser possível prever o resultado efetivo da adaptação de uma regra específica que se pode pressupor que a mesma aumenta equitativamente as probabilidades de sucesso para todos os indivíduos. Desta forma, é a falta de conhecimento acerca de desfechos futuros, que possibilita o estabelecimento de acordos em torno de normas que sirvam como meios comuns para uma diversidade de propósitos.¹⁴⁹

¹⁴⁷ *Ibid.*, 122.

¹⁴⁸ F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, Vol. 2, 17. – “Only if applied universally, without regard to particular effects, will they serve the permanent preservation of the abstract order, a timeless purpose which will continue to assist the individuals in the pursuit of their temporary and still unknown aims. Those rules which are common values serve the maintenance of an order of whose existence those who apply them are often not even aware.”

¹⁴⁹ *Ibid.*, 4.

“Por outras palavras, as regras apropriadas de conduta não são derivadas do conhecimento explícito dos eventos concretos que iremos encontrar; em vez disso, são uma adaptação ao nosso ambiente, uma adaptação que consiste em regras que desenvolvemos e cuja observância geralmente não conseguimos justificar adequadamente. Na medida em que tais regras prevaleceram porque o grupo que as adotou foi mais bem-sucedido, ninguém jamais precisou saber por que esse grupo foi bem-sucedido e por que, conseqüentemente, suas regras se tornaram amplamente adotadas. (...) No entanto, nunca podemos reconstruir racionalmente da mesma forma todo o sistema de regras, pois nos falta o conhecimento de todas as experiências que contribuíram para sua formação. O sistema completo de regras, portanto, nunca pode ser reduzido a uma construção intencional para fins conhecidos, mas deve permanecer para nós como o sistema de valores herdado que orienta aquela sociedade.”¹⁵⁰

No pensamento de William Baumgarth, a concepção de normas, sejam de ordem legal ou inseridas no contexto sociocultural, assume um papel fundamental na mitigação da incerteza, particularmente daquela de natureza evitável. Nesse contexto, tais normas exibem traços característicos de universalidade e igualdade, em que a aplicação diferenciada equivale a um tratamento desigual, originando, assim, arbitrariedade e, por conseguinte, gerando um estado de incerteza. O contraste com comandos imperativos é evidente no raciocínio de Baumgarth, pois, conforme sua análise, normas não nos submetem à vontade autônoma de outros agentes, o que preserva a integridade dos dados sobre os quais baseamos nossas ações.

A relação intrínseca entre as normas no âmbito social e a configuração da epistemologia humana é reforçada pelo fato de que, assim como nem todas as normas que regulam o comportamento social podem ser plenamente comunicadas, as normas que orientam o âmbito

¹⁵⁰ *Ibid.*, 5. – “In other words, appropriate rules of conduct are not derived from explicit knowledge of the concrete events we will encounter; rather, they are an adaptation to our environment, an adaptation which consists of rules we have developed and for the observance of which we will usually not be able to give adequate reasons. In so far as such rules have prevailed because the group that had adopted them was more successful, nobody need ever have known why that group was successful and why in consequence its rules became generally adopted (...) But we can never rationally reconstruct in the same manner the whole system of rules, because we lack the knowledge of all the experiences that entered into its formation. The whole system of rules can therefore never be reduced to a purposive construction for known purposes, but must remain to us the inherited system of values guiding that society.”

do conhecimento humano, segundo a perspectiva de Baumgarth, enfrentam restrições inerentes à sua articulação completa.

No cerne da análise de Baumgarth reside a percepção de que a essência das normas, moldada pelo processo de interação das faculdades mentais humanas, compartilha uma ligação profunda com tais faculdades, transcendendo uma conexão superficial e configurando-se como uma extensão da esfera mental mediante a divisão do conhecimento. Dentro do contexto social, as normas se erigem como facilitadoras do intercâmbio harmonioso entre os diversos atores. No entanto, o agente individual também se vê diante do desafio de harmonizar suas ações em um plano coerente, o que frequentemente se mostra impraticável frente às vicissitudes em constante mutação. Ainda assim, alguma coerência é inculcada nas ações individuais por meio da adoção de um conjunto de normas orientadoras, capazes de conferir previsibilidade ao esquema geral de ação, embora não abranjam os detalhes particulares.

Tais normas direcionais simplificam as circunstâncias que devem ser consideradas durante a tomada de decisões, selecionando categorias específicas de informações como preponderantes para guiar as ações. No entanto, esse processo de simplificação também implica uma abstração, ou seja, a omissão de outros detalhes. A justificativa para esta omissão reside na premissa de que, de acordo com as normas, esses detalhes se caracterizam como informações acidentais, parciais, que mesmo se integralmente conhecidas e avaliadas, dificilmente alterariam a intenção de seguir a norma em questão, de acordo com a análise de Baumgarth.¹⁵¹

Assim, a ordem espontânea depende de regras que não são orientadas para fins específicos, pois é assim que o conhecimento coletivo dos indivíduos pode ser aproveitado em seu conjunto, em vez de apenas individualmente. Tentar direcionar a ordem espontânea para alcançar determinados objetivos significa submetê-la às regras e comandos típicos de uma organização,

¹⁵¹ W.P. BRAUMGARTH, *Hayek and Political Order: The Rule of Law*. The Journal of Libertarian Studies, 2014, 12.

transformando-a nessa estrutura. Os membros da sociedade passam a obedecer aos comandos dos líderes que visam alcançar imediatamente esses objetivos, ou devem obedecer a regras que são interpretadas, integradas e aplicadas com esses fins em mente. Os indivíduos são obrigados a usar seus conhecimentos não de acordo com o que consideram mais adequado dentro das regras a seguir, mas sim para atingir os objetivos presumidos pelas normas. Isso resulta numa escolha muito mais reduzida e numa capacidade diminuída de adaptação à complexidade, diversidade e mudança dos fatores externos, levando a uma simplificação de toda a sociedade. Neste sentido, Hayek afirma que as *made order* tem uma complexidade limitada pela mente humana. Uma sociedade transformada numa organização estagna ou retrocede no longo prazo, e é, unicamente a ordem social espontânea que pode fazer progredir a sociedade de forma sustentável, pois esta ordem, por se basear em regras independentes de qualquer fim, possui um nível de complexidade ilimitado pela mente humana.

Para John Gray, é apropriado salientar que a perspectiva de Hayek sobre a autonomia da mente encontra a sua origem numa epistemologia fortemente influenciada pelo conceito de falibilidade, em combinação com uma abordagem naturalista e evolutiva da vida intelectual, em contraste com eventuais posições de natureza metafísica no campo da filosofia da mente e da ação. Hayek não parte do pressuposto de que o argumento a favor da liberdade requer uma posição específica no debate entre o livre-arbítrio e o determinismo. A sua abordagem tem um carácter metodológico, argumentando que, dada a nossa condição como seres cujas mentes resultam de uma evolução cultural e que compreender plenamente se mostra complexo, e tendo em vista que o pensamento consciente é invariavelmente menos complexo do que as estruturas que o originam, a esfera da mente humana permanece como um domínio autónomo no que diz respeito ao nosso conhecimento sobre a mesma.¹⁵²

¹⁵² J. N. GRAY, F.A. *Hayek on Liberty and Tradition*. Vol 2, 122.

Desta forma, a ordem desejável será a ordem em que se alcança a máxima eficiência, pois nenhum outro sistema proporciona um cumprimento mais abrangente dos planos e objetivos de cada indivíduo, tornando-se necessário seguir as regras de conduta que levem a este estado de coisas. A partir dessa premissa inicial, Hayek fundamenta as vantagens da ordem espontânea: é uma ordem existente que os indivíduos desejam fortalecer, pois descobriram que é a condição essencial para a busca eficaz de uma multiplicidade de propósitos variados, divergentes e imprevisíveis.¹⁵³

“É o único procedimento ainda descoberto no qual a informação amplamente dispersa entre milhões de pessoas pode ser utilizada de forma eficaz para o benefício de todos, e usado para garantir a todos uma liberdade individual desejável por si mesma por motivos éticos. É um procedimento que, é claro, nunca foi "projetado", mas que aprendemos gradualmente a melhorar depois de descobirmos como aumentava a eficiência das pessoas nos grupos que o desenvolveram.”¹⁵⁴

Como referido anteriormente, Hayek afirma que a ordem espontânea liberal, ao contrário das *made order* ou de outras ordens espontâneas, será aquela que melhor se coaduna com a possível execução do maior número de objetivos individuais, pois esta é baseada noutra ordem espontânea, a economia de mercado, ou como Hayek a denomina, a cataláxia:

“(...) podemos formar um termo em inglês, cataláxia, que usaremos para descrever a ordem resultante do ajuste mútuo de muitas economias individuais num mercado. Uma cataláxia é, portanto, o tipo especial de ordem espontânea produzida pelo mercado através das pessoas que agem dentro das regras da lei da propriedade, delito civil e contrato.”¹⁵⁵

¹⁵³ F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, Vol. 1, 105.

¹⁵⁴ *Ibid.*, 70-71. – “It is the only procedure yet discovered in which information widely dispersed among millions of men can be effectively utilized for the benefit of all-and used by assuring to all an individual liberty desirable for itself on ethical grounds. It is a procedure which of course has never been 'designed' but which we have learnt gradually to improve after we had discovered how it increased the efficiency of men in the groups who had evolved it.”

¹⁵⁵ *Ibid.*, 108-109. – “(...) we can form an English term *catallaxy* which we shall use to describe the order brought about by the mutual adjustment of many individual economies in a market. A *catallaxy* is thus the special kind of spontaneous order produced by the market through people acting within the rules of the law of property, tort and contract.”

Hayek utiliza o termo cataláxia para descrever a ordem que surge pelo mútuo ajustamento de muitas economias individuais no mercado. Essa ordem é baseada em regras, como a propriedade privada e contratos, e não tem um propósito comum ou hierarquia de fins específicos.¹⁵⁶ No entanto, essa falta de um propósito comum é o que permite a cataláxia ser a ordem espontânea mais adequada para proteger a liberdade individual na esfera econômica. Ao invés de ter fins concretos, a cataláxia utiliza regras de conduta abstratas, o que permite que cada indivíduo ou agente persiga seus próprios fins utilizando seus conhecimentos e habilidades, e também aproveitando o conhecimento dos outros, mesmo sem conhecer seus fins específicos.

O termo cataláxia foi primeiramente usado por Richard Whately, no seu livro *"Palestras Introductorias sobre Economia Política"*¹⁵⁷, mas foi amplamente divulgada por Ludwig von Mises, na sua obra *"A Ação Humana"*¹⁵⁸. Hayek adota esta terminologia, afirmando tratar-se de um termo mais acertado face ao termo "economia", visto que o primeiro designa um sistema de infindáveis economias relacionadas e dependentes entre si, que constituem a ordem de mercado.¹⁵⁹

Na cataláxia, ao contrário de uma sociedade planeada, os fins concretos e objetivos são substituídos por regras de conduta abstrata, onde cada indivíduo é motivado a contribuir para as necessidades de outrem, sem ter qualquer tipo de informação sobre elas, permitindo a concordância dos membros da sociedade sobre os meios para atingir os planos individuais. A natureza desta ordem não requer objetivos comuns a todos os seus membros, e através do funcionamento do mercado, os indivíduos vão acabar por servir outros e ajudá-los sem sequer os conhecer. Neste sentido, a cataláxia é um sistema de reconciliação entre informação, planos

¹⁵⁶ *Ibid.*, 109.

¹⁵⁷ R. WHATELY, *Introductory Lectures on Political Economy*, B. Fellowes, London, 1831.

¹⁵⁸ L. V. MISES, *Human Action: A Treatise on Economics*, Fox & Wilkes, San Francisco, 1996.

¹⁵⁹ F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, Vol. 2, 131.

e fins completamente diferentes, que só são compatibilizados graças à atuação do mercado, que servirá de base a uma multiplicidade de metas díspares e incomensuráveis.

Para o autor austríaco, este é uma das grandes valências do mercado, a sua capacidade de processar e compatibilizar informação, conhecimento, fins e objetivos de todos os membros da sociedade de uma forma pacífica e que permite a maximização da possibilidade do cumprimento dos planos de cada pessoa. Desta forma, e tal como todas as restantes ordens espontâneas, o mercado orienta ação e o comportamento individual, mas trata-se da ordem mais capaz de produzir e gerar riqueza dentro da sociedade:

“A melhor forma de compreender como o funcionamento do sistema de mercado não apenas leva à criação de uma ordem, mas também a um grande aumento do retorno que os homens recebem pelos seus esforços, é pensar nele, como sugerido no último capítulo, como um jogo que podemos agora chamar de jogo de catálaxia. É um jogo criador de riqueza (e não o que a teoria dos jogos chama de jogo de soma zero), ou seja, um jogo que leva a um aumento do fluxo de bens e das perspectivas de todos os participantes para satisfazerem as suas necessidades.”¹⁶⁰

Informação e Conhecimento

O mercado, como refere Hayek, trata-se de um fenómeno extremamente complexo e incapaz de ser compreendido por um único indivíduo que seja capaz de definir ou perceber quais serão os seus resultados, pois a quantidade incomensurável de informação e conhecimento processado pelo mercado torna-o incapaz de ser totalmente entendido:

“Enquanto nas ciências físicas se assume geralmente, provavelmente com razão, que qualquer fator importante que determine os eventos observados será ele próprio

¹⁶⁰ *Ibid.*, 115. – “The best way to understand how the operation of the market system leads not only to the creation of an order, but also to a great increase of the return which men receive from their efforts, is to think of it, as suggested in the last chapter, as a game which we may now call the game of catallaxy. It is a wealth-creating game (and not what game theory calls a zero-sum game), that is, one that leads to an increase of the stream of goods and of the prospects of all participants to satisfy their needs”.

diretamente observável e mensurável, no estudo de fenômenos tão complexos como o mercado, que dependem das ações de muitos indivíduos, todas as circunstâncias que determinarão o resultado de um processo, por razões que explicarei mais tarde, dificilmente serão totalmente conhecidas ou mensuráveis.”¹⁶¹

Como referido anteriormente, a cataláxia permite uma utilização mais eficaz das informações e do conhecimento disperso por todos os indivíduos, e fá-lo através da concorrência. A concorrência entre indivíduos, empresas, produtores e consumidores permite aferir o que o que os diferentes membros da sociedade querem, as suas necessidades e desejos, e quais são os melhores meios para o poder atingir. Todos estes sinais dados por milhões de indivíduos e organizações permite que o conhecimento, a técnica e as necessidades, que não são conhecidas na totalidade por nenhum indivíduo singular possam ser usadas e mobilizadas, de forma a tentar atingir os fins e objetivos de cada pessoa ou instituição.

Na visão hayekiana a concorrência tem uma posição capital na sociedade, já que é a partir da mesma que os membros da sociedade podem analisar e entender quais são os planos que são mais desejáveis e perceber as melhores escolhas para que cada um deles possa atingir as suas metas. Assim, as oportunidades e alternativas que o sistema mostra vão sempre depender em grande medida do conhecimento, técnica e informação que cada indivíduo tem aos seu dispor e como faz uso dos mesmos, sem que as regras de conduta que regem a ordem espontânea sejam quebradas. As normas que garantem o processo concorrencial não necessitam da concordância de todos os indivíduos quanto aos seus fins, pois é da natureza do mercado conciliar fins competitivos, fazendo com que agentes desconhecidos realizem os seus propósitos.

“A maioria das vantagens da vida social, em especial nas suas formas mais avançadas a que chamamos «civilização», reside no facto de o individuo beneficiar de mais

¹⁶¹ F. A. HAYEK, *A Free-Market Monetary System*, Ludwig von Mises Institute, Auburn, 2008, 32. -“While in the physical sciences it is generally assumed, probably with good reason, that any important factor which determines the observed events will itself be directly observable and measurable, in the study of such complex phenomena as the market, which depend on the actions of many individuals, all the circumstances which will determine the outcome of a process, for reasons which I shall explain later, will hardly ever be fully known or measurable.”¹⁶¹

conhecimento do que aquilo de que tem consciência. Pode dizer-se que a civilização começa quando o indivíduo, na perseguição dos seus objetivos, pode fazer uso de mais conhecimento do que aquele que adquiriu e quando transcende os limites da sua ignorância, tirando partido de conhecimento que ele próprio não possui.”¹⁶²

Neste sentido, importa perceber que a ordem de mercado alimenta-se das regras e normas que são escolhidas pelos seus membros de forma orgânica, evolutiva e espontânea. Como referido anteriormente, as regras são pedra basilar na estabilidade do mercado, que os indivíduos ao longo de um processo evolutivo vão escolhendo, conscientes da sua própria ignorância, as normas que guiam a ordem espontânea. Para Hayek, toda a sociedade e o seu funcionamento são impossíveis de serem compreendidos pela razão, apresentando assim um mundo evolucionista, regido por regras abstratas e gerais, selecionadas pela experiência, que conduzem os indivíduos num processo social evolutivo, de aprendizagem coletiva e individual, agraciando a sociedade com novas formas de resolver problemas através da experiência, e não do arranjo operado por uma organização ou pessoa. Esta ordem, como não poder ser construída, nem reconstruída por outrem torna-se, para Hayek, uma estrutura inacessível e transcendental para a mente humana, que impossibilita a sua construção deliberada e decorre da experiência e da evolução social:

“A ideia de que o homem constrói deliberadamente a sua civilização decorre de um intelectualismo errado, que vê a razão humana como algo externo à natureza e provido de conhecimento e de capacidade de raciocínio independentes da experiência. Mas a evolução da mente humana faz parte da evolução da civilização: é o estado da civilização num dado momento que determina a dimensão e as possibilidades dos objetivos e valores humanos.”¹⁶³

¹⁶² F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, Edições 70, Lisboa, 2018,49.

¹⁶³ *Ibid.*, 51.

Para Hayek, essas regras reafirmam a própria ordem espontânea, oferecendo um modelo de aprendizagem evolucionista, que é caracterizado por um processo de adaptabilidade, onde cada um tem a possibilidade de aprender, através dos seus ensaios e escolhas, mas também com as escolhas dos seus pares, permitindo uma evolução social dentro da ordem espontânea.¹⁶⁴ O autor defende assim a ideia de que as regras devem ser abstratas mas também gerais, não podendo atender a aspetos e fins particulares da sociedade, mas sim apontar para o aumento das oportunidades e planos para que cada um possa atender às suas necessidades e desejos.

“A vida do homem em sociedade, ou até a dos animais sociais e grupos, é possibilitada porque os indivíduos agem de acordo com certas normas. Com a evolução da inteligência, estas normas tendem a desenvolver-se de hábitos inconscientes para proposições explícitas e articuladas, tornando-se, ao mesmo tempo, em mais abstratas e gerais.”¹⁶⁵

Segundo Roger Arnold, na perspectiva de Hayek, as instituições emergentes, as ordens resultantes e os desfechos intrínsecos desempenham um papel crucial ao mobilizar e direccionar eficazmente o conhecimento disperso na sociedade. Este conhecimento, muitas vezes enraizado de forma tácita e, em certos casos, inarticulável, desempenha um papel preponderante ao enfrentar as incertezas que permeiam nosso contexto.

Esta perspectiva ecoa a firme confiança que Hayek deposita na dinâmica da evolução social. É difícil conceber a razão de uma advertência contra interferir com instituições, ordens e resultados emergentes caso não houvesse a crença subjacente na sua superioridade em relação às alternativas que emergiriam de intervenções externas. A confiança inabalável na evolução social, que se encontra na obra de Hayek, encontra ressonância de maneira mais específica em sua abordagem sobre a lei.

¹⁶⁴ *Ibid.*, 191.

¹⁶⁵ *Ibid.*, 187.

Hayek discerniu que a lei, uma entidade substancialmente discrepante da legislação convencional, se desenvolveu organicamente. Neste processo evolutivo, a lei absorveu grande parte do conhecimento ausente na legislação convencional. Além disso, ao se configurar como a expressão formal de regras enraizadas no tempo, a lei é inerentemente justa. E, adicionalmente, pelo fato de ter ultrapassado a prova do tempo, a lei também apresenta uma eficácia pragmática.

As regras enraizadas, como expressas na lei, evoluíram com o propósito fundamental de preservar o tecido social. Estas operam como mecanismos intrínsecos para atenuar nossa ignorância - um estado de falta de compreensão que, se negligenciado, pode precipitar conflitos entre os membros do grupo e, em última instância, resultar na desagregação da ordem social. A adesão amplamente aceita a essas regras ancestrais representa um instrumento vital para evitar tal desagregação, enquanto assegura a continuidade e o progresso do coletivo. À medida que o tempo avança, as regras consideradas mais aptas são internalizadas e seguidas, devido aos resultados favoráveis que elas propiciam. Tais regras, ganhando a qualificação de lei, surgem como resultado desse processo de seleção natural, no qual a evolução favorece aquelas que mais eficazmente mobilizam o conhecimento mais relevante para enfrentar os desafios correntes.

Para Roger Arnold, estas considerações condensam com precisão a perspectiva de Hayek em relação à evolução institucional. A evolução se encarrega de selecionar as instituições, ordens e resultados emergentes que melhor incorporam o conhecimento mais pertinente para abordar as transformações e problemas do presente.¹⁶⁶

Estas normas abstratas, apesar de serem frequentemente observadas nas ações de cada indivíduo, não quer dizer que este as conheça pormenorizadamente. A abstração dá-se quando uma pessoa reage da mesma forma a circunstâncias que só apresentam algumas características em comum, fazendo com que os indivíduos obedeçam a estas regras sem as conseguir

¹⁶⁶ R. A. ARNOLD, *Hayek and Institutional Evolution*. The journal of Libertarian studies, 2014, 345.

comunicar ou formular. De facto, as normas ao serem abstratas e universais fazem com que cada indivíduo conheça as relações de causa e efeito que decorrem das ações de todos os outros membros, utilizando-os para atingir o fim que deseja.¹⁶⁷

Para Kuakathas, uma ordem abstrata é aquela governada por regras abstratas de conduta justa. Essas regras de conduta justa são assim denominadas porque, quando se deparam com controvérsia, a resolução se dá mediante recurso a outras regras que partilham certos atributos abstratos com a questão em disputa. Deste modo, as contendas são extintas sem qualquer apelo ou acordo em relação à importância dos objetivos particulares perseguidos pelas duas partes. A aplicação constante das regras abstratas ao longo do tempo resulta numa ordem abstrata que, no seu conjunto, não serve a nenhum propósito específico, mas que, não obstante, facilita a procura pacífica de fins diversos.

Segundo Kuakathas, é imperativo que se reconheça explicitamente a natureza da sociedade alargada enquanto ordem abstrata, uma vez que é de importância crucial compreender que tal ordem não configura uma comunidade. Para Hayek, qualquer esforço para moldar a sociedade de acordo com a configuração de uma pequena tribo ou grupo, ou para convertê-la numa comunidade, através da orientação dos indivíduos para metas comuns e tangíveis, resultaria no estabelecimento de uma sociedade de caráter totalitário.¹⁶⁸

Hayek afirma que tal como as leis naturais, também as leis da sociedade determinam as características do meio em que cada um pode atuar, a sua esfera privada, e embora tenha a capacidade de eliminar certas opções dos indivíduos, não limita as suas escolhas de um comportamento ou ação específica que outro lhe tenha exigido:

“A conceção de liberdade dentro da lei, que é o principal tema deste livro, baseia-se na ideia de que, quando obedecemos às leis, no sentido geral de normas abstratas

¹⁶⁷ F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 192.

¹⁶⁸ C. KUAKATHAS, *Hayek and Liberalism*. The Cambridge companion to Hayek. 2006, 198.

estabelecidas independentemente de a quem são aplicadas, não estamos sujeitos à vontade de outrem e, por isso, somos livres.”¹⁶⁹

Assim, o autor austríaco defende que a razão para que seja assegurado a cada um uma esfera privada e conhecida, na qual cada indivíduo possa escolher acerca do seu comportamento e das suas ações, reside no facto de permitir a cada pessoa utilizar o seu conhecimento e informação de forma única, em circunstâncias específicas, permitindo que tome as suas decisões e use as suas ferramentas de forma a atingir os seus planos e as suas metas futuras. A lei mostra as consequências das suas escolhas, ao mesmo tempo que amplia o seu âmbito mostrando os factos com que pode contar para atingir o que deseja. Desta forma, a lei serve para que cada um aja de forma correta e eficaz conforme o seu conhecimento, ao mesmo tempo que incorpora informação e conhecimentos dos seus pares, mas também de experiências e comportamentos passados, que são utilizados quando os indivíduos agem conforme essas normas comuns a todos.

“(…) dentro de uma ordem espontânea, o uso de coerção só pode ser justificado quando é necessário garantir o domínio privado do indivíduo contra interferências de terceiros, mas a coerção não deve ser usada para interferir na esfera privada quando isso não é necessário para proteger os outros. A lei serve uma ordem social, ou seja, as relações entre os indivíduos, e as ações que não afetam ninguém além dos próprios indivíduos que as realizam não devem estar sujeitas ao controle da lei, por mais que sejam reguladas por costumes e valores morais. A importância desta liberdade do indivíduo dentro do seu domínio protegido, e em todos os lugares onde as suas ações não conflitam com os objetivos das ações dos outros, repousa principalmente no facto de que o desenvolvimento de costumes e valores morais é um processo experimental, num sentido em que a aplicação de regras uniformes de direito não pode ser - um processo em que regras alternativas competem e as mais eficazes são selecionadas pelo sucesso do grupo que as obedece, podendo, eventualmente, fornecer o modelo para uma legislação adequada.”¹⁷⁰

¹⁶⁹ F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 193.

¹⁷⁰ F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, Vol. 2, 57. – “(…) within a spontaneous order the use of coercion can be justified only where this is necessary to secure the private domain of the individual against interference by

Neste sentido, Hayek afirma que as pessoas ao colaborarem sob estas normas gerais, baseiam a sua ação numa “ (...) espécie de divisão do conhecimento (...) ”¹⁷¹, que mostra ao indivíduo as especificidades que irá defrontar, mas que a lei permite que o seu comportamento se vá adaptando às características gerais e duradouras da sociedade. Estas normas, que não terão sido desígnio nem construção de alguém, permitem que os indivíduos usem essa experiência para atingir os seus fins¹⁷², experiência essa que resulta de um processo evolutivo, no qual, gradualmente, a experiência de gerações passadas foi contribuindo para chegar aos dias de hoje, adaptando e melhorando a sociedade:

“Por conseguinte, as normas ao abrigo das quais agem os cidadãos constituem uma adaptação de toda a sociedade ao seu meio às características gerais dos seus membros. Servem, ou devem servir, para ajudar os indivíduos a elaborar planos de ação com boas possibilidades de poderem ser executados.”¹⁷³

Na análise de William Baumgarth, a presença de normas gerais assume um caráter vital para reflexões no contexto de uma sociedade livre. Tais preceitos, segundo Baumgarth, desempenham uma função essencial na otimização do aproveitamento das condições de conhecimento descentralizado, característico de diferentes épocas e circunstâncias, uma inerência a qualquer sociedade. Nesse sentido, eles atuam como mediadores das tensões entre objetivos concorrentes, ainda que não assumam a incumbência de estabelecer propósitos sociais. Ao contrário, configuram-se como meios através dos quais os agentes sociais podem prosseguir com suas próprias metas dentro dos parâmetros definidos por tais normas.

others, but that coercion should not be used to interfere in that private sphere where this is not necessary to protect others. Law serves a social order, i.e. the relations between individuals, and actions which affect nobody but the individuals who perform them ought not to be subject to the control of law, however strongly they may be regulated by custom and morals. The importance of this freedom of the individual within his protected domain, and everywhere where his actions do not conflict with the aims of the actions of others, rests mainly on the fact that the development of custom and morals is an experimental process, in a sense in which the enforcement of uniform rules of law cannot be a process in which alternative rules compete and the more effective are selected by the success of the group obeying them, and may ultimately provide the model for appropriate legislation.”

¹⁷¹ F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 197.

¹⁷² *Ibid.*, 197.

¹⁷³ *Ibid.*, 198.

Baumgarth entende que, diante das limitações inerentes ao conhecimento individual, as normas gerais conferem a orientação necessária, em face da impossibilidade de calcular todas as implicações das ações empreendidas. De acordo com essa abordagem, a salvaguarda da liberdade individual é, primariamente, viabilizada por meio de normas gerais que delineiam o domínio no qual cada indivíduo exerce seu poder de decisão. Esse argumento está intrinsecamente ligado ao atributo fundamental da responsabilidade ética, que emerge da natureza do conhecimento do agente moral, de acordo com a visão de Baumgarth.

Em consonância com Baumgarth, é possível inferir que a desconsideração de normas não fundamentadas racionalmente pode resultar em consequências prejudiciais para a coletividade, analogamente à restrição da liberdade individual, que comprometeria a possibilidade de uma ordem social espontânea. Nesse contexto, a relação intrínseca entre normas gerais e liberdade individual emerge como um fio condutor constante.¹⁷⁴

Note-se que, para Hayek, a observância destas normas é uma condição necessária para a ordem em que vivemos atualmente e para que possamos traçar os nossos planos e objetivos neste mundo, apesar de muitas vezes não termos consciência da sua importância para a nossa vida cotidiana. Para o normal funcionamento da sociedade é necessário garantir que estas normas são obedecidas com a frequência suficiente, por vezes até por meio de coerção, caso estas convecções não sejam voluntariamente cumpridas pelos indivíduos:

“Há vantagem em que a obediência a essas regras não resulte da coação, não só porque a coerção é má em si mesma, mas também porque, de facto, é normalmente desejável que as regras sejam observadas apenas na maioria dos casos e que o indivíduo deva poder violá-las quanto lhe parecer válido incorrer na reprovação que isso provocará. Também é importante que a força da pressão social e do hábito que assegura a obediência às regras seja variável. É esta flexibilidade das regras voluntárias que, no campo da moral, possibilita a evolução gradual e o desenvolvimento espontâneo, o que permite que mais experiências conduzam a modificações e melhoramentos. Tal

¹⁷⁴ W.P. BRAUMGARTH, *Hayek and Political Order: The Rule of Law*, 14.

evolução só é possível com regras que não sejam nem coercivas nem deliberadamente impostas-regras que, embora a sua observância seja vista como um mérito e sejam cumpridas pela maioria, podem ser violadas pelos indivíduos que julgam ter motivos suficientes para enfrentar a censura dos seus semelhantes. Ao contrário das regras coercivas e deliberadamente impostas, que só podem ser alteradas de forma intermitente e para todos ao mesmo tempo, as regras desse tipo permitem mudanças graduais e experimentais.”¹⁷⁵

Desta forma, é a existência de diferentes grupos e indivíduos, que, entendem de forma particular e parcial, estas normas, que permite, através do hábito e da experiência, que se escolham as mais eficazes para a evolução gradual da sociedade. Hayek atribuí extrema importância à obediência e submissão a estas regras e normas não planejadas, pois, embora tentemos sempre melhorar as nossas instituições e a nossa sociedade, nunca conseguiremos recriá-las como um todo, tendo sempre de lutar pelo melhoramento da sociedade, dentro de um quadro de valores pré-estabelecido, resultante de um processo social gradual, que não foi criado pela geração atual.

“A viabilidade de uma sociedade, no entanto, depende da execução suave e contínua de tais mudanças graduais e de não serem bloqueadas por obstáculos que só podem ser superados quando pressão suficiente se acumula. Todos os benefícios que recebemos da ordem espontânea do mercado são resultados dessas mudanças e só serão mantidos se as mudanças forem permitidas a prosseguir. Mas cada mudança desse tipo causará prejuízos a alguns interesses organizados; e a preservação da ordem de mercado, portanto, dependerá desses interesses não serem autorizados a impedir o que não lhes agrada.”¹⁷⁶

¹⁷⁵ F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 94.

¹⁷⁶ F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, Vol. 3, 94. – “*The viability of a society, however, depends on the smooth and continuous execution of such gradual changes and their not being blocked by obstacles which can only be broken down when sufficient pressure accumulates. All the benefits we receive from the spontaneous order of the market are the results of such changes, and will be maintained only if the changes are allowed to continue. But every change of this kind will hurt some organized interests; and the preservation of the market order will therefore depend on those interests not being allowed to prevent what they dislike.*”.

Para fazermos parte desta evolução, temos de tomar por garantido o facto de não conseguirmos entender todo o processo social e o seu funcionamento, as regras e a normas que o regem, e particularmente, não conseguirmos refazer ou construir artificialmente o conjunto de regras e instituições, à luz do nosso conhecimento e enquadramento moral.¹⁷⁷ Por conseguinte, Hayek parte de uma conceção do indivíduo como um ser ignorante, incapaz de entender todas as mecânicas que regem a sociedade, e para além do mais, incapaz de a conceber artificialmente:

“A ideia de que o homem constrói deliberadamente a sua civilização decorre de um intelectualismo errado, que vê a razão humana como algo externo à natureza e provido de conhecimento e de capacidade de raciocínio independentes da experiência. Mas a evolução da mente humana faz parte da evolução da civilização; é o estado da civilização num dado momento que determina a dimensão e as possibilidades dos objetivos e valores humanos.”¹⁷⁸

Hayek estuda a sociedade a partir de um individualismo metodológico, que coloca o indivíduo como o ator de todas as ações e comportamentos, e assenta na constatação de que só os indivíduos escolhem, pelo que todos os fenómenos económicos estão de alguma forma relacionados às escolhas de cada um. As metas e os objetivos das pessoas devem constituir o ponto de partida de toda a análise económica. Todos os fenómenos económicos devem ser esclarecidos por referência a ações individuais, pelo que os indivíduos e as suas seleções constituem o componente básico de toda a análise económica.

O conhecimento que orienta os indivíduos nas suas escolhas e ações conta apenas como uma parte das condições que permitem atingir os seus objetivos, pois, segundo o autor deve-se levar em conta o facto de que a informação e a mente de cada indivíduo ser um produto da sociedade e da experiência, que ao longo dos anos, o modelou e transformou na pessoa que é hoje, desde as suas tradições, hábitos ou crenças religiosas. Por outro lado, o facto de que mesmo o

¹⁷⁷ F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 95.

¹⁷⁸ *Ibid.*, 51.

conhecimento que é conscientemente manipulado pelos indivíduos ser apenas uma pequena parte da informação que o levará a atingir os seus objetivos.

Hayek enfatiza a importância de estabelecer restrições constitucionais ao governo e defende a adoção da economia de mercado como pilares centrais de sua visão. Para compreender completamente o seu raciocínio, é crucial explorar o seu trabalho no campo da psicologia teórica, com destaque para "*The Sensory Order*"¹⁷⁹, que é a obra central nesse âmbito. A concepção de limitar a ação do governo está intrinsecamente conectada, de acordo com as observações de Steven Horwitz, à perspectiva de Hayek sobre os limites da mente humana. Horwitz destaca que os indivíduos requerem limitações institucionais, uma vez que nossas habilidades de compreensão não nos capacitam a estabelecer uma estrutura social de modo diferente.¹⁸⁰

O reconhecimento desses limites do conhecimento é a base da teoria de Hayek sobre os dois tipos de estruturas sociais: a ordem espontânea e a ordem organizada. Com base em suas interpretações da psicologia humana e em sintonia com as ideias dos iluministas escoceses, Hayek observa que, embora os seres humanos tenham habilidades individuais limitadas, eles assumem funções como componentes integrantes de instituições e sistemas mais abrangentes, o que viabiliza a otimização da cooperação social.

A visão de Hayek sobre a mente humana é que ela é intrinsecamente uma ordem espontânea. Isso significa que a mente humana nunca pode ser completamente compreendida por si mesma, pois existem limitações inultrapassáveis, para nossa capacidade de conhecer, prever e controlar a mente.

Para Hayek, segundo Steven Horwitz, a mente resulta de dois processos evolutivos. Primeiro, a estrutura cerebral evoluiu de maneira compartilhada, o que é evidente nas semelhanças

¹⁷⁹ F. A. HAYEK, *The Sensory Order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

¹⁸⁰ S. HORWITZ, *From the Sensory Order to the Liberal Order: Hayek's Non-rationalist Liberalism*. Review of Austrian Economics 3, 2000, 23.

profundas nas percepções entre os seres humanos. Em simultâneo, o ambiente e as experiências individuais levam as mentes a evoluir em direções distintas, resultando em percepções diferentes. Portanto, a mente é uma estrutura formada por elementos específicos e as suas inter-relações, cujo arranjo constitui uma ordem - e os mesmos elementos e inter-relações organizados de maneira diferente podem criar uma estrutura completamente diferente. Assim, a mente acaba sendo um produto cultural, que surge de uma estrutura física particular.¹⁸¹

Para Hayek, o conhecimento só existe como conhecimento de cada pessoa, de cada indivíduo, e uma das principais características da ordem de mercado é entender como, em sociedade, esse conhecimento disperso pode ser utilizado para se atingir os objetivos de cada um dos indivíduos:

“O essencial para o funcionamento do processo é que cada indivíduo possa agir de acordo com o seu conhecimento particular, sempre único, pelo menos no que se refere a algumas circunstâncias particulares, e que possa utilizar as suas aptidões individuais e oportunidades dentro dos limites que conhece e para os seus objetivos individuais.”¹⁸²

Hayek argumenta que apenas uma pequena parte do conhecimento pode ser expressa verbalmente ou transformada em regras explícitas, enquanto a outra parte surge por meio da analogia e da experiência observacional e prática. Desta forma, reconhece que a liberdade individual assenta principalmente no reconhecimento de que todos os indivíduos são caracterizados pela ignorância, todavia, é devido ao arranjo deste conhecimento, extremamente limitado e disperso por todos, que a civilização pode evoluir e melhorar:

“É graças aos esforços mutuamente ajustados de muitas pessoas que se pode utilizar mais conhecimento do que o possuído por um indivíduo ou possível de sintetizar intelectualmente; e é graças a esta utilização do conhecimento disperso que se tornam em possíveis realizações superiores às que uma mente única poderia prever. É porque a liberdade significa a renúncia ao controlo direto dos esforços individuais que uma

¹⁸¹ *Ibid.*, 23.

¹⁸² F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 56.

sociedade livre pode utilizar mais conhecimento do que aquele que a mente do governante mais sábio poderia compreender.”¹⁸³

Neste sentido, Hayek entende que os indivíduos só conseguem perseguir as suas metas individuais graças ao aproveitamento do conhecimento de outrem, ao facto de que nesta civilização o indivíduo ignorante pode fazer uso da informação e da experiência de outros indivíduos, e mesmo o seu conhecimento particular serve como informação para outros atingirem os seus objetivos, aprenderem com os erros e as escolhas dos seus pares e aproveitar todos os hábitos e ferramentas que vêm sendo usadas desde há muitas gerações, e que se provaram úteis na concretização dos objetivos quer individuais, mas também coletivos da sociedade. Neste ponto, o autor aponta para o facto de que o conhecimento não ser apenas algo que podemos encontrar no intelecto humano, mas sim em todas as ações, hábitos, crenças, instituições e experiências, que, graças à sua adaptação ao longo tempo, permitem que os indivíduos selecionem que comportamento e ações devem adotar para que a civilização possa evoluir:

“A evolução do conhecimento e a evolução da civilização só são as mesmas se virmos o conhecimento como incluindo todas as adaptações humanas ao meio ambiente no qual foi incorporada a experiência passada.”¹⁸⁴

Segundo Kuakathas, a capacidade do ser humano para controlar ou reconfigurar a sociedade permanecerá inatingível devido às limitações inerentes à faculdade da razão humana. A circunstância de nenhuma mente individual poder abarcar mais do que uma parcela do conhecimento universal contido nas mentes individuais coloca restrições à extensão em que a direção consciente pode aprimorar os resultados dos processos sociais não conscientes. A

¹⁸³ *Ibid.*, 58.

¹⁸⁴ *Ibid.*, 53.

conceção de uma sociedade livre, na perspectiva delineada por Hayek, emerge deste entendimento do caráter espontâneo subjacente aos processos sociais.

A resposta fornecida por Hayek é que as interações humanas devem ser regidas por estruturas que preservem a liberdade, onde liberdade é apreendida como independente da vontade arbitrária alheia. De forma mais precisa, Hayek sustenta que uma sociedade livre é aquela governada pela supremacia do império da lei, e a justiça é adequadamente servida apenas quando a lei opera para delimitar o âmbito da liberdade individual. Segundo Kuakathas, uma sociedade livre é aquela que advoga que as ações individuais são regulamentadas por normas de justiça, viabilizando que cada indivíduo procure os seus próprios objetivos ou propósitos num ambiente de serenidade.¹⁸⁵

Para o autor austríaco a evolução civilizacional não resulta de uma criação deliberada do ser humano, é sim o produto da ação e da experiência de centenas de gerações anteriores, e o resultado do seu esforço para se adaptarem ao ambiente e às circunstâncias do seu tempo. O resultado da aprendizagem das experiências de gerações anteriores constitui, para Hayek, um conhecimento mais importante do que qualquer Homem pode possuir a um determinado momento. O funcionamento de uma sociedade livre baseia-se principalmente na existência de hábitos, costumes e instituições que evoluíram livremente e adaptaram-se às particularidades de cada geração. Inserido na tradição evolucionista empírica, Hayek acredita que as tradições, costumes, instituições e experiências anteriores contribuem para o florescimento de uma civilização livre e evoluída, capaz de reconhecer a ignorância dos indivíduos, e usar esse conhecimento disperso para produzir uma ordem apta para proporcionar a cada um a perseguição dos seus objetivos individuais. Tendo como finalidade descobrir e transmitir esta enorme quantidade de informação prática, necessária para preservar e fortalecer a civilização

¹⁸⁵ C. KUAKATHAS. *Hayek and Liberalism*, 186.

atual, é vital que os indivíduos possam conceber livremente os seus fins e procurar os meios necessários para os alcançar, sem restrições e especialmente sem coação ou violência.

Edward Feser, na sua crítica à mentalidade construtivista e à tradição racionalista, apresenta uma perspectiva que sugere que a tradição é, na verdade, contrária à própria razão, uma vez que a razão encontra a sua base na tradição. Feser argumenta que a tradição, considerada como a destilação de séculos de experiência humana acumulada, oferece o guia mais seguro para determinar os cursos de ação mais racionais. Inspirando-se em Burke, Hayek sublinha que as práticas tradicionais possuem um conteúdo distintivo que lhes confere valor intrínseco. Isso facilita uma avaliação objetiva da superioridade de certas tradições em relação a outras. Tal superioridade evidencia-se no âmbito da evolução cultural, a qual implica uma competição entre tradições divergentes.

É relevante assinalar que esta competição não ocorre entre indivíduos ou organismos, uma vez que Hayek se abstém de adotar o paradigma do darwinismo social. As tradições transcendem as meras regras e práticas isoladas; pelo contrário, constituem sistemas complexos de regras e práticas que, ao longo do tempo, experienciam uma evolução endógena e competem com contrapartes externas.¹⁸⁶

Este longo processo evolutivo, no qual milhões de indivíduos de gerações sucessivas contribuíram com suas experiências, erros e conhecimentos individuais, fez com que surgissem padrões repetitivos de comportamento e hábitos, que, por um lado, surgem do próprio processo de interação social e, por outro lado, o tornam este processo possível. Estes padrões comportamentais repetidos, ou normas de conduta no sentido material, constituem um mundo intermediário entre o instinto biológico que nos influencia a todos e o mundo explícito da razão humana. Pese embora as normas de conduta possam ser resultado da ação humana, estas

¹⁸⁶ E. FESER, *Hayek on Tradition*. Journal of Libertarian Studies 17, Vol 1 2003, 18.

incorporam uma quantidade enorme de informação, experiências e conhecimentos que excedem a capacidade de qualquer mente ou razão individual para criar, conceber ou desenhar essa sociedade a partir do zero.

Para Chandran Kuakathas, Hayek empreendeu uma tarefa intelectual com o objetivo de evidenciar a viabilidade de uma ordem social concebida como um sistema interconectado de meios, destituído de uma hierarquia comum de fins últimos. Com efeito, Hayek avançou ainda mais, sustentando que a procura pelo controlo ou direcionamento consciente dos processos sociais são intrinsecamente insatisfatórias, e que tentativas de estabelecer controlo ou guiar o desenvolvimento social desembocam apenas na erosão da liberdade e, em última instância, na aniquilação de civilizações. A contribuição distintiva de Hayek reside na sua abordagem sobre instituições sociais e das normas de conduta como portadoras de conhecimento.

A sociedade pode ser concebida como um tecido de práticas e tradições comportamentais que veiculam informações capazes de orientar as ações individuais. Estas instituições, para além de facilitarem a concordância entre meios e fins estabelecidos, também estimulam a descoberta de objetivos humanos. Para Kuakathas, o raciocínio de Hayek assenta na ideia de não reduzir a sociedade a uma conceção singular de propósitos existenciais, que se supõe abranger a totalidade dos propósitos almejados pelos seres humanos, dado que tal abordagem apenas obstruiria a disseminação e a expansão do conhecimento.¹⁸⁷

Por conseguinte, Hayek afirma que a ordem de mercado é a única capaz de proporcionar aos indivíduos a concretização mais eficaz das suas necessidades e objetivos, sendo a única ordem capaz de aglomerar a informação e conhecimento disperso por toda sociedade:

“O carácter peculiar do problema da ordem económica racional é determinado precisamente pelo facto de o conhecimento das circunstâncias de que devemos fazer uso nunca existir de uma forma concentrada ou integrada, mas apenas sob a forma de porções de conhecimento disperso, incompleto e frequentemente contraditório, detido

¹⁸⁷ C. KUAKATHAS. *Hayek and Liberalism*, 185.

separadamente por todos os indivíduos. O problema económico da sociedade não é, portanto, somente um problema de como alocar recursos “dados” — se por “dado” se entender aquilo que é apreendido por uma única mente, a qual resolveria de forma deliberada o problema colocado por esses “dados”. É antes a questão de como assegurar o melhor uso dos recursos conhecidos por qualquer um dos membros da sociedade, para fins cuja importância relativa também somente esses indivíduos conhecem. Ou, para sintetizar, é o problema da utilização de conhecimento que não é possuído por ninguém na sua totalidade.”¹⁸⁸

Nesta medida, o autor aponta que o mercado consegue assegurar a melhor alocação de recursos possível, permitindo que os indivíduos possam fazer o melhor uso da informação, técnicas e ferramentas que têm à sua disposição para atingir as metas pretendidas, e é através deste ajustamento mútuo das ações e comportamento individuais, feito pela ordem de mercado, que possibilita a evolução das sociedades:

“Grande parte da oposição a um sistema de liberdade baseado em leis geri decorre da incapacidade de conceber uma coordenação eficaz das atividades humanas sem uma organização deliberada concebida por uma inteligência que ordena. Uma das conquistas da economia foi ter explicado como esse ajustamento mútuo das atividades espontâneas dos indivíduos é gerado pelo mercado, desde que exista uma delimitação conhecida da esfera de controlo de cada indivíduo. A compreensão deste mecanismo de ajustamento mútuo dos indivíduos constitui a parte mais importante do conhecimento que deve fazer parte da elaboração das normas gerais que limitam a ação individual.”¹⁸⁹

A ordem que emerge no processo de evolução social é uma ordem escolhida pelos sujeitos sociais, a inexorabilidade do mercado alimenta-se de regras escolhidas por indivíduos de forma natural e espontânea. Os indivíduos na conceção hayekiana definem-se pela sua ignorância, ao mesmo tempo que definem as regras que garantem a ordem e a manutenção do mercado:

“Aos poucos, fui-me apercebendo que a tarefa básica da ciência económica é explicar o processo de adaptação da actividade humana a dados sobre os quais ela não dispõe de

¹⁸⁸ F. A. HAYEK, *O Uso do Conhecimento na Sociedade*, Instituto + Liberdade, 2021, 1.

¹⁸⁹ F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 200.

informação. Assim, toda a ordem económica assenta no facto de que, ao utilizarmos os preços como guias, ou como sinais, somos levados a recrutar os poderes e as capacidades e a servir a procura de pessoas sobre as quais nada sabemos. Só fazendo uso e dependendo de um sistema que nunca chegámos a compreender nem a planear é que nos tornámos capazes de produzir a riqueza necessária para sustentar um enorme aumento da população mundial, e de começar a realizar as nossas novas ambições de distribuir esta riqueza de forma mais justa.”¹⁹⁰

As escolhas feitas por cada indivíduo dependem fortemente das suas expectativas e da informação, que naquele momento, sobre determinadas circunstâncias, possui e o utiliza. O conhecimento dos indivíduos é sempre limitado e imperfeito, o que justifica a existência do processo de mercado. Os planos de ação de cada pessoa estão em constante modificação, graças há à disponibilidade de informações em constante alteração e ao ajustar das expectativas. Para além do mais, a informação não está centralizada, mas dispersa entre todos os agentes económicos e a interpretação da informação e a formação de expectativas variam de acordo com as condições subjetivas dos indivíduos, o que faz com que a adaptação contínua dos planos individuais seja um processo dinâmico e descentralizado de modificação das conjunturas de mercado:

“(…) embora não seja possível chegar a um acordo sobre a maioria dos fins particulares, que só são conhecidos por aqueles que os perseguem (e seria ainda menos possível se os efeitos últimos da decisão sobre interesses particulares fossem conhecidos), o acordo sobre os meios pode ser amplamente alcançado precisamente porque não se sabe quais fins particulares eles servirão (...) Não haveria harmonia, mas conflito aberto de interesses se fosse necessário chegar a um acordo sobre quais interesses particulares devem ter prioridade sobre outros. O que torna possível o acordo e a paz numa sociedade assim é que os indivíduos não são obrigados a concordar em relação aos fins, mas apenas em relação aos meios que são capazes de servir a uma grande variedade de propósitos e que cada um espera que o ajudem na busca de seus próprios objetivos.”¹⁹¹

¹⁹⁰ F. A. HAYEK, *O Imperativo Moral dos Mercados*, Instituto + Liberdade, 2021, 1.

¹⁹¹ F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, Vol. 2, 3. – “(…) while agreement is not possible on most of the particular ends which will not be known except to those who pursue them (and would be even less possible if the ultimate effects of the decision on particular interests were known), agreement on means can to a great extent be achieved precisely because it is not known which particular ends they will serve (...) There would exist not harmony

O conhecimento económico não é concebido artificialmente por um sistema de preços abstrato, é sim o resultado das ações de indivíduos concretos num sistema dinâmico de mercado. A questão económica principal não é o da maximização de uma função com informação conhecida por uma organização ou por algum indivíduo, mas sim o uso de informação dinâmica e descentralizada, conhecimento este que maior parte das vezes não pode ser explicado dada a sua natureza prática e que pode ser mesmo intransmissível. A incerteza é uma das características do sistema de mercado, esta incerteza por não ser absoluta, faz com que os indivíduos valorizam o conhecimento e a informação que adquiriram e possuem. Este individualismo metodológico e a incerteza levam naturalmente a uma sociedade onde o mercado e o papel nele desempenhado pelos indivíduos prevalece sobre outros modelos de ordem. O mercado e a concorrência são percebidos como um sistema integrado de descoberta, e não como um conjunto de circunstâncias e relações artificiais. O mercado deve ser entendido como um conjunto de processos de coordenação descentralizada de escolhas, de comportamentos individuais, de descoberta e do uso do conhecimento:

“A competição é, assim como a experimentação na ciência, em primeiro lugar, um processo de descoberta. Nenhuma teoria pode dar-lhe justiça se partir do pressuposto de que os factos a descobrir já são conhecidos. Não existe um conjunto pré-determinado de factos conhecidos ou "dados" que alguma vez serão todos tidos em conta. (...) A verdadeira questão é como podemos melhor auxiliar a utilização ótima do conhecimento, habilidades e oportunidades de adquirir conhecimento, que estão dispersos entre centenas de milhares de pessoas, mas não são concedidos a ninguém na sua totalidade. A competição deve ser vista como um processo no qual as pessoas adquirem e comunicam conhecimento. (...)”¹⁹²

but open conflict of interests if agreement were necessary as to which particular interests should be given preference over others. What makes agreement and peace in such a society possible is that the individuals are not required to agree on ends but only on means which are capable of serving a great variety of purposes and which each hopes will assist him in the pursuit of his own purposes.”

¹⁹² *Ibid.*, 68. – “*Competition is thus, like experimentation in science, first and foremost a discovery procedure. No theory can do justice to it which starts from the assumption that the facts to be discovered are already known. There is no pre-determined range of known or "given" facts which will ever all be taken into account. (...) The real issue is how we can best assist the optimum utilization of the knowledge, skills and opportunities to acquire knowledge that are dispersed among hundreds of thousands of people, but given to nobody in their entirety. Competition must be seen as a process in which people acquire and communicate knowledge; (...).*”

Hayek refere que a competição não representa apenas o único método conhecido para utilizar o conhecimento e habilidades, que outras pessoas possam possuir, mas desempenha um papel fundamental no processo pelo qual adquirimos grande parte do conhecimento e das habilidades que possuímos. A principal disputa teórica reside na ideia de que a competição torna necessária a adoção de uma postura racional por parte dos agentes econômicos, visando a sua própria sobrevivência. É de notar que, a teoria não parte do pressuposto de que a maioria ou todos os participantes do processo de mercado são racionais, mas, pelo contrário, a suposição subjacente é que, em geral, é por meio da competição que indivíduos relativamente mais racionais emergem e estabelecem um padrão a ser seguido pelos restantes, resultando numa imitação progressiva desse comportamento racional. Numa sociedade onde comportamento racional confere uma vantagem ao indivíduo, métodos racionais serão progressivamente desenvolvidos e difundidos por meio de mecanismos de imitação. Assim, é a competição, ou mesmo tradições que a promovem, que geram e incentivam o comportamento racional necessário para o pleno funcionamento do sistema econômico.¹⁹³

“A competição não é apenas o único método que conhecemos para aproveitar o conhecimento e as habilidades que outras pessoas possam possuir, mas também é o método pelo qual todos nós fomos levados a adquirir grande parte do conhecimento e das habilidades que possuímos. (...) A principal afirmação da teoria é, antes de tudo, que a competição tornará necessário que as pessoas ajam de forma racional para se manterem.”¹⁹⁴

Desta forma, Hayek aponta para o facto de o mercado ser o processo mais eficaz, e o único que tem a capacidade de adequar as atividades espontâneas de todos os indivíduos, umas às outras, sem ter a necessidade de recorrer a uma intervenção arbitrária ou coerciva. Dentro do processo

¹⁹³ *Ibid.*, 68.

¹⁹⁴ *Ibid.*, 75. – “*Competition is not merely the only method which we know for utilizing the knowledge and skills that other people may possess, but it is also the method by which we all have been led to acquire much of the knowledge and skills we do possess. (...) The basic contention of theory is rather that competition will make it necessary for people to act rationally in order to maintain themselves.*”

de mercado, o autor afirma que a concorrência tem um destaque principal, pois permite que os indivíduos possam decidir entre as perspectivas de determinada ação, quais serão aquelas que permitem um retorno significativo para compensar os riscos dessa determinada ação ou comportamento. Hayek argumenta que a concorrência, não é apenas adequada para soluções simples, mas é a própria complexidade do sistema económico que torna o processo concorrencial o único método capaz de coordenar todas essas soluções e perspectivas.

“A competição é essencialmente um processo de formação de opinião: ao espalhar informações, cria a unidade e coerência do sistema económico que pressupomos quando o pensamos como um único mercado. Cria as perspectivas que as pessoas têm sobre o que é melhor e mais barato, e é graças a ela que as pessoas conhecem pelo menos tanto sobre possibilidades e oportunidades quanto realmente conhecem. É, assim, um processo que envolve uma mudança contínua nos dados e cujo significado será completamente negligenciado por qualquer teoria que trate esses dados como constantes.”¹⁹⁵

Para John Gray, uma das objeções centrais de Hayek aos programas intervencionistas, é que estes são motivados por ideais de justiça social ou bem-estar público, pois transcendem a mera imprevisibilidade dos resultados desses programas. A questão crucial reside no pressuposto inerente ao intervencionismo de um conhecimento sinóptico e concreto da sociedade, um atributo que, dada a natureza das coisas, não se encontra ao alcance de qualquer indivíduo ou grupo. Nessa perspectiva, a competição no mercado e o sistema de propriedade privada exigidos pela ordem de mercado podem ser percebidos como estruturas institucionais destinadas a

¹⁹⁵ F. A. HAYEK, *Individualism and Economic Order*, The University of Chicago Press, Chicago, 1996, 106. – “*Competition is essentially a process of the formation of opinion: by spreading information, it creates that unity and coherence of the economic system which we presuppose when we think of it as one market. It creates the views people have about what is best and cheapest, and it is because of it that people know at least as much about possibilities and opportunities as they in fact do. It is thus a process which involves a continuous change in the data and whose significance must therefore be completely missed by any theory which treats these data as constant*”

explorar esse corpo descentralizado de conhecimento concreto, o qual toda sociedade deve primordialmente invocar para coordenar as suas atividades.¹⁹⁶

Caso a sociedade fosse baseada em escolhas simples, facilmente identificáveis por uma pessoa ou organização, não existiria necessidade de recorrer à concorrência como coordenadora de todas essas atividades e ações. No entanto, é o facto de que os fatores a ter em conta encontrarem-se tão dispersos e descentralizados, que exige que entre em cena o mecanismo de concorrência, que permite o ajustamento livre das atividades individuais à informação que, só os próprios conhecem e podem utilizar, adequando, ao mesmo tempo, os planos e objetivos dos respetivos indivíduos.¹⁹⁷ Como nenhum indivíduo ou organização tem a capacidade para conciliar todas as decisões que são geradas por milhões de pessoas por todo o mundo, tornou-se imperativo recorrer ao mercado e ao seu processo descentralizado de recolha de informação dispersa, e como é impossível conhecer na totalidade todos os detalhes das mudanças levadas a cabo pelo comportamento e as ações de cada indivíduo, torna-se necessário um tipo de registo que aponte sistematicamente todas as consequências mais importantes destas escolhas individuais e, ao mesmo tempo, sirva como uma orientação para todas as outras decisões particulares.

Sistema de Preços

O mecanismo orientador e de registo de todas as escolhas e ações individuais, o sistema de preços, tem uma das principais funções dentro do processo concorrencial de mercado, o de

¹⁹⁶ J. N. GRAY, *F.A. Hayek on Liberty and Tradition*. Vol 2, 126.

¹⁹⁷ F. A. HAYEK, *O Caminho para a Servidão*, Edições 70, Lisboa, 2017,77.

sinalizar e informar os indivíduos sobre os efeitos de acontecimentos e escolhas espalhados ao redor de todo o mundo:

“(...) o pilar fundamental da nossa civilização e da nossa riqueza é um sistema de sinais que nos informa, ainda que imperfeitamente, dos efeitos de milhões de acontecimentos que ocorrem no mundo, aos quais temos de nos adaptar e sobre os quais é possível que não tenhamos informação directa.”¹⁹⁸

O sistema de preços é uma das bases de uma sociedade livre, seja pelo facto de que um sistema que controla e defina os preços artificialmente será sempre arbitrário, e por outro é o único sistema que permite a ordem de mercado funcionar corretamente, pois são as mudanças de preços que irão gerar os ajustamento necessários e adequar as atividades individuais dentro do mercado:

“Quanto mais complicado o conjunto, mais dependentes nos tornamos da divisão do conhecimento entre indivíduos cujos esforços individuais são coordenados pelo mecanismo impessoal para a transmissão de informação relevante que conhecemos pelo nome de sistema de preços.”¹⁹⁹

Desta forma, importa perceber que, para Hayek, os preços devem servir como uma orientação impessoal, para que os indivíduos percebam onde podem dar o seu melhor contributo para a sociedade e atingir os seus planos e objetivos, ao mesmo tempo que através de um mecanismo impessoal, transmitem informação e sinalizam as suas ações e os seus comportamentos aos restantes elementos da sociedade. Assim, o sistema de preços, não se trata somente de uma questão de economia funcional, mas sim de um veículo de transmissão de informação, que favorece a espontaneidade das atividades humanas, contribuindo de uma forma fundamental para a evolução da sociedade:

¹⁹⁸ F. A. HAYEK, *O Imperativo Moral dos Mercados*, 2.

¹⁹⁹ F. A. HAYEK, *O Caminho para a Servidão*, 78.

“Para que os preços sirvam de guia eficaz para o que as pessoas devem fazer, não se pode recompensar as pessoas pelo que são ou foram as suas boas intenções. Tem de se permitir que os preços sejam determinados de modo a que digam às pessoas onde podem dar a sua melhor contribuição para o resto da sociedade - e infelizmente a capacidade de fazer boas contribuições aos seus semelhantes não está distribuída de acordo com quaisquer princípios de justiça. As pessoas encontram-se numa posição muito desigual face às exigências dos seus semelhantes e têm de escolher entre oportunidades muito diferentes. Portanto, para que lhes seja permitido adaptarem-se a uma estrutura que desconhecem (e cujos factores determinantes desconhecem), temos de permitir que os mecanismos espontâneos do mercado lhes digam o que devem fazer.”²⁰⁰

Para o autor, esta é a verdadeira função do sistema de preços, um mecanismo para comunicar informação. Os preços são sinais que levam à coordenação impessoal e imprevisível das ações e atividades de milhares de indivíduos, apesar dos mesmos não terem essa consciência. O sistema de preços não é produto de um desígnio humano, e os indivíduos que são guiados pelos seus sinais, raramente o sabem. Contudo, o que interessa entender é o como estender o alcance da utilização de conhecimento e de recursos para além do que uma única mente pode perceber, e assim, dispensar a necessidade de qualquer tipo de controlo consciente sobre as ações e atividades dos indivíduos.

Neste sentido, o mercado e o sistema de preços são mecanismos que se foram desenvolvendo ao longo de gerações, baseados na experimentação e na prática, levada a cabo por milhões de indivíduos, e que ao longo do tempo, o ser humano aprendeu a usar de uma forma mais eficiente.

Assim, Hayek faz a sua defesa da ordem de mercado, muito para além do argumento concorrencial ou de produção de riqueza, apontados por outros autores. Hayek elabora a sua defesa do mercado livre pois apresenta-o como um processo de descoberta de conhecimento e

²⁰⁰ F. A. HAYEK, *O Imperativo Moral dos Mercados*, 4.

inovação, defendendo-o pela sua capacidade de processar informação dispersa por todos os indivíduos, que utilizam o seu conhecimento particular para prosseguir os seus próprios desígnios.

“Há ainda muito espaço para progredir nesta direcção. Para além do que o mercado já faz por nós, há ainda uma ampla oportunidade de utilizar organizações deliberadas para "preencher" o que o mercado não consegue oferecer. Só tiramos o melhor partido do mercado se tentarmos melhorar o enquadramento em que este opera.”²⁰¹

²⁰¹ *Ibid.*, 3.

Capítulo 3- Friedrich Hayek vs Herbert Marcuse

Após a análise às ideias dos dois autores percebemos que possuem visões bastantes distintas em relação ao mercado e ao seu contributo para a sociedade. Contudo, ambos os autores argumentam que o mercado exerce uma força externa ao indivíduo, que o guia e orienta nas suas escolhas e no seu dia-a-dia. Marcuse entende que o mercado obriga o indivíduo a ajustar-se às circunstâncias do mesmo, afirmando que as ações individuais são sempre motivadas por fatores externos ao indivíduo, já Hayek afirma que é o próprio mercado que adequa as atividades espontâneas do ser humano, e utiliza a informação dispersa em toda elas para sinalizar e orientar os indivíduos na perseguição dos seus objetivos.

Por um lado, Marcuse acredita que a ação individual encontra-se confinada a uma seleção de atividades definidas pela sociedade, que o obriga a cumprir, não os seus próprios objetivos, mas sim as metas impostas pelo mercado, e as suas ações só têm valor se contribuírem de alguma forma para a eficiência e o sucesso dos desígnios pré-estabelecidos pelo mercado.²⁰² Desta forma, o indivíduo não tem outra hipótese a não ser conformar-se com as ações designadas para si, e usufruir de uma liberdade limitada pelos confinamentos do mercado. Todavia, Hayek apresenta uma visão oposta à de Marcuse, pois afirma que só a ordem de mercado permite que os indivíduos desenvolvam livremente as suas atividades, e através das suas escolhas e ações contribuir para a evolução da sociedade. Só a ordem de mercado tem a capacidade de garantir ao indivíduo uma esfera individual onde ele possa utilizar as ferramentas e o conhecimento que tem ao seu dispor para poder concretizar as suas metas e ambições.

Marcuse afirma que a economia de mercado reduz as ações e as atividades dos indivíduos a meras funções, medidas pelo seu valor de troca, tornando os indivíduos meros instrumentos do mercado e da própria sociedade.²⁰³ O autor alemão recusa a ideia de que o mercado permite que

²⁰² H. MARCUSE, *Technology, War and Fascism*, 45.

²⁰³ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 44.

os indivíduos ajam livremente e possam realizar as suas atividades num contexto de liberdade dentro do mercado:

“Assim, liberdade económica significaria liberdade em relação à economia, isto é, a liberdade do ser humano em não ser determinado por forças e relações económicas: liberdade da luta diária pela existência, de ganhar a vida.”²⁰⁴

Neste sentido, para Marcuse o Homem não é livre dentro da ordem de mercado, na medida em que se encontra sempre confrontado com a sua luta pela existência, e as suas escolhas serão sempre determinadas pelas relações de produção. Assim, Marcuse aponta para o facto de que mesmo as necessidades dos indivíduos estarem mais ou menos satisfeitas dentro da ordem de mercado, a exploração não deixou de existir e prevalece para manter a ordem social vigente, que degrada o ser humano. Este mundo de necessidades criado pelo sistema capitalista reproduz-se em todas as escolhas dos indivíduos, ao passo que, estes já não reconhecem que a sua liberdade e encontra limitada na esfera do mercado, e à produtividade que os indivíduos podem garantir.

Estas necessidades criadas artificialmente pelo sistema capitalista geram, segundo Marcuse, uma segunda natureza humana, ligada fortemente ao consumo e às próprias mercadorias:

“A necessidade de possuir, consumir, manusear e renovar constantemente os aparelhos, dispositivos, instrumentos, motores oferecidos e impostos às pessoas, de usar essas mercadorias mesmo que isso represente perigo para a sua própria destruição, tornou-se uma necessidade "biológica" no sentido que acabámos de definir. A segunda natureza do ser humano milita, assim, contra qualquer mudança que possa perturbar e talvez até abolir esta dependência do homem num mercado cada vez mais preenchido com mercadorias - abolir a sua existência como consumidor que se consome a si próprio ao comprar e vender. As necessidades geradas por este sistema são, portanto, necessidades

²⁰⁴ *Ibid.*, 51. - “Thus economic freedom would mean freedom from the economy, that is, man's freedom from being determined by economic forces and relationships: freedom from the daily struggle for existence, from earning a living.”

eminentemente estabilizadoras, conservadoras: a contrarrevolução ancorada na estrutura instintiva.”²⁰⁵

Em relação a este ponto, Hayek argumenta que os nossos desejos e necessidades económicas são muito menos importantes que outros aspetos da nossa natureza humana, muito graças ao facto de sermos livres para decidir o que para nós é menos ou mais importante. Para Hayek, como são os indivíduos que fazem as suas escolhas e são os próprios que resolvem as suas necessidades económicas dá a possibilidade aos indivíduos de serem livres para escolher os seus objetivos, evitando que, quer na esfera económica como em outras partes da sua vida, não sejam controlados por outros indivíduos ou organizações, através do planeamento económico, que o obrigam a realizar ações e a suprimir necessidades que os próprios não escolheram:

“Portanto, a questão suscitada pelo planeamento económico não se resume apenas a saber se poderemos satisfazer, da forma que preferirmos, o que consideramos as nossas necessidades mais ou menos importantes. Pelo contrário, é saber se seremos nós a decidir o que para nós é mais ou menos importante, ou se isto será decidido pelo especialista do planeamento. O planeamento económico não iria afectar apenas as necessidades marginais que temos em mente quando nos referimos, com desdém, ao que é apenas económico. Na verdade, significaria que não nos seria permitido, enquanto indivíduos, decidir o que é marginal.”²⁰⁶

Este é um dos temas fulcrais na comparação dos dois autores em análise, enquanto Marcuse afirma que a sociedade moderna e o mercado impõem arbitrariamente os seus desígnios sobre os indivíduos, limitando a sua liberdade e delimitando as suas escolhas e as suas necessidades à vontade do mercado. Já Hayek afirma que a liberdade económica, a liberdade de realizar

²⁰⁵ H. MARCUSE, *An Essay on Liberation*, 14. - “*The need for possessing, consuming, handling, and constantly renewing the gadgets, devices, instruments, engines, offered to and imposed upon the people, for using these wares even at the danger of one's own destruction, has become a "biological" need in the sense just defined. The second nature of man thus militates against any change that would disrupt and perhaps even abolish this dependence of man on a market ever more densely filled with merchandise - abolish his existence as a consumer consuming himself in buying and selling. The needs generated by this system are thus eminently stabilizing, conservative needs: the counterrevolution anchored in the instinctual structure.*”

²⁰⁶ F. A. HAYEK, *O Caminho para a Servidão*, 124.

ações, fazer escolhas e optar por objetivos e planos diferentes é a base para qualquer outro tipo de liberdade e é condição necessária para vivermos numa sociedade livre:

“A paixão pela «satisfação colectiva das nossas necessidades», com que os socialistas tão bem nos industriaram para o totalitarismo, e que pretende que os nossos prazeres e as nossas necessidades tenham hora marcada e forma prescrita, é, evidentemente, em parte concebida como forma de educação política. Mas é também o resultado das exigências do planeamento, que consistem essencialmente em privar-nos da escolha, por forma a dar-nos o que melhor se adequa no plano e na altura determinada pelo plano.

Afirma-se muitas vezes que a liberdade política nada significa sem liberdade económica. É verdade, mas de modo quase oposto ao que a frase é usada pelos nossos especialistas do planeamento. A liberdade económica, que é o pré-requisito de qualquer outra liberdade, não pode ser a liberdade de não se ter preocupações económicas que os socialistas nos prometem, e que apenas pode ser conseguida retirando simultaneamente ao indivíduo a necessidade e o poder de escolha; tem de ser a liberdade da nossa actividade económica que, com o direito à escolha, inevitavelmente implica o risco e a responsabilidade desse direito.”²⁰⁷

Desta forma, Hayek argumenta que só através de um governo coercivo é possível que os indivíduos possam satisfazer as necessidades que alguns especialistas julgam ser as acertadas, a sua liberdade de escolha não estaria delimitada ao mercado e aos seus desígnios, como aponta Marcuse, estaria sim limitada aos desejos de uma minoria ou de uma organização que julga saber o que os indivíduos necessitam e desejam para a sua vida:

“Se em vez de administrar recursos limitados afetados a um serviço específico, o governo usar os seus poderes coercivos para garantir que os indivíduos recebam aquilo que alguns especialistas julgam que eles necessitam; se os indivíduo já não puderem exercer qualquer escolha em algumas das questões mais importantes das suas vidas, como a saúde, o emprego, a habitação, a reforma, mas tiverem de aceitar as decisões tomadas em seu nome por uma autoridade nomeada com base na sua avaliação das suas necessidades; se alguns serviços se tornarem num domínio exclusivo do Estado, e se todas as profissões - seja na medicina, na educação ou nos seguros - só existirem como

²⁰⁷ *Ibid.*, 134.

hierarquias burocráticas unitárias, deixará de haver experimentação competitiva, e só as decisões da autoridade determinarão aquilo que os indivíduos receberão.”²⁰⁸

Hayek argumenta que o sistema de mercado impede que todo o conhecimento técnico de excelência esteja concentrado numa única entidade, mas, permite que indivíduos com diferentes tipos de conhecimento estejam disponíveis, e que, num contexto de competição, aqueles que melhor utilizarem o conhecimento técnico serão bem-sucedidos. Num sistema de planeamento centralizado, a seleção dos métodos técnicos mais apropriados entre os conhecidos só será possível se todo esse conhecimento puder ser utilizado nos cálculos da autoridade central. Na prática, isto implica que tal conhecimento teria de ser concentrado nas mentes de uma ou, no máximo, de algumas pessoas responsáveis pela formulação das técnicas a serem desenvolvidas. Além disso, grande parte do conhecimento efetivamente utilizado não "existe" na forma pronta e acabada. Em vez disso, consiste numa técnica de pensamento que permite ao indivíduo encontrar rapidamente novas soluções quando confrontado com novas circunstâncias. Para assumir a viabilidade dessas soluções, seria necessário supor que a concentração do conhecimento na autoridade central incluiria também a capacidade de descobrir qualquer melhoria detalhada nesse domínio.²⁰⁹

O objetivo imediato dos esforços de um indivíduo costuma ser garantir meios para necessidades futuras desconhecidas. Numa sociedade avançada, isso geralmente manifesta-se através do uso de dinheiro, um meio geralmente aceito de troca que permite a aquisição de diversos bens e serviços específicos. Para tomar decisões acertadas entre as diversas oportunidades disponíveis, o indivíduo depende de sinais na forma de preços conhecidos, que indicam o valor atribuído a diferentes serviços ou produtos alternativos que ele pode oferecer. Com base nessas informações, o indivíduo pode utilizar seu conhecimento do ambiente em que está inserido para

²⁰⁸ F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 311 – 312.

²⁰⁹ F. A. HAYEK., *Individualism and Economic Order*, 155.

selecionar seu objetivo imediato, ou seja, escolher o papel ou a atividade que maximizará seus resultados. Através dessa escolha de objetivos imediatos, que são meros meios para alcançar seus fins últimos, o indivíduo emprega seu conhecimento particular em benefício dos outros membros da sociedade. Essa liberdade de escolher os fins de suas ações permite a utilização do conhecimento disperso na sociedade.²¹⁰

“É porque as circunstâncias em que os diferentes indivíduos se encontram num determinado momento são distintas e porque muitas dessas circunstâncias particulares são conhecidas apenas por eles, que surge a oportunidade para a utilização de conhecimentos tão diversos - uma função desempenhada pela ordem espontânea do mercado. A ideia de que o governo pode determinar as oportunidades para todos, e especialmente garantir que sejam as mesmas para todos, está em conflito com toda a lógica de uma sociedade livre.”²¹¹

Por outro lado, Marcuse reitera que o capitalismo moderno obriga os indivíduos, através desta ilusão de escolhas livres, a comprarem uma parte da sua própria existência no mercado. Os indivíduos passam a viver sob os valores do mercado e do próprio sistema, e as suas necessidades básicas e universais passam a ser meras escolhas feitas pelo mercado, dando uma aparência de liberdade de escolha, ao que no fundo, deveriam ser necessidades primárias da população. A crescente capacidade de produção capitalista acomodou os indivíduos, e através das suas mercadorias transformou-os em simples ferramentas de produção, que só demonstram o seu valor se contribuírem para a eficiência e o sucesso do mercado. Para além disto, os resultados que decorrem do sistema de mercado estão a tornar a sociedade cada vez mais desigual, e onde o contraste entre os mais ricos e os mais pobres está cada vez mais acentuado.

²¹⁰ F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, Vol. 2, 9.

²¹¹ *Ibid.*, 9. – “It is because the circumstances in which the different individuals find themselves at a given moment are different, and because many of these particular circumstances are known only to them, that there arises the opportunity for the utilization of so much diverse knowledge-a function which the spontaneous order of the market performs. The idea that government can determine the opportunities for all, and especially that it can ensure that they are the same for all, is therefore in conflict with the whole rationale of a free society.”

Em relação a este ponto, Hayek afirma que, os indivíduos agem conforme consideram necessário para alcançar o resultado desejado. A plena igualdade para a maioria implica necessariamente a submissão igualitária das grandes massas ao comando de uma elite encarregada de gerir seus assuntos. Enquanto a igualdade de direitos sob um governo limitado é possível e uma condição essencial para a liberdade individual, a procura por igualdade de posição material só pode ser satisfeita por um governo com poderes totalitários. Os efeitos dos processos econômicos de uma sociedade livre não são distribuídos conforme algum princípio de justiça reconhecível. O equívoco, para Hayek reside em concluir que tais efeitos são injustos e que alguém é responsável e deve ser culpado por esses resultados:

“Numa sociedade livre em que a posição dos diferentes indivíduos e grupos não é resultado de qualquer plano projetado por alguém - ou não pode ser alterada de acordo com um princípio de aplicação geral - as diferenças nas recompensas não podem ser descritas de forma significativa como justas ou injustas.”²¹²

Desta forma, é precisamente porque todas as pessoas, receberem benefícios que não merecem, em qualquer sentido moral, que os indivíduos também são obrigados a aceitar igualmente diminuições de rendimentos que não merecem. O único título moral que os indivíduos possuem para aquilo que o mercado lhes concede é o resultado de terem aceitado voluntariamente submeter-se às regras que possibilitam a formação da ordem de mercado. Essas regras implicam que ninguém está obrigado a fornecer um rendimento particular, a menos que tenha sido estabelecido um contrato específico para tal. Caso todos os indivíduos fossem consistentemente privados, conforme proposto pelos socialistas, de todos os "benefícios não merecidos" que o mercado confere, a sociedade seria privada da grande maioria dos benefícios proporcionados pela civilização.²¹³

²¹² *Ibid.*, 83. – “In a free society in which the position of the different individuals and groups is not the result of anybody's design-or could within such a society not be altered in accordance with a principle of general applicability-the differences in rewards cannot meaningfully be described as just or unjust.”.

²¹³ *Ibid.*, 94.

“Todos nós devemos os benefícios que recebemos da operação desta estrutura não à intenção de alguém de nos conferi-los, mas sim aos membros da sociedade que, em geral, obedecem a certas regras na busca dos seus interesses, regras que incluem a norma de que ninguém deve coagir os outros para garantir para si mesmo (ou para terceiros) um rendimento específico. Isso impõe sobre nós a obrigação de acatar os resultados do mercado mesmo quando eles se voltam contra nós.”²¹⁴

Outro dos temas importantes na discussão entre os dois autores é a forma como ambos percebem a evolução da sociedade. Enquanto Hayek acredita que o mercado, através da forma como integra o conhecimento disperso e o utiliza para que os indivíduos possam prosseguir os seus objetivos, fazendo evoluir a sociedade através dos planos individuais, Marcuse entende que a sociedade atingiu um estágio que não necessitaria mais do mercado e da sua ação arbitrária. Para o autor alemão, o facto da sociedade capitalista ter atingido uma fase capaz de produzir em excesso bens e serviços, conseguindo suprimir as necessidades dos indivíduos, significaria que as pessoas passariam para um estado de liberdade, sem necessitarem de lutar pela sua sobrevivência. A estrutura de classes da sociedade de mercado intensifica e perpetua a exploração dos indivíduos, e a sua capacidade para gerar novas necessidades e satisfações, eterniza e reproduz os valores de mercado por toda a população.²¹⁵

Marcuse acompanha a trilha intelectual traçada por Adorno e Horkheimer na *"Dialética do Esclarecimento"*²¹⁶, sustentando que tanto a natureza intrínseca quanto a extrínseca são submetidas a um processo de repressão no tumulto pela sobrevivência no contexto da sociedade estratificada por classes. A relevância crítica desta posição demanda, no mínimo, a insinuação de uma unidade primordial entre a natureza humana ou, mais precisamente, a existência de

²¹⁴ *Ibid.*, 95. – “We all owe the benefits we receive from the operation of his structure not to anyone's intention to confer them on us, but to the members of society generally obeying certain rules in the pursuit of their interests, rules which include the rule that nobody is to coerce others in order to secure for himself (or for third persons) a particular income. This imposes upon us the obligation to abide by the results of the market also when it turns against us.”

²¹⁵ H. MARCUSE, *An Essay on Liberation*, 10.

²¹⁶ T.W. ADORNO & M. HORKHEIMER, *Dialectic of Enlightenment: Philosophical Fragments*, Stanford University Press, 2002.

determinadas forças naturais em congruência com as necessidades humanas que, ao longo da trajetória histórica, foram deliberadamente postas de lado. Dentro deste contexto, a perspectiva de Andrew Feenberg emerge como um prisma interessante. Feenberg sugere que tais forças poderiam ser resgatadas através de uma reconfiguração sensível da interação entre tecnologia e sociedade, uma ideia que ressoa com as considerações de Marcuse sobre a manifestação destas forças na arte.

Todavia, no cenário atual, mesmo a consciência acerca das perdas que resultam do avanço da civilização encontra-se em grande parte relegada ao esquecimento. A racionalidade técnica assume uma predominância incontestável em todas as dimensões da existência, permeando as relações humanas, o domínio político e demais esferas. Neste contexto, Feenberg oferece um olhar instigante que, ao se unir com as reflexões de Marcuse, incita uma análise aprofundada sobre os aspetos interconectados da tecnologia, sociedade e o potencial de resgate das forças naturais negligenciadas.²¹⁷

Todavia, para Hayek, a evolução da sociedade resulta sim das ações, hábitos e costumes de milhões de pessoas de gerações anteriores, que através da experimentação criaram instituições e ferramentas capazes de adaptar a sociedade a circunstâncias particulares e fazê-la chegar até aos dias de hoje. Para Marcuse, esta evolução até à sociedade capitalista moderna redundou num estado de repressão e exploração da população, onde a liberdade está limitada aos desígnios do mercado e onde os indivíduos absorveram os valores e os costumes do próprio capitalismo. Só passando para um estado de liberdade total é que o indivíduo pode criar uma nova forma de viver em sociedade e deixar para trás os valores e instituições da sociedade de mercado:

“(...) um novo modo de vida que libertaria as potencialidades do ser humano e da natureza ao negar o sistema estabelecido de exploração e os seus valores. Essa transformação de valores não apenas invalidaria as instituições políticas e económicas

²¹⁷ A. FEENBERG, *Marcuse or Habermas*, 47.

existentes, mas também criaria uma nova moralidade, novas relações entre os sexos e as gerações, uma nova relação entre o ser humano e a natureza.”²¹⁸

Esta situação de repressão exercida pelo mercado só será alterada quando os meios de produção capitalista passarem a estar controlados coletivamente, para assim, as necessidades reais da população possam ser suprimidas, e possam disfrutar da sua liberdade enquanto seres humanos. Contrariamente a esta ideia, Hayek argumenta que é graças ao facto dos meios de produção estarem divididos e dispersos na sociedade, e serem controlados por tanta gente é que se torna possível os indivíduos não serem controlados por outrem, pois se alguém se apodera do controlo destes meios pode então decidir discricionariamente quais serão as necessidades que irão satisfazer, bem como todas as escolhas particulares feitas por cada um.²¹⁹ Como é impossível alguém, ou alguma organização, ter esta a capacidade de entender todas as escolhas, necessidades ou atividades dos indivíduos, torna-se necessário que o mecanismo impessoal e disperso do mercado entre em ações, sinalizando precisamente quais serão as necessidades mais importantes a satisfazer, ao mesmo tempo que orienta os indivíduos na sua busca pelos seus objetivos e garante a sua liberdade:

“A procura por uma ordem translúcida desse tipo, que satisfaça os padrões dos construtivistas, por outro lado, deve levar à destruição de uma ordem muito mais abrangente do que aquela que podemos construir deliberadamente. Liberdade significa que, até certo ponto, confiamos o nosso destino a forças que não controlamos; e isso parece intolerável para aqueles construtivistas que acreditam que o homem pode dominar o seu destino - como se a própria civilização e a razão fossem criação sua.”²²⁰

²¹⁸ H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 198. – “(...) a new mode of life which would free the potentialities of man and nature by negating the established system of exploitation and its values. This transformation of values would not only invalidate the existing political and economic institutions, it would also make for a new morality, for new relations between the sexes and generations, for a new relation between man and nature”

²¹⁹ F. A. HAYEK, *O Caminho para a Servidão*, 138.

²²⁰ F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, Vol. 2, 30. – “The demand for that kind of pellucid order which would satisfy the standards of the constructivists, on the other hand, must lead to a destruction of an order much more comprehensive than any we can deliberately construct. Freedom means that in some measure we entrust our fate to forces which we do not control; and this seems intolerable to those constructivists who believe that man can master his fate-as if civilization and reason itself were of his making.”

Desta forma, considera que a atividade humana possui um foco significativo na esfera econômica, tornando-se claro que a melhor forma de coordenação neste contexto, em sociedades cuja complexidade ultrapassa a compreensão integral de qualquer indivíduo, é representada pela economia de mercado. Somente esta abordagem permite aos indivíduos a maximização dos seus talentos e conhecimentos, além de facilitar a sua utilização, de acordo com suas preferências, permitindo-lhes perseguir os seus próprios desígnios, ao mesmo tempo que contribuem para que outros elementos da sociedade também alcancem as suas metas. Nesse sentido, as interações entre os agentes do mercado culminam na criação de valor agregado para a sociedade como um todo. O mercado livre é um instrumento sem paralelos na germinação de riqueza e conhecimento, e ao mesmo tempo, o mais justo e igualitário em relação aos indivíduos, apesar de ser um mecanismo que coordena as atividades de seres humanos, intrinsecamente imperfeitos.

Assim, percebe-se que o único mecanismo capaz de responder de uma forma eficiente às necessidades individuais é o mercado. A sua capacidade de processar a informação de milhões de ações e escolhas individuais é única, garantindo ao mesmo tempo um nível de produção muito superior a qualquer outro tipo de mecanismo ou processo, e permitindo que os indivíduos usufruam da sua liberdade, sem coerção ou controlo, podendo realizar as suas atividades espontâneas e as suas escolhas, em busca pelos seus objetivos:

“A desilusão generalizada com os métodos básicos do socialismo deve-se a experiências mais diretas.

Os principais fatores que contribuíram para a desilusão foram, talvez, três: o reconhecimento crescente de que uma organização de produção socialista seria muito menos produtiva do que a iniciativa privada; o reconhecimento ainda mais claro de que, em vez de conduzir àquilo que se concebia como uma maior justiça social, significaria uma nova ordem hierárquica ainda mais arbitrária e inevitável do que nunca; e a

compreensão de que, em vez da maior liberdade prometida, significaria o aparecimento de um novo despotismo.”²²¹

²²¹ F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 305.

Conclusão

Os dois autores estudados nesta dissertação são ambos decisivos para entender a sociedade contemporânea. Marcuse e Hayek influenciaram decisivamente a forma como entendemos os fenômenos sociais e econômicos do mundo atual, e ambos apresentam soluções diferentes para a resolução dos problemas da modernidade.

Marcuse afirma que só vencendo o capitalismo e a sociedade de mercado é possível que os indivíduos possam ser verdadeiramente livres, libertando-se da repressão e da servidão:

"Nesta fase, o capitalismo revela abertamente a sua própria essência: o crime contra a humanidade que tem sido desde o início. A exploração do homem pelo homem e a perversão das relações humanas em mercadoria, o caráter degradante e a organização do trabalho, o sistema de dominação, a destruição da natureza - todas essas qualidades já não podem ser escondidas ou atenuadas pela sua função progressiva no desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento capitalista e o uso dessas forças, constantemente impulsionados pela exploração e desumanização, culminaram na produtividade do assassinio (...)"²²²

Para o pensador alemão o mercado desumaniza o indivíduo, transformando as suas relações em relações de produção e limitando a sua ação e pensamento aos valores do mercado. Só passando para um estágio de verdadeira liberdade pode então surgir um novo tipo de homem e uma nova forma de viver em sociedade. Este novo homem será capaz de transcender os valores da sociedade moderna capitalista, abolindo a pobreza e a repressão, ao mesmo tempo que revoluciona a sociedade e a própria natureza.²²³

²²² H. MARCUSE, *Towards a Critical Theory of Society*, 175-176. - "At this stage, capitalism openly displays its own essence: the crime against humanity which it has been from the beginning. The exploitation of man by man, and the perversion of human into commodity relationships, the degrading character and organization of work, the system of domination the destruction of nature - all these qualities can no longer be concealed or attenuated by their progressive function in the development of the productive forces. The capitalist development and use of these forces, constantly spurred by exploitation and dehumanization, have culminated in the productivity of killing (...)"
²²³ *Ibid.*, 140.

“(…) uma revolução impulsionada pela necessidade vital de ser libertado dos confortos administrados e da produtividade destrutiva da sociedade exploradora, libertado da heteronomia suave, uma revolução que, por virtude desta base "biológica", teria a oportunidade de transformar o progresso técnico quantitativo em modos de vida qualitativamente diferentes, precisamente porque seria uma revolução ocorrendo a um alto nível de desenvolvimento material e intelectual, uma que possibilitaria superar a escassez e a pobreza.”²²⁴

A progressiva eliminação da violência, a emancipação dos indivíduos e a abolição da repressão exigem, segundo Marcuse, que a esta nova sociedade se torne uma virtude de racionalidade, que dependa cada vez mais da razão e dos seus frutos, para assim poder atingir todos os desígnios a que se propôs e seja capaz de organizar a sociedade segundo esta mesma razão.

Para Feenberg, Marcuse entendeu que a preservação e o bem-estar do mundo objetivo residem na nossa esfera de influência, sendo que a nossa própria sobrevivência e bem-estar estão intrinsecamente ligados ao reconhecimento das suas potencialidades, ao invés de uma abordagem destrutiva de dominação. Uma sociedade pós-revolucionária teria a capacidade de conceber uma nova ciência e tecnologia que alcançariam esta aspiração, inserindo-nos numa harmonia com a natureza, em contraponto ao conflito. Esta nova configuração científica e tecnológica trataria a natureza como um sujeito, deixando de a encarar meramente como matéria-prima.

A humanidade adquiriria a habilidade de alcançar os seus propósitos através da realização das potencialidades inerentes à natureza, em vez de a esgotar em nome do poder e do lucro. A tecnologia deveria ser reformulada em torno de uma concepção do bem e esta nova racionalidade

²²⁴ H. MARCUSE, *An Essay on Liberation*, 19 - “(…) a revolution which would be driven by the vital need to be freed from the administered comforts and the destructive productivity of the exploitative society, freed from smooth heteronomy, revolution which, by virtue of this "biological" foundation, would have the chance of turning quantitative technical progress into qualitatively different ways of life precisely because it would be a revolution occurring at a high level of material and intellectual development, one which would enable par to conquer scarcity and poverty.”

deveria compreender as essências, e a tecnologia deveria estar orientada para a realização das potencialidades intrínsecas.²²⁵

Para Hayek, esta racionalidade traz elementos de coerção e repressão. Uma sociedade livre é aquela que evoluiu através dos hábitos e costumes de gerações anteriores, e onde espontaneamente foram surgindo instituições e atividades capazes de conceder ao indivíduo uma esfera de liberdade onde não pode ser coagido pela racionalidade de nenhum outro indivíduo ou organização.

“O racionalista que deseje sujeitar tudo à razão humana enfrenta, então, um verdadeiro dilema. O uso da razão visa o controlo e a previsibilidade. Mas o processo do progresso da razão assenta na liberdade e na imprevisibilidade da ação humana.

Aqueles que enaltecem os poderes da razão humana costumam ver apenas uma faceta dessa interação do pensamento e da conduta na qual a razão é, ao mesmo tempo, usada e formada. Não veem que, para que haja progresso, o processo social a partir do qual surge a evolução da razão deve manter-se livre do seu controlo.”²²⁶

A complexidade da sociedade moderna faz com que o mercado e o seu processo sejam um garante da liberdade individual e condição necessária para o florescimento de atividades espontâneas possibilitadores da evolução da sociedade. Só regras gerais e abstratas, iguais para todos podem garantir a liberdade de cada indivíduo, na mesma medida que só o mecanismo de descoberta e processamento descentralizado de informação do mercado permite que os indivíduos possam exercer a sua liberdade e realizarem as suas metas e objetivos.

“A liberdade é essencial para permitir o imprevisível; queremos-la porque aprendemos a esperar dela a oportunidade de concretizar muitos dos nossos objetivos. Porque o indivíduo sabe tão pouco e, em particular, porque raramente sabemos quem de nós sabe mais, confiamos nos esforços independentes e competitivos de muitos para induzir o surgimento daquilo que iremos querer quando o virmos.

²²⁵ A. FEENBERG, *Can Technology Incorporate Values? Marcuse's Answer to the Question of the Age*, 1998.

²²⁶ F. A. HAYEK, *A Constituição da Liberdade*, 66.

Por muito humilhante que possa ser para o orgulho humano, temos de reconhecer que o progresso e até a preservação da civilização dependem de um máximo de oportunidades para que as casualidades aconteçam. Estas casualidades ocorrem na combinação de conhecimentos e atitudes, aptidões e hábitos, adquiridos por indivíduos, bem como quando homens qualificados se confrontam com circunstâncias particulares para as quais estão bem preparados. A nossa ignorância necessária a respeito de muitas coisas significa que temos de lidar sobretudo com probabilidades e acasos.”²²⁷

Assim, nesta última parte gostaria de tentar responder à pergunta de partida, “Será o moderno mercado capitalista a base da liberdade ou da repressão?”, que levou à elaboração desta dissertação. Como verificámos anteriormente, ambos os autores apresentam visões bem distintas sobre o papel que o mercado desempenha na vida dos indivíduos, mas também na sua relação com a sociedade.

Na visão de Marcuse, o mercado é apresentado como um mecanismo que desumaniza o indivíduo, reprime-os e garante a sua continuidade num mundo de repressão e pobreza. Já do ponto de vista hayekiano, o mercado é uma das bases da liberdade individual, social e até política. A liberdade económica é um dos pilares fundamentais de uma sociedade livre, onde os indivíduos podem prosseguir os seus planos e realizar os seus desejos, sem serem coagidos por outrem:

“Na verdade, essa busca sistemática da ilusão da "justiça social", que chamamos de socialismo, é baseada na ideia atroz de que o poder político deve determinar a posição material dos diferentes indivíduos e grupos - uma ideia defendida pela falsa afirmação de que isso deve ser sempre assim, e o socialismo apenas deseja transferir esse poder dos privilegiados para a classe mais numerosa. Foi o grande mérito da ordem de mercado, à medida que se espalhou ao longo dos últimos dois séculos, privar todos desse poder, que só pode ser usado de forma arbitrária. Na verdade, isso proporcionou a maior redução de poder arbitrário já alcançada.”²²⁸

²²⁷ *Ibid.*, 57.

²²⁸ F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*, Vol. 2, 99. – “*In fact, that systematic pursuit of the ignis fatuus of 'social justice' which we call socialism is based throughout on the atrocious idea that political power ought to determine the material position of the different individuals and groups-an idea defended by the false assertion that this must always be so and socialism merely wishes to transfer this power from the privileged to the most numerous*

Desta forma, penso que a resposta hayekiana e a sua defesa inovadora do mercado livre respondeu de uma forma mais acertada aos desafios e contradições da sociedade moderna. O mercado, e o seu mecanismo de processamento de informação, inovação e descoberta permitem aos indivíduos utilizarem os seu conhecimentos e ferramentas para procurarem um futuro melhor e atingirem as suas metas. Permite, também, através de um mecanismo de sinais, os preços, responder de uma forma muito mais eficiente e descentralizada do que qualquer sistema de poder centralizado, baseado na razão e sabedoria de uns poucos. Mais do que tudo, é o mercado que permite aos indivíduos o cumprimento dos seus desejos e liberdades, a prossecução dos seus planos de vida, mas sobretudo, permite a sua convivência em liberdade.

class. It was the great merit of the market order as it has spread during the last two centuries that it deprived everyone of such power which can be used only in arbitrary fashion. It had indeed brought about the greatest reduction of arbitrary power ever achieved.”.

Bibliografia

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2002). *Dialectic of Enlightenment: Philosophical Fragments*. Stanford: Stanford University Press.
- Alves, A. A. (2005). *Ordem, Liberdade e Estado: Uma Reflexão Crítica sobre a Filosofia Política em Hayek e Buchanan (Dissertação de Mestrado - Ciência Política)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Arnold, R. A. (2014). Hayek and Institutional Evolution. *The journal of Libertarian studies*, 341-352.
- Boettke, P. J. (2019). *F. A. Hayek: Economics, Political Economy and Social Philosophy*. London: Palgrave Macmillan London.
- Braumgarth, W. P. (2014). Hayek and Political Order: The Rule of Law. *The journal of Libertarian studies*, 11-28.
- Campos, M. F. (1999). *O Direito e a Moral no Pensamento de Friedrich Hayek (Dissertação de Mestrado - Teoria e Ciência Política)*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Feenberg, A. (Março de 1995). Marcuse or Habermas: Two Critiques of Technology. San Diego State University, San Diego. Obtido de https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Marcuse_or_Habermas_Two_Critiques_of_Technology.pdf
- Feenberg, A. (Novembro de 1998). Can Technology Incorporate Values? Marcuse's Answer to the Question of the Age. University of California, Berkeley. Obtido de https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Can_Technology_Incorporate_Values.pdf
- Feser, E. (2003). Hayek on Tradition. *Journal of Libertarian Studies* 17, 1, 17–56.
- Freud, S. (2004). *Civilization and Its Discontents*. London: Penguin Books.
- Gray, J. N. (1980). F.A. Hayek on Liberty and Tradition. *Journal of Libertarian Studies* 4, 2, 119-137.
- Hayek, F. A. (1988). *The Fatal Conceit: Errors Of Socialism*. London: Routledge.
- Hayek, F. A. (1996). *Individualism and Economic Order*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1998). *Law, Legislation and Liberty: A new statement of the liberal principles of justice and political economy* (Vol. 1 Rules and Order (1973); Vol. 2 The Mirage of Social Justice (1976); Vol. 3 The Political Order of a Free People (1979)). London: Routledge.
- Hayek, F. A. (1999). *The Sensory Order*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (2008). *A Free-Market Monetary System*. Auburn: Ludwig von Mises Institute.
- Hayek, F. A. (2017). *O Caminho para a Servidão*. Lisboa: Edições 70.
- Hayek, F. A. (2018). *A Constituição da Liberdade*. Lisboa: Edições 70.
- Hayek, F. A. (2021). *O Imperativo Moral dos Mercados*. Instituto +Liberdade.

- Hayek, F. A. (2021). *O Uso do Conhecimento na Sociedade*. Instituto +Liberdade.
- Horwitz, S. (2000). From the Sensory Order to the Liberal Order: Hayek's Non-rationalist Liberalism. *Review of Austrian Economics* 3, 23-40.
- Keynes, J. M. (2018). *Ensaios em Persuasão*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Kuakathas, C. (2006). Hayek and Liberalism. Em *The cambridge companion to Hayek* (pp. 182-207). Cambridge : Cambridge University Press.
- LEE, S.-J. (2004). *A Reconstruction and Critique of Hayek's Theory of Free Market Economy (Dissertação de Mestrado)*. Bremen: Universidade de Bremen.
- Lukács, G. (1971). *History and Class Consciousness: Studies in Marxist Dialectics*. Cambridge: The Mit Press.
- Marcuse, H. (1955). *Reason and Revolution: Hegel and the rise of Social Theory* (2ª ed.). London: Routledge & Kegan Paul LTD.
- Marcuse, H. (1964). *One Dimensional Man - Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*. Boston: Beacon Press.
- Marcuse, H. (1969). *An essay on liberation*. Boston: Beacon Press.
- Marcuse, H. (1972). *Studies in Critical Philosophy*. Boston: Beacon Press.
- Marcuse, H. (1973). On the Philosophical Foundation of the Concept of Labor in Economics. *Telos*, 9-37.
- Marcuse, H. (1975). *Eros e civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Marcuse, H. (1998). *Technology, War and Fascism: Collected Papers of Herbert Marcuse*. London: Routledge.
- Marcuse, H. (2001). *Towards a Critical Theory of Society: Collected Papers of Herbert Marcuse*. London: Routledge.
- Marx, K. (1990). *Capital: A Critique of Political Economy* (Vol. 1). London: Penguin Books.
- Marx, K. (2007). *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*. New York: Dover Publications.
- Marx, K. (2008). *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K., & Engels, F. (1997). *Manifesto do Partido Comunista* (2ª ed.). Lisboa: Avante.
- Mises, L. v. (1981). *Socialism- An Economic and Sociological Analysis*. Indianapolis: The Liberty Fund.
- Mises, L. v. (1996). *Human Action – A Treatise on Economics*. San Francisco: Fox & Wilkes.
- Pearce, D. W. (1981). *The Macmillian Dictionary of Modern Economics* . London and Basingstoke : The Macmillian Press LTD.

- Pires, S. d. (2011). *Do conceito de liberdade em Friedrich A. Hayek: um contributo para o estudo do liberalismo clássico em Portugal (Dissertação de Mestrado - Ciência Política)*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Polanyi, K. (2000). *A Grande Transformação: As origens da nossa época* (2ª ed.). Rio Janeiro: Editora Campus.
- Runst, P., & Horwitz, S. (2015). Alienation and rationality - The retreat of postwar socialism. *The Review of Austrian Economics, Springer; Society for the Development of Austrian Economics, vol. 28(2)*, 123-137.
- Samões, O. (2009). *Dispersão de Resultados em Hayek (Dissertação de Mestrado - Teoria e Ciência Política)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Santos, E. A. (2018). *Por uma teoria crítica do neoliberalismo: Marcuse no século XXI (Tese de Doutorado)*. São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Scott, B. R. (2006). *The Political Economy of Capitalism*. Cambridge: Harvard Business School Working Paper.
- Silva, P. A. (1999). *A Ordem Espontânea no Pensamento de Friedrich August Von Hayek. Para uma Reabilitação da Tradição Liberal Clássica (Dissertação de Mestrado - Teoria e Ciência Política)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Smith, A. (2014). *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (7ª ed., Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sousa, A. M. (2018). *Marcuse e a Ambivalência da Técnica (Dissertação de Mestrado)*. Braga: Universidade do Minho.
- Whately, R. (1831). *Introductory Lectures on Political Economy*. London: B. Fellowes.